

Compromisso com a proteção de crianças e adolescentes: o caso da Atlantica Hotels International



Marco Antonio Carvalho Teixeira

Em 1998, a Atlantica Hotels International, empresa brasileira com sede no município de Barueri (SP) e que atua como administradora hoteleira multi-marcas (daqui para frente também AHI), iniciou as suas atividades por meio da abertura do Comfort Hotel Trianon Park na capital do estado de São Paulo. Em 2000, o grupo também já administrava hotéis das bandeiras Sleep In e Quality, se fazendo presente em importantes municípios como Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP) e Recife (PE), perfazendo seis empreendimentos hoteleiros sob a sua administração.

Oito anos após o início de suas operações (2006), a Rede Atlantica já contabilizava números extremamente positivos do ponto de vista de sua participação no mercado hoteleiro: 57 hotéis sob sua administração, o que significa 102.275 apartamentos distribuídos por cerca de 30 municípios em 13 estados das cinco grandes regiões brasileiras. Os empreendimentos hoteleiros podem ser identificados por meio de 10 diferentes bandeiras que estão distribuídas pelos seguintes segmentos: Econômico, Go Inn — Sleep Inn — Comfort e Park Inn; Superior, Comfort Suítes — Quality e Park Suítes; Luxo, Clarion — Four Points e Radisson.¹

¹ Disponível em: <www.atlantichotels.com.br>. Acesso em: 12 dez. 2007.

Evidencia-se, dessa maneira, que estamos nos referindo a um grupo hoteleiro de grande porte para o setor turístico no Brasil e que, portanto, tem um grande potencial para contribuir com o campo da responsabilidade social empresarial no turismo, na medida em que as portas de seus empreendimentos são cotidianamente abertas para um grande contingente de pessoas que se originam das mais diversas localidades tanto do Brasil quanto de outros países.

Compreender a contribuição da AHI nas ações de responsabilidade social e, sobretudo, no que se refere ao combate da exploração sexual de crianças e adolescentes nas atividades turísticas é o objetivo deste capítulo. Para tanto, este estudo encontra-se estruturado da seguinte forma: inicialmente se faz uma breve historicização sobre como a Atlantica foi construindo as suas ações de responsabilidade social; na sequência serão destacadas as iniciativas que estão sendo capitaneadas pela AHI, posteriormente são feitas as considerações finais.

A gênese das ações de responsabilidade social da AHI

No ano de 2002, a AHI já estava presente nos principais centros urbanos do país com uma rede formada por 31 empreendimentos hoteleiros. Do ponto de vista do mercado, a empresa já havia se consolidado e planejava continuar seu crescimento. Nesse mesmo momento, a direção da Atlantica começava a desenvolver a preocupação em iniciar atividades de responsabilidade social orientando os hotéis sob sua responsabilidade administrativa a desenvolverem campanhas de arrecadação de recursos e entregá-los para uma entidade localizada nas cercanias de cada um dos empreendimentos hoteleiros administrados pelo grupo. Desse modo, nasceu sua primeira ação de responsabilidade social: o Programa Criança Feliz.

O programa em questão existiu por dois anos (2002/03) e acabou sendo interrompido em 2004 após ser percebida a necessidade de se construir uma iniciativa mais organizada e institucionalizada e que tivesse a capacidade de fazer todos os empreendimentos do grupo trabalharem a partir de princípios comuns, com foco no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. O Criança Feliz era considerado excessivamente descentralizado, o que dificultava uma ação institucional mais coesa.

Apesar de considerar o Criança Feliz um produto da intuição e da força de vontade da empresa com o qual todos haviam aprendido muito e despertado a consciência acerca do papel da empresa no campo social, seus dirigentes não estavam completamente satisfeitos com o seu formato, na medida em que percebiam que o programa se encontrava desprovido de qualquer mecanismo que garantisse não apenas a credibilidade da instituição apoiada como também o bom uso dos recursos a ele destinados. Além disso, o fato de não ter sido superado o caráter exclusivamente filantrópico do programa também não agradava a direção da Atlantica.

Dessa forma, a preocupação voltava-se para o desenvolvimento de uma política interna que atingisse todas as atividades da AHI e, ao mesmo tempo, pudesse promover estratégias que combinassem assistência social com a criação de ambientes favoráveis à promoção da autonomia econômica dos beneficiados. Com isso, a busca de parceiros com larga atuação no setor de direitos da infância e que pudessem contribuir na criação de uma estratégia corporativa de responsabilidade social passou a ser central. Assim a Childhood Brasil² foi contatada e desenvolveu um importante papel na construção, estruturação e direcionamento das ações de responsabilidade social empresarial da AHI.

A parceria com a Childhood Brasil

A aproximação da AHI com a Childhood foi construída quase que por acaso. Em 2004, quando se deslocou para os Estados Unidos com o objetivo de participar de uma reunião com o grupo hoteleiro norte-americano Carlson Companies, com quem a Atlantica mantém uma parceria estratégica na medida em que administra no Brasil os hotéis com a bandeira Radisson de propriedade da Carlson, o presidente da AHI, Paul Sistare, tomou conhecimento da existência de uma parceria entre o grupo hoteleiro norte-americano e a Childhood que se voltava para a proteção de crianças e adolescentes em situação de vul-

² Fundada em 1999, com sede em São Paulo, a Childhood Brasil, antes denominada Instituto WCF-Brasil, atua no combate à violência sexual. A Childhood Brasil é o braço brasileiro do World Childhood Foundation, criado pela rainha Sílvia da Suécia, com atuação na Suécia, Alemanha e Estados Unidos.

nerabilidade social, com ênfase no setor de turismo, envolvendo diversas atividades.

Como a AHI estava se propondo a repensar o programa Criança Feliz, e buscava um modelo mais adequado para a estruturação de suas ações de responsabilidade social, ao retornar ao Brasil Paul Sistare fez contato com o escritório da Childhood em São Paulo com o intuito de estabelecer uma parceria que pudesse envolver todas as atividades do grupo hoteleiro que preside em prol de iniciativas de proteção a crianças e adolescentes.

Para a consolidação da aliança, o primeiro passo dado foi a criação de um grupo de trabalho (GT) formado por representantes da AHI e da Childhood para construir conjuntamente o que a Atlantica passou a denominar parceria corporativa para a promoção do turismo sustentável e proteção a crianças e adolescentes. O GT trabalhou inicialmente as diferenças conceituais entre filantropia e responsabilidade social. Na seqüência, estabeleceu o planejamento que se baseou em ações pautadas diretamente para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no setor de turismo, o que possibilitou à AHI a construção de uma visão empresarial mais estruturada sobre responsabilidade social. O novo foco superava uma visão meramente assistencialista e deveria mobilizar o conjunto de atores envolvidos diretamente com as ações do grupo hoteleiro: investidores, funcionários, fornecedores e clientes.

O planejamento efetuado pelo GT partiu de três diferentes estratégias que formaram o conjunto das ações da AHI: a implementação de um código de conduta corporativo; a publicação das ações para mobilizar os mais diversos segmentos sociais por meio da utilização de diferentes meios de informação; e a arrecadação de recursos que teriam como destino o apoio a projetos sociais com foco em geração de renda e que já estavam sendo apoiados, de alguma maneira, pela Childhood.

Após a construção conjunta das ações de responsabilidade social, o GT traçou como objetivo alcançar os seguintes resultados. Para a AHI, fortalecer sua imagem de empresa socialmente responsável frente aos seus investidores e clientes e otimizar a utilização de recursos com essa finalidade; para a Childhood, difundir ainda mais a consciência social sobre a mobilização em torno do combate à exploração sexual infantil no turismo, além de captar mais recursos para projetos com essa finalidade; e para os beneficiários se esperava

contribuir com o desenvolvimento de novas políticas públicas em torno dessa temática. (Save the Children/ECPAT, 2007).

Discutir o desenvolvimento dessas estratégias de ação com ênfase nos seus alcances e impacto é o que será feito na próxima seção.

As ações da AHI

A materialização dessas ações deu-se inicialmente pela elaboração de um Código de Conduta Corporativo que orientasse todas as atividades da AHI em torno das ações ao qual ela estava se propondo. Para tanto, foi contatada a ONG Resposta,³ que já detinha experiência com a elaboração de código de conduta no setor de turismo por sua atuação na cidade de Natal (RN) em torno da proteção dos direitos da criança e do adolescente.

O Código de Conduta da AHI (citado a seguir e que servirá de base para a análise das atividades desenvolvidas pela Atlântica),⁴ foi produto de uma construção coletiva da qual participaram representantes da direção da Atlântica e membros de sua rede de hotéis que atuam localmente na recepção aos turistas, representantes da Childhood, assim como técnicos vinculados com a ONG Resposta.⁵

A Atlantica Hotels International institui este Código de Conduta como referencial para a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual, nos seguintes termos:

1. Proteger crianças e adolescentes da exploração sexual em todos os serviços e ações empreendidas pela Atlantica Hotels International e seus colaboradores.
2. Implementar e disseminar para acionistas, investidores, clientes, colaboradores, e fornecedores, bem como para a comunidade local, a política corporativa.

³ Informações sobre o trabalho desenvolvido por essa ONG podem ser encontradas em <www.resposta.org.br>.

⁴ Disponível em: <www.atlanticahotels.com.br>.

⁵ Os códigos de conduta são instrumentos estimulados pelo Unicef, ECPAT (rede internacional de organizações pela eliminação do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes para fins sexuais) e Organização Mundial do Turismo (OMT), como estratégias que orientam positivamente o combate à exploração sexual infantil no setor turístico.

3. Inserir cláusulas específicas sobre o compromisso público da AHI de não tolerar a exploração sexual de crianças e adolescentes nos empreendimentos da empresa, nos contratos com operadoras nacionais/internacionais, agências de viagens e turismo.
4. Estabelecer cláusulas na Convenção Condominial e no regimento interno dos empreendimentos administrados pela AHI sobre o compromisso público da empresa com a proteção das crianças e adolescentes.
5. Promover treinamentos permanentes para todos os colaboradores e terceirizados sobre turismo sustentável e proteção de crianças e adolescentes.
6. Introduzir uma cláusula específica nos contratos celebrados com os fornecedores a fim de declarar o compromisso mútuo contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.
7. Utilizar oportunidades de comunicação institucional interna e externa para disseminar o compromisso da AHI com a proteção de crianças e adolescentes.
8. Publicar anualmente as medidas adotadas para cumprir com os pontos estabelecidos no Código de Conduta.

Implementado no segundo semestre de 2005, o Código de Conduta passou a balizar todas as ações da AHI e uniformizou as estratégias de responsabilidade social por toda a sua rede hoteleira. Conforme se verifica, seu conteúdo representa uma série de procedimentos a serem respeitados e cuja finalidade é a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual. Para tanto, orienta acerca da atuação de servidores da AHI, investidores, fornecedores e clientes.

A mobilização dos funcionários da Atlantica

O sucesso das ações voltadas à proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual por meio das atividades desenvolvidas pela AHI depende fundamentalmente do engajamento de seus funcionários. Para tanto, e com o apoio técnico da Childhood, a Atlantica adotou um programa de treinamento como requisito obrigatório para todos os seus servidores, inclusive os terceirizados, tanto no momento que ingressam na empresa, como também para permanência nela. Todos, mesmo os já treinados, devem passar por um pro-

cesso de reciclagem obrigatório em programas que são desenvolvidos a cada trimestre em toda a rede hoteleira. Os treinamentos ocorrem tanto de forma presencial quanto por intermédio de videoconferências.

Com base num documento público disponibilizado aos funcionários cujo título é “Capacitação de colaboradores AHI para adoção de práticas de turismo sustentável e infância”, o processo de treinamento enfatiza a questão da responsabilidade social conceituando-a como “uma das maneiras de exercitar a ética nas relações com clientes, colaboradores, fornecedores, investidores, meio ambiente e comunidade”.

A partir disso a AHI define bem o seu foco de atuação chamando a atenção de todos os seus colaboradores sobre a parceria com a Childhood em torno de ações contra a exploração sexual infantil, assim como sobre as instituições envolvidas com a causa e os objetivos a serem alcançados, dando muita ênfase ao vínculo direto entre turismo sustentável e infância saudável. A sensibilização dos funcionários, quanto aos riscos representados pela exploração sexual de crianças e adolescentes para a sobrevivência da empresa, pode ser verificada no material do treinamento de maneira bastante destacada:

A exploração sexual de crianças e adolescentes, um dos efeitos colaterais do turismo, coloca em risco a SUSTENTABILIDADE (sobrevivência) do empreendimento, compromete a infância, o destino turístico e a EMPREGABILIDADE.

Com isso, a AHI busca demonstrar que sua ação não se trata apenas de uma simples adesão a uma causa (o que por si já seria um gesto nobre), mas também representa uma forma de garantir a sustentabilidade de seu negócio na medida em que a existência de situações de exploração sexual de crianças e adolescentes no interior de seus empreendimentos pode acarretar a cassação do alvará de funcionamento da empresa, já que se configura como um crime onde tanto a AHI quanto os seus próprios funcionários estão passíveis de processo criminal e condenação judicial por facilitar tal prática.

Também são feitos destaques sobre outros efeitos econômicos que a tolerância com práticas de exploração sexual infantil pode acarretar: afugenta o chamado hóspede desejado (aquele que traz a sua família) e provoca danos negativos à imagem do hotel e possivelmente à imagem da rede como um todo, gerando perdas econômicas que podem inviabilizar o negócio como ati-

vidade econômica, o que pode significar desemprego generalizado com sérios danos também para aqueles que sobrevivem indiretamente da existência do empreendimento (motoristas de táxi, restaurantes etc.).

A elaboração do material de treinamento bem como a sua realização foram precedidas da visita do chamado “hóspede oculto” a diferentes hotéis vinculados à AHI, com o intuito de diagnosticar os pontos que deveriam ser trabalhados com maior ênfase durante a realização das diversas etapas de treinamento. O hóspede oculto é mantido no anonimato quanto aos seus objetivos, ficou hospedado nas dependências dos hotéis com o objetivo exclusivo de verificar a rotina de cada um deles.

No sentido de orientar as atividades cotidianas de seus funcionários para que eles pudessem saber como lidar diante de situações que se configurassem como formas de exploração sexual de crianças e adolescentes na sua rede de hotéis, a AHI produziu um manual de procedimentos, que contou com apoio técnico da ONG Resposta e da Childhood, dividido em duas partes: conceito e prática. Na parte conceitual são apresentados os significados de turismo sustentável; negócio sustentável; responsabilidade social empresarial; ética; desenvolvimento sustentável; infância; adolescência; hospitalidade; prostituição *versus* exploração sexual; e as causas da exploração sexual. A ênfase em tais conhecimentos visa fortalecer a argumentação diante de possíveis situações de risco em que o diálogo pode ser uma importante estratégia de convencimento, além de firmar nos treinandos a convicção sobre valores éticos e morais que fortalecem a ação em torno dessa causa.

Na parte denominada prática, os destaques são para os procedimentos para a promoção do turismo sustentável e proteção das crianças e adolescentes, onde constam as condutas a serem adotadas para cada um dos setores dos hotéis quando identificadas possíveis situações de risco. Os setores enfatizados são aqueles que lidam diretamente com o público como: gerência-geral; hospedagem; governança; vendas/comercial; segurança; alimentos e bebidas.

Com o treinamento dos funcionários (cerca de 2.800 já passaram por esse processo desde 2005), a AHI busca contemplar os itens 3, 4 e 5 de seu Código de Conduta. Vale destacar que o código deve ficar exposto em local visível para todos os hóspedes e em todas as unidades hoteleiras administradas pela Atlantica, conforme também prevê o item 4 do Código de Conduta.

Segundo relatos de funcionários da AHI, até o presente momento não se verificou nenhuma situação em que fosse necessária a ação com base no Código de Conduta para impedir situações de exploração sexual. Porém, eles afirmam que estão devidamente orientados para interpelar quaisquer hóspedes que se apresentem acompanhados de crianças ou adolescentes sem que seja comprovado o parentesco direto por meio de documentação legal, impedindo-os imediatamente de se hospedar em qualquer um dos estabelecimentos hoteleiros administrados pela AHI.

Comprometendo os fornecedores da Atlantica com a causa

Um passo importante nos trabalhos desenvolvidos pela AHI foi dado no sentido de comprometer os seus fornecedores com a causa do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Para tanto, a Atlantica passou a exigir dessas empresas a assinatura na qualidade de “aderente” de um termo em que elas se comprometem internamente a não desenvolver em seus estabelecimentos iniciativas contrárias a essa expectativa. Um dos pontos importantes, entre tantos outros constantes do termo (anexo 1), está na sua parte inicial, quando se destaca que a empresa:

Assume através deste compromisso a responsabilidade de observar e cumprir com todas e quaisquer ações desenvolvidas pela **AHI** e suas Filiais, em parceria com a Childhood – **BRASIL**, e assim se compromete a empenhar todos os seus esforços para adequar-se à política desenvolvida pela **AHI** e suas Filiais, e contribuir para que não sejam empregados em seu estabelecimento políticas contrárias àquelas implantadas e almejadas pela **AHI** e suas Filiais em parceria com a Childhood – **BRASIL**.

Até 2007, cerca de 60 empresas⁶ já haviam subscrito o Termo de Adesão. A concordância com seus princípios não tem apenas valor simbólico,

⁶ Entre as empresas que subscreveram o Termo de Adesão destacam-se: AGK Corretora de Câmbio S.A., Kalida Comércio de Prod. Higiênicos Ltda., Gráfica e Editora Dedone Ltda., Brave Comunicação Marketing Design Ltda.; PMWeb Comunicação Ltda., Netvertising Consultoria de Marketing, Comunicação e Internet SC Ltda., Nexial Marketing Group Ltda., Elemidia Consultoria e Serviços de Marketing Ltda., Grupo Trade de Comunicação Ltda.

mas significa assumir algumas práticas para além do ambiente interno como a utilização de material institucional interno e externo divulgando o compromisso que assumiu com relação à proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual.

A proprietária de uma gráfica que já subscreveu o termo relata que em todos os eventos externos que a sua empresa participa, como feiras e eventos, procura levar a mensagem da Atlantica por meio da distribuição de cartões e boletins em prol da causa. Destaca, ainda, que a simples adesão ao termo modificou a sua postura dentro da empresa e que ela sempre procura conversar com seus funcionários sobre a questão e instruí-los a disseminar campanhas de conscientização. Com isso, a gráfica está diretamente cumprindo o compromisso em que o aderente “Constantemente informará a todos os seus empregados, prepostos, funcionários, terceirizados e demais colaboradores sobre a necessidade de proteção a crianças e adolescentes contra a exploração sexual”.

O ganho social da obrigatoriedade do compromisso exigido pela Atlantica na relação com seus fornecedores pode ser atestado nas palavras da proprietária da gráfica quando afirma que “antes do termo eu não tinha desenvolvido qualquer tipo de preocupação ou iniciativa frente a questões dessa natureza. Depois dele, passei a prestar atenção em notícias que cercam esse debate e a discutir com diversas pessoas sobre o problema”. A utilização do termo como estratégia de fortalecimento das ações de responsabilidade social da AHI está em consonância com o que se prevê no item 6 do Código de Conduta.

A arrecadação de fundos

São várias as estratégias de arrecadação de fundos desenvolvidas pela AHI desde 2005 e elas visam ajudar projetos desenvolvidos pelas instituições sociais que são apoiadas pela Childhood, como é o caso da Associação Lua Nova,⁷ entidade social com foco no atendimento a jovens mães e seus filhos em situação de vulnerabilidade social no município de Araçoiaba da Serra, próximo a Barueri, local em que está instalada a sede do grupo Atlantica.

⁷ Mais informações sobre a entidade em <www.luanova.org.br>.

A aproximação com a Associação Lua Nova ocorreu por intermédio da Childhood Brasil, dentro da estratégia de apoiar uma instituição já reconhecida publicamente pelas ações que desenvolve. No caso, a Atlantica optou por apoiar o Projeto Criando Arte, uma iniciativa de geração de renda onde as jovens assistidas produzem bonecas, brindes, acessórios e produtos pedagógicos dentro da Associação Lua Nova. As jovens mães também são responsáveis pela existência de uma linha de desenvolvimento de novos produtos, voltados para a confecção de brindes comemorativos para empresas que associam sua imagem com o apoio a uma determinada ação social.

A primeira ação da AHI junto ao Projeto Criando Arte se deu por intermédio de uma parceria firmada com o cartão Visa. Nela, o cliente que optar por pagar suas despesas acima de R\$ 250 nos hotéis da Atlantica, com o cartão, ganha uma miniboneca promocional da Visa que foi produzida nas oficinas do Criando Arte junto à Associação Lua Nova. A ação rendeu cerca R\$ 54 mil para o Criando Arte nos dois anos de existência (2006/07). A Atlantica compra e paga antecipadamente todas as minibonecas independentemente da quantidade absorvida pela campanha que vem sendo desenvolvida em parceria com o cartão Visa. O cliente que dela participa recebe o brinde no momento exato em que efetua o pagamento de suas despesas nos moldes previstos pela campanha.

Segundo uma das coordenadoras do Criando Arte, a aproximação com a AHI foi articulada pela Childhood e sua importância está em fortalecer a luta em torno da causa contra a exploração sexual e propiciar mais visibilidade para os trabalhos das jovens mães, além de o material produzido por elas ser revertido em ganhos financeiros para as mesmas. Conclui, afirmando, que por algumas vezes as mães estiveram nas dependências da Atlantica desenvolvendo oficinas de fabricação de bonecos de pano em eventos e que por vezes recebem visita de membros da AHI que se dirigem ao Criando Arte para acompanhar as suas atividades e doar cestas básicas para as jovens mães, além de materiais que podem ser de utilidade para os trabalhos da associação.

Em recente reunião com a Childhood, a direção da AHI optou por ampliar sua ação a partir da experiência desenvolvida com a Associação Lua Nova. Os hotéis do grupo em Porto Alegre e Natal já identificaram, por meio da Childhood, instituições locais a serem apoiadas. Existe um planejamento

de médio e longo prazos no sentido de que todos os hotéis administrados pela AHI venham a fazer o mesmo com instituições de seu entorno.

Existem outras formas de captação de recursos desenvolvidas em diversas atividades da AHI. Uma delas é bastante criativa e ocorre durante as convenções anuais da Atlantica que reúne seus gestores, bem como agências e operadoras de turismo. Nelas, ocorrem os chamados leilões silenciosos onde, entre tantas outras coisas como o oferecimento de hospedagem na rede hoteleira da AHI e pacotes turísticos, produtos inusitados como um jantar com o presidente da empresa ou um almoço com determinada personalidade do meio artístico são oferecidos aos participantes e estes apresentam os seus lances. Todo o dinheiro arrecadado é inteiramente revertido para o apoio a ações desenvolvidas por instituições apoiadas pela Childhood. Nessas convenções a Atlantica procura estimular fornecedores e colaboradores a aderirem à cultura de doação destinando não apenas produtos ou recursos diretos, como também horas de trabalho para serem leiloadas, sendo que a própria AHI se encarrega de também doar o mesmo valor arrecadado no leilão, dobrando assim o valor total de arrecadação. Nos leilões silenciosos ocorridos em 2006/07 foram arrecadados cerca de R\$ 100 mil.

As ações de captação de recursos são complementadas por outras três estratégias pontuais. Na primeira os hóspedes são estimulados por meio de campanha interna com cartazes e pôsteres espalhados pelas unidades hoteleiras a doar R\$ 1 cujo valor é acrescentado na sua conta. Nesse caso, a Atlantica também aporta o mesmo valor doado pelos hóspedes dobrando assim o total arrecadado.

As outras duas formas de captação são: a disponibilização de um cofre na recepção dos hotéis onde os hóspedes espontaneamente podem fazer suas doações; e a reversão de um percentual obtido com o consumo de produtos de minibar para o apoio à causa. Nesse caso, é estabelecida uma parceria com os fornecedores e o percentual a ser revertido como arrecadação varia por produto. Eventualmente, são realizadas vendas de produtos nas dependências dos hotéis em circunstâncias específicas. Em todos esses casos, os fundos arrecadados são destinados para o apoio a projetos da Childhood.

Essas ações estão diretamente vinculadas ao que se prevê no item 2 do Código de Conduta na medida em que elas envolvem o conjunto de atores que estão diretamente ligados às atividades econômicas da AHI.

Publicação e disseminação das ações

Buscando cumprir o que se prevê o item 7 do Código de Conduta, de que a Atlantica deve “utilizar oportunidades de comunicação institucional interna e externa para disseminar o compromisso da AHI com a proteção de crianças e adolescentes”, e no item 8 do mesmo documento onde se afirma que é necessário “publicar anualmente as medidas adotadas para cumprir com os pontos estabelecidos no Código de Conduta”, a Atlantica tem feito uso de vários recursos de comunicação.

Um dos recursos mais utilizados é a página na web <www.atlanticahotels.com.br>. Na seção de responsabilidade social, destaca-se imediatamente o “Compromisso com a proteção de crianças e adolescentes” firmado publicamente pela Atlantica por meio de um pequeno parágrafo que apresenta genericamente a sua política corporativa de responsabilidade social, onde no final da página consta o selo alusivo à parceria entre a AHI e a Childhood.

Nessa mesma página existem hiperlinks que detalham a parceria com a Childhood e apresentam um balanço de todas as atividades desenvolvidas pela parceria, detalhando inclusive quanto foi arrecadado financeiramente em algumas atividades. O Código de Conduta pode ser acessado para consulta pública e serve como instrumento para reforçar o compromisso público da Atlantica com a causa.

A comunicação externa também é feita com o uso de cartões-postais e cartões de Natal fazendo alusão à causa do combate à exploração sexual. Os cartões são disponibilizados aos hóspedes e servem como forma de captação de recursos. Também são elaborados boletins informativos que geralmente disseminam a campanha em grandes eventos como o Fórum Mundial de Turismo ocorrido em Porto Alegre no ano de 2006 e o Fórum de Organizações Hoteleiras (FOB).

As estratégias de comunicação interna podem ser largamente percebidas por quem frequenta um dos hotéis da AHI. Boletins dirigidos aos funcionários e investidores são produzidos regularmente. O Código de Conduta fica exposto em locais visíveis. Os elevadores possuem espaços exclusivos para a divulgação de notícias e campanhas de captação de recursos como o caso da parceria com o Visa, ou mesmo sobre a venda de produtos cuja renda será revertida em benefício de projetos como o da Lua Nova ou então de atividades apoiadas pela Childhood.

Durante eventos para agentes e operadores parceiros da Atlantica, são exibidas sessões de cinema para a apresentação do vídeo institucional *Atlantica Movie Day*, onde se faz a divulgação dos trabalhos em torno do compromisso contra a exploração sexual no turismo, enfatizando o papel da parceria com a Childhood. Segundo informações da AHI, no ano de 2006 mais de mil pessoas assistiram ao filme. Houve, inclusive, uma sessão dirigida exclusivamente para crianças.⁸

Considerações finais

Como se pôde verificar ao longo do caso relatado, é possível articular um bom posicionamento da empresa no mercado em que atua com ações bem estruturadas de responsabilidade social. Isso ocorreu justamente no momento em que AHI percebeu o papel que ela podia cumprir para tornar a atividade turística uma forma de promover a dignidade social, apoiando o combate a um problema em que alguns acabam buscando se beneficiar da sua existência.

O caso Atlantica nos leva a refletir sobre uma questão fundamental nas ações de responsabilidade social: o fazer não visando apenas ganhos de imagem, mas objetivando promover uma mudança substantiva mesmo que isso custe investimentos significativos da própria empresa. Fica evidente que a AHI incorporou a causa ao negócio, o que fortalece de maneira significativa o compromisso público da empresa. Essa opção criou um ciclo virtuoso onde todos ganham.

Isso fica evidenciado desde a existência do Programa Criança Feliz. Nessa iniciativa, que pelos depoimentos parece não ser muito valorizada pela empresa, já estava bem delineada a tentativa de se buscar um espaço de atuação social onde a criança deveria ser o foco principal da ação. Se a ação não prosperou da maneira como se esperava, serviu para sensibilizar ainda mais os dirigentes do grupo no sentido de buscar um caminho mais adequado e que fosse transformado na sua política corporativa de responsabilidade social.

O encontro com parceiros como a Childhood e a ONG Resposta acabou consolidando o planejamento de ações baseadas, inicialmente, em um Código

8 Disponível em: <www.idis.org.br/biblioteca/casos/atlantica-hotels-international-e-o-wcf-brasil>. Acesso em: 17 dez. 2007.

de Conduta que acaba por se transformar nas diretrizes básicas de todas as ações sociais.

Desse modo, as iniciativas desenvolvidas pela AHI acabaram extrapolando positivamente as fronteiras da própria empresa ao se transformar numa verdadeira mobilização de funcionários, fornecedores, investidores, parceiros e clientes em prol da justa causa do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas atividades de turismo.

Portanto, não só pelo alcance das ações que desenvolve, mas também pelo leque de parceiros que mobiliza e pelo efeito de demonstração que traz consigo, o caso da Atlantica representa uma experiência inovadora e bem-sucedida com foco na dignidade de crianças e adolescentes em situação de risco social. Ela pode servir como fonte de inspiração tanto para gestores privados quanto para gestores públicos, no sentido que eles possam construir novas experiências para o enfrentamento de problemas semelhantes e tão graves no momento atual brasileiro. Porém, para que novas iniciativas logrem sucesso, é preciso ter o que parece sobrar aos envolvidos com a experiência da AHI: boa vontade e perseverança para tocar os trabalhos.

Referências bibliográficas

AHI. *Capacitação de colaboradores AHI para adoção de práticas de turismo sustentável e infância*. Documento cedido pelo setor de recursos humanos da AHI.

_____. *Manual de procedimentos*. Documento com orientação sobre o procedimento dos funcionários diante de situação que configure exploração sexual de crianças e adolescentes cedido pelo setor de recursos humanos da AHI.

CHEFFINS, D. Entrevista. Departamento de Recursos Humanos AHI. 3 dez. 2007.

DEDONE, S. Entrevista. Gráfica Dedone, 17 dez. 2007.

DRUMOND, A. M. Entrevista. Childhood Brasil, 12 dez. 2007.

IDIS (INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL). *Estudo de caso: Atlantica Hotels International e WCF Brasil*. Disponível em: <www.idis.org.br/biblioteca/casos/atlantica-hotels-international-e-o-wcf-brasil>. Acesso em: 17 dez. 2007.

SALLES, A. Entrevista. Departamento de Marketing AHI, 3 dez. 2007.

SAVE THE CHILDREN/ECPAT. Caso 1. La experiencia de Atlantica Hotels International. In: *Buenas prácticas empresariales*. Casos exitosos para la prevención de exploración sexual de niñas, niños y adolescentes en América Latina. Lima, 2007.

SILVA, C. R. da. Entrevista. Associação Água Viva, 18 dez. 2007.

VALLE, H. do. Entrevista. Diretoria AHI, 3 dez. 2007.

Anexo

Termo de adesão

A parte abaixo, a saber:

Razão social:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CEP:

CNPJ/MF:

neste ato devidamente representada na forma de seu contrato social, doravante denominada simplesmente “**ADERENTE**”;

CONSIDERANDO que a **ADERENTE** é grande e importante fornecedora de produtos e/ou serviços à **Atlantica Hotels International (Brasil) Ltda.**, empresa com sede na Alameda Rio Negro, 585, 13^o andar, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.223.966/0001-13, doravante denominada simplesmente **AHI**, e suas respectivas Filiais;

CONSIDERANDO que a **AHI** e suas respectivas Filiais visam ser reconhecidas como líderes em franquia e administração hoteleira, alcançando os melhores retornos para seus clientes, investidores, funcionários e acionistas, e assim se comprometem a atingir seus objetivos insistindo na preservação dos mais altos valores de ética, integridade e honestidade profissional; e ainda,

CONSIDERANDO que a **AHI**, buscando atingir seus objetivos, firmou parceria com o **INSTITUTO WCF – BRASIL**, associação civil sem fins lucrativos que objetiva romper o ciclo de violência herdado por milhões de crianças

e adolescentes brasileiros, promovendo e defendendo os direitos das crianças e adolescentes e apoiando programas que visem preservar a integridade física, psicológica e moral daqueles, focando a questão da violência e exploração sexual; e, de igual forma, aderiram suas respectivas Filiais ao compromisso assumido pela **AHI** face ao **INSTITUTO WCF-BRASIL**;

Assume através deste compromisso a responsabilidade de observar e cumprir com todas e quaisquer ações desenvolvidas pela **AHI** e suas Filiais, em parceria com o **INSTITUTO WCF – BRASIL**, e assim se compromete a empenhar todos os seus esforços para adequar-se à política desenvolvida pela **AHI** e suas Filiais, e contribuir para que não sejam empregados em seu estabelecimento políticas contrárias àquelas implantadas e almejadas pela **AHI** e suas Filiais em parceria com o **INSTITUTO WCF – BRASIL**.

Desta forma, declara desde já o **ADERENTE** que:

- a) Não emprega crianças e adolescentes na execução de seu objeto social, ou quaisquer outros serviços e ações desenvolvidas paralelamente pelo **ADERENTE** e seus empregados, prepostos, funcionários, terceirizados e demais colaboradores, exceto aqueles que devidamente contratados como menores aprendizes, assim como definidos pela legislação trabalhista hoje em vigor, e protegerá por todos os meios que puder crianças e adolescentes da exploração sexual;
- b) Implementará e disseminará para seus empregados, prepostos, funcionários, terceirizados, demais colaboradores, investidores, clientes e fornecedores, bem como para a comunidade local, a política corporativa da **AHI** e de suas Filiais, e o compromisso que ora assume;
- c) Dará conhecimento a todos aqueles que puder sobre o compromisso público da **AHI** e de suas Filiais, e de seu próprio que ora assume, de não tolerar a exploração sexual de crianças e adolescentes em seus estabelecimentos, e caso assim seja possível, fará o presente compromisso constar em todos os contratos e compromissos que assumir perante terceiros;
- d) Constantemente informará a todos os seus empregados, prepostos, funcionários, terceirizados e demais colaboradores sobre a necessidade de proteção a crianças e adolescentes contra a exploração sexual;
- e) Fará saber, em todas e quaisquer oportunidades de comunicação institucional interna e externa que puder, que aderiu ao presente compromisso

com a **AHI** e suas Filiais sobre a proteção de crianças e adolescentes contra a exploração sexual; e

Assim, por estar justo e comprometido, assina o **ADERENTE** o presente documento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das 2 (duas) testemunhas abaixo descritas, a tudo presentes.

(Cidade), ____ de ____ de 2006

ADERENTE: _____

De acordo **AHI:** _____

Testemunhas:

1.

2.

Nome _____

Nome _____

RG

RG

Exploração sexual de crianças e adolescentes em Salvador: limites, restrições e possibilidades de ação do Cedeca-BA



José Antônio Gomes de Pinho

Aniele Marquez

Ivã Coelho

Mônica Santana

Este capítulo apresenta as diversas faces da exploração sexual infanto-juvenil no turismo em Salvador, tendo como eixo fundamental de pesquisa o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (Cedeca-BA), uma organização não-governamental que atua em diversas frentes no combate à violência contra crianças e adolescentes, seja em casos relacionados aos crimes de homicídio, abuso ou exploração sexual.

Assim como as demais instituições que têm como foco o combate à violência infanto-juvenil — sejam originárias do Estado, da sociedade ou da iniciativa privada, o Cedeca-BA possui como base de orientação fundamental o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, suas parcerias e apoios internacionais fazem do Cedeca-BA uma importante referência nas questões relacionadas aos dilemas e desafios para o desenvolvimento dos direitos humanos, no que tange à população infanto-juvenil.

A articulação do Cedeca-BA com a sociedade, o poder público e as empresas privadas revela-se um grande fator de contribuição para o fortalecimento da rede de proteção e combate à violência contra crianças e adolescentes na Bahia, e com reflexos que indiscutivelmente abrangem o território nacional.

Pela percepção dessa articulação e do trabalho em rede é que se pretende aqui apresentar também, embora de forma sintética, idéias de al-

guns pesquisadores e educadores sociais que, pelo intercâmbio de informações, debates e atuação participante, contribuem paralelamente ou em parceria para o combate à exploração sexual infanto-juvenil no turismo em Salvador.

A pesquisa tem caráter exploratório e natureza qualitativa, sendo realizada por meio de pesquisa bibliográfica e documental, e de entrevistas com a utilização de questionários semi-estruturados. Além disso, foram feitas coletas de dados secundários e um trabalho de observação não-participante, para melhor compreensão do universo explorado.

Inicialmente, são abordados os aspectos relacionados à caracterização da área de estudo, a cidade de Salvador-BA, sendo apresentados dados sociais, turísticos e específicos sobre turismo sexual nessa cidade, o que já indica que a ação do Cedeca-BA se faz em cima de um determinado contexto com um processo histórico específico, condicionado pelos elementos constitutivos desse processo histórico.

Em seguida, faz-se uma caracterização do objeto de estudo, o Cedeca-BA, sendo revelados seus projetos, posicionamentos e linhas de atuação no enfrentamento da violência sexual.

Posteriormente, a trajetória do Cedeca-BA é delineada, concomitantemente com um aporte teórico que aproxima a democracia, os direitos e a questão do turismo sexual, ou seja, entendemos que a questão do turismo sexual tem que ser colocada no invólucro da construção dos direitos, da cidadania, da democracia enfim.

De forma objetiva, discutimos o papel das ONGs no contexto contemporâneo da reforma do Estado de forma teórica, para que, no percurso, possamos abordar a trajetória do Cedeca-BA como ONG, com suas limitações, possibilidades e contradições no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Por fim, concluímos o estudo apresentando uma análise dos dados obtidos procurando uma convergência entre o empírico e teórico de modo a lançar alguma luz na construção de conhecimento para o combate ao fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil no turismo em Salvador.

Caracterização da área de estudo (Salvador) e do objeto de estudo Cedeca

Caracterização da área de estudo (Salvador)

Salvador é uma cidade dissimulada. Jamais é o que se apresenta ao olhar em toda sua plenitude... é preciso que todos os sentidos estejam atentos, aguçados e que, além deles, a imaginação permita brincar em seus jogos de luz e sombra.

(Gey Espinheira)

Inicialmente sustentada pelo comércio e a indústria, a cidade teve, nas últimas décadas, no turismo o complemento para a elevação do seu PIB, com a diminuição das altas taxas de desemprego e conseqüente melhoria na qualidade de vida de seus habitantes, de maneira geral. Mas essa não foi a solução, o desemprego continua elevado em todo o estado, o que contribui para aviltantes índices de pobreza favorecendo um mercado de atividades informais e o aumento na participação de atividades ilegais como o turismo sexual, que envolve crianças e adolescentes numa rede de exploração cada vez mais articulada e infiltrada em diversos segmentos sociais. Problemas urbanos como falta de transporte e saúde públicos, moradia, saneamento, educação e violência, contribuem para a degradação acelerada do nível de vida de sua população mais vulnerável e desprovida dos benefícios de uma sociedade perigosamente desigual.

A situação do Nordeste e de Salvador, no que tange à exclusão social, pode ser apreendida a partir de dados de Pochman e Amorim (2003), construídos com base em três aspectos: padrão de vida digna — que inclui os índices de pobreza, desigualdade e emprego formal; conhecimento — que se refere aos índices de alfabetização e escolaridade; risco juvenil — que se desdobra na quantidade de jovens presentes na população e número de homicídios por 100 mil habitantes. Ressalta-se que os indicadores citados se detalham para a composição do índice, todavia, não há pretensão de explorar esse tópico neste capítulo, apenas destacar alguns elementos.

Dados específicos sobre Salvador revelam uma realidade congruente com a verificação comentada a seguir. Em uma análise onde 0 (zero) representa a pior situação social e 1 (um) a melhor possível, dentro dos níveis avaliados, Salvador se expõe por meio dos números da tabela 1.

Tabela 1
Salvador (BA)
Posição no ranking, a partir da melhor
situação social: 226^o

Índice	Valor
Pobreza	0,599
Emprego formal	0,285
Desigualdade	0,247
Escolaridade	0,759
Alfabetização	0,893
Juventude	0,718
Violência	0,972
Exclusão social	0,597

Como pode ser examinado, apesar de Salvador ser uma localidade de grande porte, capital estadual e com vigoroso índice de pobreza, o índice de violência se encontra em um “grau aceitável”, em princípio, na medida em que o dado constatado aproxima-se de 1 (um). Mas para que se possa ter uma real noção da realidade social do município, faz-se essencial uma pesquisa qualitativa que desvende as particularidades que movem o dado quantitativo, no intuito de elucidá-lo.

Citando dados que contextualizam a região Nordeste, e conseqüentemente Salvador: no que atribui significado ao indicador que mede a participação de cidadãos com até 19 anos na população total, “percebe-se, que por um lado, 7% das cidades brasileiras apresentam elevada participação de jovens, sendo que todas elas estão situadas nas regiões Norte e Nordeste” (Pochman e Amorim, 2003:23) do Brasil. “Ainda que de forma indireta, isso aponta para uma das características da exclusão social nessas regiões, presente em famílias numerosas, compostas por muitas crianças e jovens e que apresentam menor expectativa de vida” (Pochman e Amorim, 2003). Com média próxima de 0,8 para esse quesito, Salvador exhibe a sua realidade, que concorda com a citação dos autores.

Em relação ao indicador que afere a violência, observa-se que 13,9% das cidades brasileiras exibem um considerável número de homicídios por 100 mil habitantes, mas o que é singular é o fato de que, ao contrário do espera-

do, “a localização delas não coincide propriamente com a das cidades onde a exclusão se faz com mais clareza” (Pochman e Amorim, 2003:24). É possível que a violência possua uma lógica territorial distinta para cada região. Pode-se inferir a possibilidade de que o controle e registros legais da violência seguem padrões diferenciados de eficácia, por exemplo.

O índice de emprego formal — em 0,285 — e o índice de desigualdade — em 0,247 — portanto, bem mais próximos de zero do que de um, integram o tema “padrão de vida digno”, e revelam quais são, entre as aqui tratadas, as pendências sociais mais graves de Salvador.

No que se refere ao índice de exclusão social propriamente dito, “nada menos que 41,6% das cidades do Brasil apresentam os piores resultados neste indicador, quase todas elas situadas nas regiões Norte e Nordeste” (Pochman e Amorim, 2003:25). Esses dados reforçam a constatação de que há poucos pontos territoriais não tão marcados pela exclusão social, desvendada pela pobreza e pela fome, “que atingem famílias extensas, jovens, uma população pouco instruída e sem experiência assalariada formal” (Pochman e Amorim, 2003).

A média alcançada pela capital baiana no índice de exclusão social (0,597) faz de Salvador um lugar onde há muito ainda que ser feito para medicar a exclusão social.

A atividade turística em Salvador-BA

A entrada do Brasil na rota do turismo mundial abriu as portas do país para que pessoas de diversas partes do mundo pudessem conhecer suas belezas naturais, a biodiversidade, a pluralidade e riqueza culturais etc., elevando as possibilidades de crescimento, desenvolvendo áreas antes relegadas às ruínas e diversificando os tipos de serviços oferecidos. As probabilidades de ganhos, as expectativas de crescimento apontavam para a euforia com a qual o tema era tratado, uma tendência a apenas levar em consideração fatores a princípio favoráveis/benéficos para qualquer país colocado à beira de uma expansão interessante para a entrada de dividendos, para o alavancar econômico e o desenvolvimento como país reconhecido internacionalmente.

Em virtude de seu patrimônio histórico-cultural, Salvador colocou-se na rota turística como uma das cidades mais procuradas como destino para fé-

rias ou passeios, seja pela elevada quantidade de belezas naturais/paradisíacas, seja pelas cores de uma cultura notoriamente diversificada. Segundo dados da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), de um total de 5.018.991 turistas que entraram no país em 2006, a Bahia foi responsável por 178.862 turistas desse montante, ficando atrás de estados como São Paulo, com 2.290.764, Rio de Janeiro, com 794.219, Rio Grande do Sul, com 619.595 e Paraná, com 535.531, o que a coloca como a quinta maior porta de entrada de turistas estrangeiros no Brasil.

Vários investimentos em uma estrutura diversificada procuraram capacitar a cidade como uma das melhores colocadas no gosto de turistas vindos de toda parte do mundo, influenciando direta e indiretamente a vida do povo por conta de mudanças diversas no dia-a-dia de toda cidade colocada como rota de passagem de pessoas com interesses múltiplos e de culturas diferentes. Ainda segundo dados da Embratur, os turistas que mais utilizam Salvador como “porta de entrada” para o Brasil vêm da Europa,¹ representando, em 2006, 157.400 de todos os turistas que preferiram a Bahia como pouso inicial de suas viagens.

Os impactos não poderiam deixar de ser notados por todos. A euforia primeva foi destacar o que de bom a transformação da Bahia, e de sua capital como prioridade, num pólo turístico, deveria resultar. Geração de empregos, crescimento da rede de hotéis, bares, restaurantes, aperfeiçoamento dos serviços, destaque para a cultura, patrimônio histórico, artístico e cultural, toda uma série de benefícios, impactos positivos, foi elencada e esperada com muito interesse por todos os envolvidos de alguma forma nessa onda de mudanças que a implantação do turismo como modo de sustentação iria ocasionar. Só que qualquer mudança, como bem sabido, traz consigo impactos positivos, geralmente os mais visíveis e desejados, e impactos negativos, por vezes escamoteados quando interesses de ordem econômica sobrepõem-se a outros menos queridos por grupos especulativos de toda sorte.

Em relação às motivações para visitar a capital baiana, dados do site da Empresa de Turismo de Salvador (Emtursa), coletados pela então Secretaria de

¹ Entre os turistas estrangeiros que mais visitam o Brasil (argentinos, americanos, portugueses, uruguaios, alemães, italianos, franceses, paraguaios, espanhóis, chilenos, respectivamente), são os italianos, portugueses e espanhóis os que têm na Bahia um de seus destinos brasileiros prediletos. Mas é importante lembrar que apenas 14% do total de turistas são internacionais, e a maioria, turistas oriundos de outros estados brasileiros. Dados da Embratur.

Cultura e Turismo da Bahia em 2004, revelam os perfis dos turistas nacional e estrangeiro que visitam a cidade.

Perfis dos turistas nacional e estrangeiro que visitam Salvador

Dados do turista estrangeiro	Dados do turista brasileiro
76% vêm a Salvador a lazer	35,2% vêm a Salvador a negócios
11,9% vêm para visitar parentes e amigos	30,7% vêm a Salvador a lazer
49,7% vêm pela influência de amigos	59,1% já conheciam a cidade
59,6% se hospedam em hotéis	29,9% vêm pela influência de amigos
Permanecem em média nove dias na cidade	46,5% se hospedam na casa de amigos e familiares
Gastam em média US\$ 45,5/ <i>per capita</i> por dia	32,2% se hospedam em hotéis
64,6% têm nível superior	Permanecem em média oito dias na cidade
	Gastam em média US\$ 26/ <i>per capita</i> por dia
	42,6% têm nível superior

No entanto, nessa pesquisa não foram identificados dados que exponham aspectos referentes ao turismo sexual em Salvador. Além disso, há diversas variáveis envolvidas ao tema que dificultam a classificação dos turistas do sexo, aspectos aqui não explorados, inclusive a falta de dados, pois as pesquisas convencionais do setor só mostram os aspectos positivos do turismo.

O turismo sexual em Salvador

Muito do tráfego intenso de turistas nacionais e estrangeiros não vem à cidade em busca de sua bela natureza, mas sim à procura de um mercado abastecido para o turismo de sexo com meninas e meninos, presas extremamente fáceis nessa modalidade ilícita. Miséria e falta de perspectivas de crescimento pessoal, aliado a uma sociedade onde a regra do consumo define estilos de vida, propiciam a entrada desse contingente no ramo do sexo, problemas sérios que carecem de políticas públicas arrojadas graças ao avançado estado de periculosidade da situação em que hoje se encontra boa parte dessa população. A

dinâmica que hoje se espalha por toda a cidade traz conseqüências tenebrosas no modo de vida cotidiana, o que exclui ainda mais crianças e adolescentes em estado de risco.

O comércio sexual que promove a exploração de crianças e adolescentes, em sua maioria do sexo feminino, redefine o ambiente citadino e informa outros meios de sobrevivência para essa população carente de investimentos governamentais, relegada à lógica doentia do prazer ilegal. Vindas da periferia da cidade e mesmo de outras cidades pelo tráfico de pessoas, essas meninas aglomeram-se em pontos onde o turismo acontece mais intensamente ou em vielas próximas aos pontos mais procurados, umas de forma mais escondida que outras, contando com a conivência de muitos agentes sociais, alguns até que deveriam combater, como é o caso de alguns policiais, cooptados por essa rede em esquemas de corrupção, bem como donos de hotéis e taxistas.

A necessidade de sobrevivência impele muita dessas meninas para as ruas, muitas inclusive sendo estimuladas por suas famílias, desprovidas de qualquer forma de sustentabilidade, como única forma de conseguir alimentos e satisfação de algumas necessidades básicas/fundamentais e também artefatos valorizados pela sociedade do consumo como roupas de marcas famosas e acessórios da moda. Em muitos casos a situação tem início com abusos praticados por parentes ou pessoas próximas das famílias dessas crianças, desses adolescentes, o que contribui para o ingresso deles no submundo da exploração. Uma realidade que fere e compromete a saúde social do estado e, conseqüentemente, do país.

De maneira geral essas pessoas não são consideradas vítimas desse esquema doentio de sexo por dinheiro, mas sim agentes ativos, responsáveis pela situação de penúria e desgraça em que se encontram. Historicamente o cuidado com a infância sempre foi mínimo por parte de toda a sociedade. Um erro fatal que propicia o descaso e agrava a irresponsabilidade com que a sociedade trata essa questão, a prova clara da falência múltipla de um modelo decadente de adequação e inserção sociais.

Mesmo sendo fenômeno mundial, os casos de exploração sexual na infância e juventude encontram abrigo mais eficiente em países como o Brasil e em cidades onde a pobreza e a desigualdade sociocultural são mais incisivas no dia-a-dia de seu povo. Mesmo com casos notificados entre meninas e meninos de classe média, é o público pobre o mais vulnerável nessa questão. Além

da pobreza e da desigualdade criando relações profundamente assimétricas entre o turista sexual e as jovens locais, ainda um outro fator tem que ser considerado fundamental no contexto da cidade de Salvador, a saber, a questão étnica criando uma combinação explosiva.

O fator exotismo é um dos que mais alimentam os anseios do turista que busca satisfação dos seus desejos sexuais. Os tipos étnicos diferentes dos que esses turistas estão acostumados em suas cidades/países são os mais apreciados, os mais procurados. No Nordeste brasileiro, onde a miscigenação é forte, a exploração atinge mais certamente meninas negras, indígenas ou com destacadas características de mistura de “raças”.

Em Salvador, cidade com a maior população negra do país, a principal oferta para o mercado do turismo sexual é de meninas negras, situação agravada por ser uma cidade com elevados índices de desigualdade e esta atingir com mais facilidade pessoas de baixo nível socioeconômico, estrato onde a concentração de negros ultrapassa a de brancos.

Portanto, dois podem ser considerados os principais fatores que contribuem para a exploração sexual de crianças e adolescentes negros no turismo de Salvador: a maioria negra habitante da cidade/estado e o estado de pauperização em que essa população se encontra, estado de vulnerabilidade socioeconômica que dificulta o acesso a meios dignos de sustentabilidade, colocando essas pessoas à mercê da sorte e dos exploradores de todos os tipos.

Baseada em Leal, Koshima lembra oportunamente que “a desigualdade estrutural da sociedade brasileira é constituída não só pela dominação de classes, como também de gênero e raça, sendo marcada também pelo autoritarismo nas relações adulto/criança” evidenciando-se no fato de a “maioria das vítimas da exploração sexual ser de mulheres, negras ou mulatas” (Koshima, 2006:35). Dados do período 1980-2000 levantados pelo Unicef constataram que “enquanto os adolescentes negros do sexo masculino são as principais vítimas dos homicídios, as meninas negras e indígenas são as principais vítimas da exploração sexual sendo o dobro das demais” (Koshima, 2006). Essa questão, por sua vez, tem que ser associada à outra que a complementa, a de uma sexualidade mais explícita nos países tropicais e por determinados grupos étnicos. É passada “uma imagem, lá fora, das nossas meninas negras bonitas” (Barros, 2007) e “diversos países conhecem o Brasil apenas pela mulata que está na propaganda (...); acho que é uma questão que é cultural mesmo,

de passar essa imagem da mulher exótica, da erotização da mulher baiana” (Santos, 2007).

Na visão da equipe do Sentinela, essa imagem começou a ser construída pelo “governo, nas décadas de 70 e 80, [quando] fez aquelas propagandas com aquelas mulheres bonitas, jovens, bundas, negras etc. Isso é vendido lá fora e é uma realidade (...) Então, vinha vôo charter, fechado, principalmente para o Nordeste” (Vasconcelos, 2007). Um outro depoimento revela que

Salvador, e o Brasil, durante muito tempo foi sendo preparado para essa demanda turística utilizando a imagem da mulher como atrativo do nosso país, do nosso município, dizendo que a mulher aqui é fácil, isso sendo propagado de forma muito forte dentro e fora do país, porque quando você fala de turismo não fala só dos americanos e europeus, mas também de outros estados e municípios para cá.

(Araújo, 2007)

No contexto específico é oportuno registrar que “Salvador é uma cidade extremamente sexualizada pela sua música, pela sua dança, pelo seu jeito de se vestir, clima (...)” e “se acredita muito que a menina por estar de short, saia, roupa curta ela está se oferecendo” quando “isso deveria ser considerado natural e normal e não como um objeto de sedução para o sexo” (Araújo, 2007). Defendendo o direito da sexualidade da jovem, Araújo identifica que “o problema está na relação de sexualidade que é estabelecida entre essa adolescente com esse sujeito adulto, na ‘objetação’, o comércio de troca que é o que ocorre com a exploração sexual e do abuso” (Araújo, 2007).

Muito se fala sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como o principal elenco de leis responsáveis pela proteção de jovens contra toda forma de maus-tratos. Decerto que, desde a promulgação da Constituição Federal na década de 1980 e a posterior vinda do ECA na de 1990, reina no âmbito das leis uma preocupação com um ambiente livre de danos ao desenvolvimento e formação do público que trafega entre a infância e a adolescência. Lançados ao *status* de sujeitos de direitos, crianças e adolescentes passaram a contar legalmente com uma proteção que esbarra ainda hoje numa cultura perigosamente machista e desprezadora de direitos humanos como o é uma parte da sociedade brasileira, sem contar com o descaso de autoridades que não buscam

implementar e efetivar as obrigações do Estado e da sociedade como um todo, elencada em leis e estatutos. Uma democracia pouco democrática, quase nada empenhada em dirimir problemas de ordem fundamental como disponibilizar aos excluídos direitos assegurados desde a Carta Magna do país.

Empenhada em redirecionar a formação social de sujeitos desprovidos da efetivação de direitos básicos, conta desde a década de 1990 o crescimento de uma parte da sociedade civil reunida em organizações não-governamentais (ONGs) com a finalidade de mudar a situação de penúria em que se encontram crianças e adolescentes, país afora.

Então, a sociedade civil organizada, na figura das ONGs que se envolvem na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, realiza estudos direcionados para constatar a realidade social das cidades, sendo por isso, essas instituições, responsáveis por boa parte da movimentação a favor da efetivação de direitos fundamentais. Através de levantamentos que verificaram como está constituída a rede de exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o Brasil, a exemplo do realizado pelo Cedeca em diversas capitais do país, hoje é possível ao governo e suas instituições entenderem a situação e promover algumas ações no sentido de diminuir o risco que essa situação traz para todos.

A luta dessas organizações é por uma sociedade consciente de suas obrigações, consciente de uma realidade que a define como justa ou degradada, como evoluída ou perdida em algum lugar entre a barbárie e o desmoronamento de suas instituições ora sagradas.

Em conjunto, sociedade organizada, poderes públicos estabelecidos e organizações internacionais desenvolveram um processo de mobilização importante para o enfrentamento dessa problemática. Como resultado desta articulação, foi elaborado o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes, lançado em meados do ano de 2000. Conhecer, diagnosticar e agir são princípios estabelecidos por esse plano que em 2002, juntamente com a Embratur, criou uma campanha nacional contra o turismo sexual e mais especificamente contra a exploração de crianças e adolescentes nessa nefasta realidade.

Em Salvador a maior parte dessa articulação tem participação efetiva e atuante do Cedeca-BA, primeiro no país a se rebelar contra a situação de periculosidade na qual crianças e adolescentes são inseridos, ao arrepio de todas as leis de promoção do bem-estar desses jovens.

Dados cedidos pelo Programa Sentinela na Bahia — que é resultado de uma política pública do governo federal, mas com atuação municipal, onde o público infanto-juvenil vítima de violência sexual recebe atendimento psicossocial — informam a proporção dos atendimentos realizados em diversas situações relacionadas à violência sexual contra crianças e adolescentes no primeiro semestre de 2007, incluindo exploração e turismo sexual.

Tabela 2
Atendimentos realizados a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual em Salvador (1º semestre de 2007)

Modalidade de exploração sexual	Número de crianças e adolescentes atendidos		
	Masculino	Feminino	Total
Tráfico interno, para fins de exploração sexual		13	13
Tráfico internacional, para fins de exploração sexual	1	3	4
Pornografia	1	1	2
Turismo sexual	1	6	7
Prostituição (exploração sexual comercial)	12	22	34
Total			60

Fonte: Programa Sentinela.

É importante observar que o total de crianças e adolescentes do sexo feminino revela-se maior que o número de crianças e adolescentes do sexo masculino, impondo um perfil até mesmo já esperado. Além disso, esses números expõem a situação em que cada indivíduo se encontrava quando foi encaminhado para atendimento pelo Programa Sentinela, o que não significa que a mesma criança ou adolescente não tenha sido vítima de outra modalidade de exploração sexual.

Por meio de entrevistas realizadas com representantes de ONGs, educadores sociais e funcionários do próprio Programa Sentinela, verificou-se, por exemplo, que adolescentes vítimas de tráfico internacional, geralmente tinham participação anterior no turismo sexual, e crianças e adolescentes explorados por meio do turismo de sexo podem também pertencer à rede de exploração sexual comercial que atende ao “mercado local”. O que ocorre é que o turismo

é uma atividade sazonal, e, nessa lógica, o turismo sexual ocorreria da mesma forma, tendo seu ápice nas altas temporadas.

De acordo com Chaves (2007), em uma pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho, em que ela atuou como pesquisadora, seriam identificados menores índices de turismo sexual se os dados fossem comparados ao total de exploração sexual comercial infanto-juvenil. “É preciso lembrar que a pesquisa foi realizada em agosto, e as entrevistadas respondiam de acordo com o período provavelmente” (Chaves, 2007). Essa informação pode levar à dedução sobre o crescimento do turismo sexual associado aos períodos de alta da atividade turística em Salvador, aspecto já abordado por outros entrevistados.

A relação entre turismo sexual e tráfico internacional de mulheres para fins sexuais pode ser verificada no relato de uma educadora que trabalhou, entre 1989-94, no Centro de Informação para Mulheres da Ásia, África, América Latina e Europa do Leste, localizado na Suíça, que atende a mulheres em dificuldades desses países que observou que

muitas dessas mulheres chegam por intermédio do turismo sexual (...) o turismo sexual é uma forma de tráfico de mulheres, uma forma de aliciamento para o tráfico (...) a partir da constatação de que cerca de 70% chegavam por intermédio do turismo sexual ou tinham sido levadas por um noivo ou namorado, ou por um empresário.

(Leite, 2007)

País terceiro-mundista, ou, mais recentemente nomeado em desenvolvimento, o Brasil está entre os primeiros colocados na lista dos países onde a desigualdade econômica é mais visível e determinante dos caminhos que a sociedade tende a trilhar. Se por um lado a entrada do país em um dos destinos mais procurados por turistas de todo o mundo trouxe possibilidades fartas de melhorias gerais para sua população, por outro, por conta da subjugação econômico e de fatores culturais arraigados, a diferença socioeconômica e a avidez do mercado capitalista, perfilado por uma banalização do sexo, ressaltou um lado sombrio de uma realidade tão áspera, qual seja, a exploração de crianças e adolescentes no mercado do sexo para atender ao turismo sexual e ao tráfico de seres humanos.

As cidades do Nordeste, notórias por seu calor e natureza esplêndida, bem como pela vulnerabilidade de uma população exposta a altíssimos índices de pobreza, passaram a ser ponto de parada fundamental para a exploração sexual no turismo. Salvador, farta em história e natureza, hoje sofre as consequências desse turismo que menos conserva que destrói. Salvador integra hoje uma das rotas do turismo sexual no Brasil.

Essa rota pode ser apontada de acordo com a dinâmica de cada bairro da cidade. Sobre isso Waldemar Oliveira, coordenador do Cedeca-BA, afirma que “quem anda e circula pela cidade como: Barra, Pituba, Pelourinho, Itapuan, Aeroclub e em alguns bairros periféricos ainda assiste a algumas crianças serem exploradas, por exemplo os postos de combustíveis da saída da nossa cidade também...” (Oliveira, 2007)

Rota da exploração sexual de crianças e adolescentes em Salvador

Os bairros citados a seguir são mencionados por especialistas no assunto como localidades onde ocorre a exploração sexual de crianças e adolescentes; é relevante para o tema observar que alguns deles são classificados como turísticos (figura 1).

- ⊗ Subúrbio Ferroviário (Periperi, Paripe).
- ⊗ Calçada.
- ⊗ Comércio/Elevador Lacerda.
- ⊗ Praça da Sé/Pelourinho/Baixa Sapateiros/Carlos Gomes/Rua D’Ajuda.
- ⊗ Porto da Barra e Farol da Barra.
- ⊗ Orla toda, Pituba e Pituaçu.
- ⊗ Itapuã (Sereia, Cira, Lagoa).

Dos bairros citados, as áreas que estão entre as mais visitadas por turistas são: Comércio e Elevador Lacerda, Praça da Sé, Porto da Barra e Farol da Barra, Itapuã.

Atuação na Bahia e no Brasil

Devido ao seu árduo trabalho o Cedeca-BA é reconhecido tanto na Bahia quanto no Brasil e atualmente é representante brasileiro do ECPAT, principal organização internacional pelo fim da exploração sexual de crianças e adolescentes. É membro da Organização Mundial contra a Tortura e compõe a coordenação colegiada do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e do Comitê Estadual.

Além das representações citadas, o Cedeca é responsável pela coordenação das ações de assessoria técnica do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (Pair) e supervisiona desde 2001 o Programa Sentinela na Bahia, junto com o governo do estado.

A mídia também reconhece o trabalho desenvolvido pelo Cedeca, tanto assim que já ganhou prêmios, como:

- © 1996 — **Prêmio Nacional de Direitos Humanos**;
- © 1998 — **Prêmio Criança e Paz — Betinho**;
- © 2000 — **Top de Marketing** — na categoria projeto social, pela publicação *Violência sexual: a infância interrompida*.

Linhas de atuação

O Cedeca no seu trabalho adota as linhas de atuação a seguir.

DEFESA E RESPONSABILIZAÇÃO

Geralmente as pessoas vitimizadas pela violência sentem-se desprovidas de proteção da lei, por isso o Cedeca dispõe de um setor jurídico gratuito que acompanha os casos desde o inquérito policial até o julgamento, quando os advogados da instituição atuam como assistentes de acusação. Esse trabalho é acompanhado de um tratamento psicossocial, que promove a assistência necessária para a recuperação psicológica das crianças e dos adolescentes.

ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL

É de fundamental importância o tratamento, orientação e apoio psicológico às vítimas e seus familiares. O Cedeca criou o setor psicossocial em 1998, que oferece aos seus usuários serviços de psicoterapia individual, musicoterapia, grupos de apoio, além de equitação, ginecologia, pediatria e odontologia, através de convênios com profissionais liberais e clínicas de Salvador.

FORMAÇÃO E PESQUISA

A linha de ação de formação e pesquisa é introduzida no Cedeca/BA com o objetivo primeiro de socializar a metodologia institucional de proteção especial e integral a crianças e adolescentes. Com isso, busca disseminar os conhecimentos produzidos na instituição a partir de sua prática cotidiana, além de fundamentar o trabalho por meio de pesquisas sobre a temática da infância e adolescência em situação de risco no Brasil.

Para atingir esse objetivo, o Cedeca realiza cursos de formação para profissionais de ciências humanas e áreas afins que atuam direta ou indiretamente com crianças e adolescentes em situação de risco e violência, pela produção de seminários, conferências, workshops e participação em espaços de discussão e elaboração de políticas públicas.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A mobilização da opinião pública deve ser encarada como uma política de atendimento, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, art. 88, inciso VI, a partir da qual é possível reunir diversos segmentos sociais em uma grande rede pelos direitos infanto-juvenis. Acreditando nessa idéia, o Cedeca-BA vem fazendo um grande esforço de construção de uma rede onde todos os atores possam estar envolvidos, mobilizados e dar sua contribuição ao enfrentamento do problema.

Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Lançada em 1995 pelo Cedeca-BA, a Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes incentiva a denúncia e a busca de soluções conjuntas para o drama vivido por muitas meninas e meninos. Pioneira no país, a campanha é intensificada durante o período de Carnaval, quando cerca de 2 milhões de pessoas circulam pelas ruas de Salvador.

DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

“Esquecer é permitir. Lembrar é combater.” Este é o slogan do 18 de maio, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infanto-juvenil. A data reafirma a importância de se denunciar e responsabilizar os autores de violência sexual contra a população infanto-juvenil. Instituído em 2000, o dia faz alusão a um crime, ocorrido no Espírito Santo, há 27 anos, em que Araceli Cabrera Sanches, então com oito anos, foi violentada e assassinada. A campanha do dia 18 de maio, produzida pelo Cedeca-BA, foi adotada pelo governo federal.

Projetos do Cedeca-BA

PROJETO FAROL

Esse projeto, apoiado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, realiza a prevenção primária da violência sexual contra crianças e adolescentes em escolas da rede municipal e estadual da Bahia. Para isso, são oferecidos instrumentos teóricos e práticos aos professores sobre o enfrentamento das violências sexuais contra crianças e adolescentes e encaminhamento adequado aos órgãos competentes (delegacias, Programa Sentinela, Cedeca-BA, conselhos tutelares), através das escolas e pais, dos casos de violência cometidos contra crianças e adolescentes.

São desenvolvidas atividades para alunos da 5ª à 8ª séries em sala de aula pelos professores capacitados e os monitores do Cedeca-BA. Debates e palestras esclarecem os pais e a comunidade da escola sobre temas transversais (sexualidade, drogas, cidadania etc.), com a intenção de sensibilizá-los a denunciar casos de violência infanto-juvenil.

PELO DIREITO DE CRESCER LIVRE DA VIOLÊNCIA E DA MORTE

Esse projeto, apoiado pela organização não-governamental suíça Terre des Hommes, fortalece e consolida o núcleo jurídico do Cedeca-BA, para garantir a proteção sociojurídica às crianças e aos adolescentes vítimas dos crimes contra a vida, de abuso e exploração sexual. A instituição atua por meio de medidas administrativas e judiciais de responsabilização dos agentes (violadores, abusadores e exploradores), desde a denúncia até o julgamento das ações nas delegacias e varas criminais especializadas da infância e juventude e no tribunal do júri. São beneficiados pelo projeto, com palestras nas escolas de Salvador, 4 mil adolescentes de 10 escolas de rede pública de ensino, além de 40 oficiais da Polícia Militar, que atendem em média a 300 crianças e adolescentes por mês.

JOVENS REALIZADORES: COMUNICAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O projeto forma jovens empreendedores, capazes de atuar nas diferentes dimensões da vida (pessoal, social e profissional), intervindo como agentes multiplicadores de uma cultura da não-violência, especialmente no que diz respeito à violência sexual contra a população infanto-juvenil. Para isso, são oferecidas condições para que os participantes conheçam e aprendam o processo de comunicação, desenvolvendo habilidades de leitura, produção e difusão de produtos comunicacionais (oficina de imagem e comunicação impressa) na prevenção e enfrentamento da violência sexual.

Ele atinge 40 jovens entre 15 e 21 anos que estão freqüentando a escola pública e residem ou freqüentam o Centro Histórico, estando vulneráveis à

exploração sexual comum nessa região. São trabalhados conceitos relativos às relações humanas, projeto de vida, sexualidade, DST/HIV/Aids, violência, cidadania, auto-aceitação, conflitos familiares, protagonismo juvenil e o uso de drogas, entre outros.

FORTALECENDO O PROTAGONISMO JUVENIL NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Com a intenção de fortalecer as ações de protagonismo juvenil na cidade de Salvador, pelo apoio ao Grupo Interinstitucional de Enfrentamento à Violência Sexual (Gievs), foi criado o projeto Fortalecendo o Protagonismo Juvenil no Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes que vem contribuir para a elaboração, implementação e avaliação das ações realizadas pela e para a juventude em prol do fortalecimento do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual da Bahia.

Durante oito meses, os jovens de oito instituições que compõem o grupo, entre elas o Cedeca-BA, realizaram atividades diversas, entre elas, reuniões, oficinas de capacitação, visitas às instituições parceiras que trabalham com o atendimento às crianças e aos adolescentes e um seminário, que se configurou como um instrumento de preparação onde foram extraídas as diretrizes para a construção do plano de ação de 2005.

Também fazem parte do Gievs o Centro de Referência Integral de Adolescentes (Cria), o Centro de Educação e Cultura Popular (Cecup), a Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (Acopamec), o Pernambués Articulado Resistência (PAR), a Atac BR, a Cipó Comunicação Interativa e o Quilombo Calabares.

ENFRENTANDO A IMPUNIDADE

O projeto tem como objetivo o fortalecimento da tecnologia social de defesa e atendimento às crianças e adolescentes vitimizados pela violência, homicídios e crimes sexuais, operacionalizada pelo Cedeca-BA, possibilitando a sua incorporação nas políticas públicas locais. A instituição espera mobilizar a

sociedade baiana em relação ao grande número de crimes de homicídio contra crianças e adolescentes na região metropolitana, trazendo o assunto para a pauta das discussões das políticas públicas na área da infância.

Pelo exposto, pode-se observar que o Cedeca-BA tem uma ação não apenas intensiva e proativa como bastante diversificada, abrindo várias frentes de atuação, o que já indica, preliminarmente, que o enfrentamento da questão da exploração sexual de crianças e adolescentes demanda um leque de intervenções bastante plural e diversificado, e, veremos também, ainda assim insuficiente dada a complexidade, magnitude da questão e tudo que ela encerra.

Democracia, direitos e a questão do turismo sexual: trajetória do Cedeca-BA

Esta seção constrói um referencial teórico para o entendimento da questão em tela. Assim iremos recorrer a autores que têm se dedicado ao tema, tanto direta quanto indiretamente. Por ser a questão muito complexa, como já afirmado, não há um referencial teórico direto e justo para o entendimento da questão, tendo-se que recorrer a macroteorias, ou seja, teorias mais estruturais de compreensão da realidade.

Um debate central que se ajusta adequadamente à nossa época se refere à controvérsia entre progresso científico e progresso moral. Assim, “enquanto parece indubitável que o progresso técnico e científico é efetivo (...) bem mais difícil — se não mesmo arriscado — é enfrentar o problema da efetividade do progresso moral” (Bobbio, 1992:53). Essa dificuldade se encontra em duas causas: o conceito de moral em si “é problemático” e faltam indicadores para medir um progresso moral (Bobbio, 1992). Nessa discussão, torna-se oportuno lembrar que “a história humana é ambígua para quem se põe o problema de atribuir-lhe um ‘sentido’. Nela, o bem e o mal se misturam, se contrapõem, se confundem”, mas parece possível afirmar com convicção que “a parte obscura da história do homem (e, com maior razão, da natureza) é bem mais ampla do que a parte clara” (Bobbio, 1992:54). Ainda que essa afirmação exale um grande pessimismo, “há zonas de luz que até o mais convicto dos pessimistas não pode ignorar: a abolição da escravidão, a supressão em muitos países dos suplícios que outrora acompanhavam a pena de morte e da própria pena de

morte” (Bobbio, 1992). Além destes, situam-se também movimentos ecológicos e pacifistas e empenho de governos pela “afirmação, reconhecimento e proteção dos direitos do homem” (Bobbio, 1992:55).

Nessa linha, tem que se admitir que “a doutrina dos direitos do homem já evoluiu muito, ainda que entre contradições, refutações, limitações” (Bobbio, 1992:62). Tem que se levar em consideração, também, que ainda que “a meta final de uma sociedade de livres e iguais, (...) precisamente por ser utópica, não tenha sido alcançada, foram percorridas várias etapas, das quais não se poderá facilmente voltar atrás” (Bobbio, 1992).

Nessa trajetória que sai de uma idéia abstrata para aspectos singulares e concretos, ocorre cada vez mais uma especificação referente ao gênero, às fases da vida e a estados excepcionais. Quanto ao primeiro, foram sendo reconhecidas gradativamente as diferenças entre homem e mulher. Com relação às fases da vida, “foram-se progressivamente diferenciando os direitos da infância e da velhice, por um lado, e os do homem adulto, por outro” (Bobbio, 1992). Quanto aos estados excepcionais, ocorre o reconhecimento aos direitos especiais aos doentes, incluindo os mentais, aos deficientes etc. (Bobbio, 1992). No que interessa a esta pesquisa, vale observar a aprovação da Declaração dos Direitos da Criança em 1959 (Bobbio, 1992). Toda essa evolução, no entanto, tem que ser trazida do “plano ideal” para o “plano real” e, assim, “uma coisa é falar dos direitos do homem”, enquanto “outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva” (Bobbio, 1992:63). Outros argumentos podem ser adicionados no sentido de tornar tudo mais difícil: “à medida que as pretensões aumentam, a satisfação delas torna-se cada vez mais difícil” (Bobbio, 1992) exemplificando com o caso dos direitos sociais “mais difíceis de proteger do que os direitos de liberdade” (Bobbio, 1992), podendo-se identificar, assim, um contraste entre “a grandiosidade das promessas e a miséria das realizações” (Bobbio, 1992). Em toda essa discussão, deve-se ter presente “a distinção entre teoria e prática”, pois estas “percorrem duas estradas diversas e a velocidades muito desiguais” (Bobbio, 1992:67), constatando-se uma distância grande entre o que se fala e o que se efetivamente tem em termos de direitos.

Focando na multiplicação dos direitos, podem ser reconhecidos três modos: aumento da “quantidade de bens considerados merecedores de tutela”; extensão da “titularidade de alguns direitos típicos a sujeitos diversos do homem”; não existe mais um “homem em abstrato”, mas tem sua especificidade

como “criança, velho, doente etc.” (Bobbio, 1992:68). Quanto a este último que nos interessa mais diretamente neste estudo, passa-se a considerar que “[a] mulher é diferente do homem; a criança do adulto; o adulto, do velho” (Bobbio, 1992:69).

Na sua linha de questionamento, o autor pontua que

[a]s cartas de direito, enquanto permanecerem no âmbito do sistema internacional do qual promanam, são mais do que cartas de direitos no sentido próprio da palavra: são expressões de boas intenções, ou, quando muito, diretivas gerais de ação orientadas para um futuro indeterminado e incerto, sem nenhuma garantia de realização além da boa vontade dos Estados, e sem outra base de sustentação além da pressão da opinião pública internacional ou de agências não-estatais, como a Amnesty Internacional.

(Bobbio, 1992:78)

Assim, é preferível chamar de “exigências” em vez de direitos quando se estiver referindo a “direitos não constitucionalizados, ou seja, a meras aspirações, ainda que justificadas com argumentos plausíveis, no sentido de direitos (positivos) futuros” (Bobbio, 1992:79). Assim, a palavra “direitos” seria atribuída apenas “às exigências ou pretensões efetivamente protegidas” (Bobbio, 1992). Esse debate ganha assim a seguinte conclusão:

Uma coisa é um direito; outra, a promessa de um direito futuro. Uma coisa é um direito atual; outra, um direito potencial. Uma coisa é ter um direito que é, enquanto reconhecido e protegido; outra é ter um direito que deve ser, mas que, para ser, ou para que passe do dever ser ao ser, precisa transformar-se, de objeto de discussão de uma assembléia de especialistas, em objeto de discussão de um órgão legislativo dotado de poder de coerção.

(Bobbio, 1992:83)

Ainda que Bobbio faça essa discussão de forma tão substanciada, o debate envereda fundamentalmente pela discussão de direitos sociais mostrando a dificuldade em assegurar a sua universalização constatando-se a distância entre o que é desejo, intenção e o que é efetivamente realizado, conquistado, indicando que essa distância também ocorre quando se trata de uma temática

sensível e mesmo em contextos do mundo desenvolvido, mostrando as dificuldades de enfrentamento de questões ligadas a direitos substantivos. Dois pontos merecem a atenção a partir do formulado. Chama a atenção a ausência da cobertura de temas ligados à violação de direitos fundamentais da vida, como é o caso de pedofilia, violência sexual etc. Por outro lado, não se pode dizer que essa temática seja única e exclusivamente de países de Terceiro Mundo ou de emergentes, mas encontra-se também em países do chamado Primeiro Mundo, o que causa maior estranheza essa ausência. Além disso, a esse respeito vale a pena pontuar que mais recentemente, mas muito recentemente (últimos anos do século passado), é que surgiu a discussão e elaboração dos chamados direitos sexuais, mostrando que a sociedade tem evoluído no sentido de passar a considerar esse tipo de direitos.

Os chamados direitos sexuais nada mais são do que um dos ramos do que está plantado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, fazendo parte do desdobramento dos direitos humanos. Dentro do rol das necessidades humanas básicas, além de moradia, educação, vestuário, estão as de caráter sexual. Então o direito ao desejo de contato, intimidade, expressão emocional, prazer, carinho e amor faz parte das subjetividades do ser humano, que o direito intenta assegurar, proteger. O amplo desenvolvimento da sexualidade é fundamental para o bem-estar interpessoal, individual e social, por isso a sociedade, como um todo, não poderia se abster da responsabilidade de propiciar um crescimento sadio a todos os seus representantes. Como em tudo que diz respeito à humanidade há a existência de conflitos diversos, a atuação do direito, também na área da sexualidade, faz-se mais que necessária.

Para a devida promoção de uma sociedade sexualmente saudável, onde todos os seres humanos tenham assegurada sua liberdade para expressar suas necessidades sexuais, os direitos sexuais devem ser reconhecidos, respeitados, defendidos e promovidos. Como direitos sexuais temos o direito à liberdade sexual, excluindo coerções, explorações e abusos; o direito à autonomia sexual, integridade sexual e a segurança do corpo sexual, onde se assegura a autonomia nas decisões pessoais que envolvam sexo; o direito à privacidade sexual, que preserva o direito de cada um à intimidade sem invasão dos direitos dos outros; o direito à liberdade sexual, para conferir liberdade contra todas as formas de discriminação; o direito ao prazer sexual, incluindo aqui o auto-erotismo; o direito à expressão sexual; o direito à livre associação sexual, preser-

vando a associação sexual responsável; o direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis; o direito à informação baseada no conhecimento científico; o direito à educação sexual compreensiva; e o direito à saúde sexual. Trata-se de um amplo espectro de normas elaboradas para os direitos humanos que agora recaem sobre a esfera da intimidade sexual, o que engloba ainda a questão da orientação sexual e identidade de gênero.

A trajetória dos direitos no Brasil em uma perspectiva histórica

Até agora a questão em tela foi tratada mais de um ponto de vista genérico, ou mais especificamente de um ponto de vista de países mais desenvolvidos. Vamos, agora, trazer essa discussão mais geral para o caso brasileiro destacando, em um primeiro momento, primordialmente os elementos históricos. Antes disso, é oportuno lembrar que a idéia de cidadania normalmente comporta direitos civis, políticos e sociais. Seria um “cidadão pleno” aquele portador desses três direitos, enquanto os que não se beneficiam de nenhum deles seriam um “não-cidadão” (Carvalho, 2005:9). Os direitos civis são os que nos interessam mais aqui neste espaço, pois incluem a “garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ater respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular” (Carvalho, 2005). Chama a atenção, novamente, como no caso de Bobbio, que essa longa lista não inclua os direitos relativos a não sofrer exploração ou abuso sexual. Essa ausência acaba causando a impressão de que esses problemas não existem e/ou seriam tão secundários ou residuais, afetando talvez um número pequeno de pessoas, que perto de causas maiores nem merecem ser mencionados. Poderíamos entender ou especular que o que se aproxima mais da temática aqui tratada seja o da inviolabilidade do lar pensando em termos da inviolabilidade do corpo.

Os direitos civis são garantidos através de “uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos” (Carvalho, 2005). T. A. Marshall que desenvolveu essas dimensões de direitos compondo a cidadania também observou que no caso clássico da Inglaterra ocorreu um desenvolvimento com “muita lentidão” (Carvalho, 2005:10), assim como percebeu uma seqüência de insta-

lação de direitos conformando a seguinte ordem: civis, políticos e sociais, os últimos já no século XX. Fica claro que “a própria idéia de direitos e, portanto, da cidadania, é um fenômeno histórico” (Carvalho, 2005:11), mas que nesse processo podem ocorrer também “desvios e retrocessos, não previstos por Marshall” (Carvalho, 2005). O Brasil é um caso, onde “não se aplica o modelo inglês” (Carvalho, 2005).

Feitas essas qualificações, vale a pena, ainda que de maneira panorâmica, identificar no processo histórico brasileiro a trajetória de implantação de direitos para possibilitar um entendimento mais sólido de nosso tema de pesquisa. Levantaremos apenas alguns processos decisivos para alimentar de conhecimento o tema em análise. Assim, o tipo de colonização adotado no Brasil por Portugal era “comercial e masculino” (Carvalho, 2005:20) não tendo Portugal uma população suficiente para ocupar o país de dimensões continentais. “Miscigenar era uma necessidade individual e política” (Carvalho, 2005), ocorrendo com as mulheres indígenas por aceitação destas ou por estupro. “No caso das escravas africanas, o estupro era a regra” (Carvalho, 2005:21). Vale colocar a questão de até que ponto essa posição não está introjetada nas mentes dominantes, passada de geração em geração, se não como estupro, mas como abuso ou possibilidade de usufruto dada toda a assimetria social, existente ainda na atualidade, base estrutural da escravidão. A idéia de cidadania excluía os escravos que “não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida (...)” (Carvalho, 2005), excluía também a população legalmente livre, pois lhe “faltavam todas as condições para o exercício dos direitos civis, sobretudo a educação” (Carvalho, 2005).

Não recuando muito no tempo, um primeiro momento decisivo encontra-se na abolição da escravidão que “incorporou os ex-escravos aos direitos civis”, mas de modo “mais formal do que real” (Carvalho, 2005:17). Na chamada República Velha os avanços não foram alentadores e, assim, “até 1930 não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado” (Carvalho, 2005:83). A participação política ficava restrita a “pequenos grupos” enquanto a “grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo” (Carvalho, 2005), não havendo lugar para o povo na configuração política. Mesmo sendo 1930 “um divisor de águas na história do país” e construindo-se o primeiro

experimento de democracia que duraria até 1964, nesse período os direitos civis “progrediram lentamente” (Carvalho, 2005:88). Estiveram presentes nas três constituições desse período, mas, na vida real, sua garantia continuava “precária para a grande maioria dos cidadãos” (Carvalho, 2005). Uma expressão disso encontra-se no sistema judiciário, ao qual o acesso da população “progrediu pouco” (Carvalho, 2005:88). Mesmo que o movimento de 1930 tenha levado o “debate” político a “uma parcela da população” (Carvalho, 2005:96), o Estado Novo que se implanta em 1937 ocorre em um contexto de “falta de oposição”, o que parecia surpreendente, pois “a mobilização política vinha crescendo” (Carvalho, 2005:106). Isso leva a uma pergunta inevitável: “Como explicar a passividade geral?” (Carvalho, 2005). Não cabe, aqui, destriçar as razões desse posicionamento, mas, sim, registrar sua existência e persistência, um traço estrutural de nossa formação.

Um paradoxo da nossa formação histórica pode ser identificado plenamente nesse período. Assim, se os direitos políticos experimentaram um “sério recuo” no período getulista de 1930-45, esse também foi “o grande momento da legislação social” (Carvalho, 2005:110). O paradoxo se explica pela priorização dos direitos sociais frente aos políticos. Porém, essa legislação foi aportada “em ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência dos direitos civis” (Carvalho, 2005), comprometendo, assim, o “desenvolvimento de uma cidadania ativa” (Carvalho, 2005). A instalação dos direitos sociais se deu no contexto do populismo e, se por um lado, era um “avanço na cidadania” pois “trazia as massas para a política”, por outro, “colocava os cidadãos em posição de dependência perante os líderes” devido aos benefícios introduzidos representarem “um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade” (Carvalho, 2005:126). Desse processo resultava uma cidadania “passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora” (Carvalho, 2005). Essa situação não se altera substancialmente, apesar de alguns avanços inegáveis, no período democrático de 1946-64, o que pode ser atestado pelo fato de que quando ocorre a intervenção militar de 1964, o “movimento popular era um castelo de cartas” (Carvalho, 2005:144). De forma bastante resumida, a não-consolidação da democracia em 1964 pode ser encontrada na “falta de convicção democrática das elites, tanto de esquerda como de direita” (Carvalho, 2005:150) impelindo ambas à atividade golpista afrontando as instituições democráticas. Do ponto de vista da direita, esta não conseguia

“assimilar a entrada do povo na política”, sendo este enxergado como “pura massa de manobra de políticos corruptos e demagogos e de comunistas liberticidas” (Carvalho, 2005:151). Do ponto de vista da esquerda, esta “desprezava a democracia liberal, vista como instrumento da dominação burguesa” (Carvalho, 2005). Aparentemente essas colocações fogem ao escopo do objeto aqui tratado, mas, na verdade, mostram uma questão de fundo, qual seja, da dificuldade das elites, quer da direita quer da esquerda, de visualizar o povo de uma maneira democrática onde os direitos civis e políticos devam ser assegurados de maneira cada vez mais ampla. Essa condição parece se perpetuar até o presente, daí a importância de sua consideração.

O regime militar de 1964-85 instala a supressão dos direitos políticos e civis ao mesmo tempo em que moderniza e expande os direitos sociais, mas agora sob o controle das burocracias do Estado. Os direitos civis foram “os que mais sofreram durante os governos militares” (Carvalho, 2005:193). De meados dos anos 1970 em diante, no entanto, assiste-se a uma combinação de abertura do regime com uma mobilização da sociedade civil. Com a abertura, os direitos civis “foram restituídos, mas continuaram beneficiando apenas parcela reduzida da população, os mais ricos e mais educados. A maioria continuou fora do alcance da proteção das leis e dos tribunais” (Carvalho, 2005:194). A retomada democrática não levou à resolução dos problemas econômicos “mais sérios” assim como à dos sociais, havendo “agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual” (Carvalho, 2005:199).

Esta exposição, ainda que muito breve, permitiu recolher traços históricos da trajetória brasileira que estariam, ainda, muitos deles, a alimentar os processos mais contemporâneos. Assim, na seção seguinte vamos focar exatamente nos processos da construção da democracia, da cidadania, mais especificamente dos direitos no Brasil, principalmente no período de que se inicia com a redemocratização, 1985, até o momento presente, no sentido de nos aproximarmos do objeto de análise desta pesquisa.

Direitos no Brasil contemporâneo: uma aproximação ao tema da exploração sexual de crianças e adolescentes

O'Donnell (1993) faz uma discussão da crise ocorrida no começo dos anos 1990 na América Latina, mais especificamente no Brasil, Argentina e Peru,

no quadro de saída de regimes autoritários e de abraçamento de uma ideologia neoliberal, contexto no qual a reforma do Estado, mais especificamente a redução do tamanho do Estado, ocupava lugar central na pauta de debate. Era identificada uma “profunda crise” dos estados desses países, que tinha não só uma dimensão econômica expressa pelo esgotamento de um padrão de acumulação centrado no Estado, mas também apresentando segundo três dimensões: crise da burocracia “capaz de cumprir suas obrigações com eficiência razoável; da efetividade da lei” bem como da orientação das decisões do Estado segundo concepções de bem público (O’Donnell, 1993:127). A discussão à época e o receituário que a acompanhava prescreviam a redução do aparelho do Estado, ao que O’Donnell (1993:128) contra-argumentava que essa redução não só comprometia o sucesso de políticas econômicas, mas também estava destruindo “o Estado-enquanto-lei e a legitimação ideológica do Estado”. Vale lembrar que as relações sociais e a obediência à autoridade política se lastreiam, entre outras causas, na legitimidade e/ou na efetividade da lei. “Essa efetividade se baseia na expectativa amplamente sustentada, nascida de evidências exemplares, de que essa lei será, se necessário, aplicada por uma autoridade central dotada dos poderes competentes” (O’Donnell, 1993:126). O Estado normalmente é visto como “um Estado-para-a-nação” reivindicando a função de “criador da ordem”, mas em todas as sociedades “essa ordem é desigualitária, mesmo quando a partir do topo do Estado se afirma que ela é igual para todos, *como* membros da nação” (O’Donnell, 1993:127). Ainda que isso ocorra, “a igualdade garantida a todos os membros da nação em termos de cidadania é crucial para o exercício dos direitos políticos decorrentes do funcionamento da democracia...” (O’Donnell, 1993:127).

As teorias convencionais do Estado partem de uma suposição de que existe “um alto grau de homogeneidade no escopo, seja territorial seja funcional, do Estado e da ordem social que ele sustenta” (O’Donnell, 1993:128), não questionando se essa ordem se aplica igualmente em todo o território do Estado e pela estratificação social existente, provocando a seguinte indagação: o que ocorre “quando a efetividade da lei se estende muito irregularmente (quando não desaparece totalmente) sobre o território e as relações funcionais (inclusive as relações de classe, étnicas e de gênero) que ele supostamente regula?” (O’Donnell, 1993:129). Isso leva à necessidade de discutir que tipo de Estado (e sociedade) emerge nessas condições. “Nessas situações, Estados

inefetivos coexistem com esferas de poder autônomas, também baseadas territorialmente e se tornam ostensivamente incapazes de promulgar regulações efetivas da vida social em seus territórios e seus sistemas de estratificação” (O’Donnell, 1993:128). Nesses países, “a efetividade de uma ordem nacional corporificada na lei e na autoridade do Estado desaparece tão logo deixamos os centros urbanos nacionais”, ponderando ainda que “mesmo nestes é visível a evaporação funcional e territorial da dimensão pública do Estado”. Essa reflexão pode ser facilmente aplicada à questão do turismo sexual pensando em termos de alguns *resorts* e empreendimentos turísticos distantes dos centros urbanos (como seria o caso, por exemplo, da Costa do Sauípe ou Morro de São Paulo). Pode ser aplicada também à questão da violência ou prostituição de jovens nas estradas perpetrada por caminhoneiros, entre outros. Mas, como o próprio autor afirma, isso não é exclusividade dos lugares distantes dos centros urbanos nacionais e pode ser visto pelo “crescimento do crime” além das “intervenções ilegais da polícia em bairros pobres”, ou seja, não precisa haver distanciamento dos centros urbanos nacionais, e também da “negação de direitos a mulheres e a várias minorias, a impunidade do comércio de drogas e o grande número de crianças abandonadas nas ruas” (O’Donnell, 1993:129), e, conseqüentemente, disponíveis para exploração sexual. É oportuno observar que nesses 14 anos dessa reflexão de O’Donnell a situação social se deteriorou tanto que a *periferia* cada vez se aproxima mais do *centro* e, assim, fenômenos que eram típicos da periferia acabam penetrando nos centros e se tornando mais visíveis, como o caso da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Mais especificamente, O’Donnell localiza em partes do Nordeste e toda a Amazônia no Brasil áreas onde ocorre a “evaporação da dimensão pública do Estado” e onde “alguns direitos e garantias de legalidade democrática não têm nenhuma efetividade” (O’Donnell, 1993:130). Nessas áreas se constituem sistemas de poder privatizado ainda que muitos dos atores principais ocupem cargos no aparelho do Estado, apresentando um nível muito baixo ou nulo das dimensões funcional e territorial do Estado. Nessas áreas os partidos políticos, ainda que parte dos partidos nacionais, constituem “máquinas personalistas avidamente dependentes das prebendas que podem extrair das agências estatais nacionais e locais” baseando sua atuação também no nepotismo e no clientelismo (O’Donnell, 1993:130). O interesse dos legisladores nessas áreas normalmente é “muito limitado: sustentar o sistema de dominação privatiza-

do que os elegeu e canalizar para esse sistema tantos recursos estatais quanto possível” (O’Donnell, 1993:131). O sucesso de suas ações se consubstancia na “troca de ‘favores’ com o Executivo e diversas burocracias estatais” e no “controle das agências estatais que fornecem esses recursos” (O’Donnell, 1993:131). Em síntese, nos países com extensas áreas nas condições descritas, “as democracias se baseiam em um Estado esquizofrênico: ele mistura de modo complexo, funcional e territorialmente, importantes características democráticas e autoritárias” (O’Donnell, 1993:133), ou seja, “a dimensão autoritária se mescla, de modo complexo e poderoso, com a democracia” (O’Donnell, 1993:133). Essas áreas apresentam uma “cidadania de “baixa intensidade” onde, na verdade, os direitos políticos são respeitados, “[m]as os camponeses, os favelados, os índios, as mulheres etc. não conseguem normalmente receber tratamento justo nos tribunais, ou obter dos órgãos do estado serviços aos quais têm direito, ou estar a salvo da violência policial — e mais um extenso etc.” (O’Donnell, 1993:134). Certamente nesse “extenso etc.” podemos incluir a violência contra crianças e adolescentes na área do turismo sexual revelando “a inefetividade do Estado-enquanto-lei” (O’Donnell, 1993:134).

Nas situações descritas estaríamos frente a um tipo de democracia onde alguns requisitos desta são atendidos enquanto outros estão completamente deficitários, o que motiva a caracterização de determinados países, entre eles o Brasil e a maioria das nações da América Latina, como democracias delegativas. Esses países que não exibem uma democracia representativa típica, se encaixam em um outro tipo, a democracia delegativa, que comporta as seguintes características principais: o presidente que ganha a eleição “é autorizado a governar o país como lhe parecer conveniente” passando a encarnar o interesse nacional (O’Donnell, 1991:30). Além disso, o seu programa de governo “não precisa guardar nenhuma semelhança” com o que prometeu na campanha (O’Donnell, 1991). Assim sendo, ele se coloca como acima de todos os “partidos políticos e dos interesses organizados” (O’Donnell, 1991:30). Nesse desenho, instituições, como o Congresso e o Judiciário, são vistas como “incômodos” e a prestação de contas a essas instituições e outras aparece como um “impedimento desnecessário à plena autoridade que o presidente recebeu a delegação de exercer” (O’Donnell, 1991:31). Após a eleição, “espera-se que os eleitores/delegantes retornem à condição de espectadores passivos, mas quem sabe animados, do que o presidente faz” (O’Donnell, 1991:31). Uma outra

característica reside na forma de resolução dos problemas: “O presidente e sua equipe pessoal são o alfa e o ômega da política” (O’Donnell, 1991:31), onde alguns problemas só podem ser resolvidos por meio de “critérios altamente técnicos” (O’Donnell, 1991:31), o que incorre na “alta probabilidade de erros grosseiros, de implementação incerta” (O’Donnell, 1991:33). Além dessas, a democracia delegativa também encerra a característica da não “obrigatoriedade de prestar contas (*accountability*) horizontalmente” (O’Donnell, 1991:33). As democracias delegativas não resultam apenas da retomada ao caminho democrático após os regimes autoritários, mas expressam “fatores históricos de longo prazo” (O’Donnell, 1991:25). A democracia delegativa, por definição, encerra grandes poderes na figura presidencial ratificando “tradições de alta personalização e concentração de poder no Executivo” (O’Donnell, 1991:38). Pode-se extrair, dessas ponderações, a confirmação da trajetória política brasileira da existência de uma sociedade civil fraca, desarticulada, passiva, “delegante”, que delega para os governantes a responsabilidade pela busca, praticamente não atendida, dos problemas nacionais. Essas sociedades ainda esperam tudo ou quase tudo do Estado e este, por sua vez, dadas as características da sociedade civil, se perpetua praticamente livre, desimpedido para sua ação.

Na questão dos direitos na América Latina, a situação dos “direitos básicos dos fracos e dos pobres” tem sido classificada como “sombria” (O’Donnell, 1998:38). Contrariando a expansão clássica dos direitos ocorrida na Europa, nos países latino-americanos, ainda que tenha acontecido a retomada dos direitos políticos em anos recentes, “a extensão de direitos civis a todos os adultos é muito incompleta” (O’Donnell, 1998:43). Nesses países, em geral, marcados por alto grau de desigualdade, grande pobreza, apresentando apenas “rudimentos de um Estado de bem-estar”, a questão dos direitos apresenta “deficiências” (O’Donnell, 1998:44). Entre elas, podem ser destacadas, “a aplicação discricionária, e amiúde excessivamente severa, da lei aos fracos” que tem, como contrapartida, o fato de que “os privilegiados, seja diretamente, seja por meio de ligações pessoais apropriadas, se isentam de cumprir a lei” (O’Donnell, 1998). Verifica-se uma “longa tradição de ignorar a lei ou, quando ela é acatada, de torcê-la em favor dos poderosos (...)” (O’Donnell, 1998) identificando-se uma “escandalosa impunidade criminal” por parte desses privilegiados (O’Donnell, 1998:45). Uma outra “deficiência” também se localiza na relação dos pobres e socialmente fracos com as burocracias para

obtenção de trabalho, para obtenção de aposentadoria, ou “quando têm de ir a um hospital ou delegacia de polícia” (O’Donnell, 1998). Nessas situações, observa-se não apenas “a imensa dificuldade que eles enfrentam para obter, se tanto, o que nominalmente é seu direito: é também o modo indiferente, quando não desdenhoso, como eles são tratados (...)” (O’Donnell, 1998). O indivíduo se coloca frente às burocracias não como “portador de um direito”, mas como “suplicante de um favor” (O’Donnell, 1998). Uma outra expressão dessa realidade encontra-se no Judiciário visto como “distante, embaraçoso, caro e lento demais para que os desprivilegiados tentem até mesmo ter acesso a ele” (O’Donnell, 1998), tendo que sofrer “várias discriminações” (O’Donnell, 1998). Pelas características apresentadas, absolutamente convergentes com a realidade, a descrição como “sombria” se adapta plenamente, verificando-se um amplo quadro de exclusões das camadas mais desfavorecidas da população brasileira com travamentos estruturais de acesso aos seus direitos, ainda que instituídos na lei.

O sistema legal, entre outras exigências, deve fazer com que o arbítrio dos órgãos de prevenção ao crime não deturpe a lei, “especialmente em relação à impunidade da polícia e de outros órgãos (assim chamados) de segurança” (O’Donnell, 1998:49). É de se esperar que “todo o aparelho do Estado e seus agentes se submetam ao princípio da lei”, mas, conforme apontado acima, ocorrem “flagrantes transgressões (...) [no] contato desses agentes com os pobres e os fracos” (O’Donnell, 1998:50). Em sociedades “profundamente desiguais” como a América Latina, verifica-se “a exclusão de muitos do princípio da lei, ao mesmo tempo que exageram as vantagens de que os privilegiados desfrutam, por meio de leis e tribunais aprimorados no interesse direto deles” (O’Donnell, 1998:51). Ocorrem nesses países “inúmeras violações da lei no nível social”, correspondendo, assim, a uma “cidadania truncada ou de baixa intensidade” onde “muitos indivíduos são cidadãos no que diz respeito a seus direitos políticos, mas não em termos de seus direitos civis” (O’Donnell, 1998:52). Nesses países, “as imensas distâncias sociais impostas pela profunda desigualdade alimentam múltiplos padrões de relações autoritárias em todos os tipos de contato entre os privilegiados e os outros” (O’Donnell, 1998:53). Em suma, relembrando que “os direitos civis são basicamente as liberdades e garantias liberais clássicas”, nos casos latino-americanos assiste-se a uma “situação aparentemente paradoxal”: têm-se os direitos políticos assegurados, mas

raramente apresentam o componente liberal encontrado nas democracias do mundo desenvolvido (O'Donnell, 1998:54). Assumindo uma postura prescritiva, pode-se, assim, pensar na necessidade de “levar a cabo lutas liberais pela efetividade de direitos civis formais e universalistas para todos” (O'Donnell, 1998:55). E mais, ainda que os direitos formais possam ser criticados, “quando conquistados e exercidos, eles fornecem uma base valiosa para lutar por outros direitos, mais específicos e substantivos” (O'Donnell, 1998:54). Em outras palavras, mesmo que as disposições legais e leis não sejam levadas a efeito, a sua existência já representa um caminho percorrido para que haja mobilização da sociedade e do Estado para que esses direitos sejam cumpridos. Nessa perspectiva, a não-existência desses direitos configuraria um quadro ainda mais dramático.

Toda essa problemática ainda pode ser olhada de um outro ângulo, qual seja, a crise de governabilidade existente na situação brasileira explicada a partir da existência de um “híbrido institucional que associa uma morfologia poliárquica, excessivamente legisladora e regulatória, a um hobbesianismo social pré-participatório e estatofóbico” (Santos, 1994:79). A poliarquia, que corresponde ao “conceito moderno de democracia” (Santos, 1994:78), define-se de maneira sucinta “por elevado grau de institucionalização da competição pelo poder (existência de regras claras, públicas e obedecidas) associada à extensa participação política” (Santos, 1994:80). A poliarquia está presente na realidade brasileira, mas “assenta-se sobre uma sociedade que, plural embora quanto à multiplicidade dos grupos de interesse, é essencialmente hobbesiana” (Santos, 1994:80). As características poliárquicas “correspondem a pouco mais do que minúscula mancha na turbulenta superfície do país” (Santos, 1994), convergindo essa análise com aquela desenvolvida por O'Donnell. Em outras palavras, as instituições poliárquicas funcionam apenas em áreas reduzidas do espaço nacional. Na perspectiva desenvolvida por Santos, ainda que os grupos de interesse se multipliquem, “não mobilizam senão ínfima parcela dos ‘interessados’” expressando a condição de apatia e desresponsabilização da sociedade brasileira. Outra característica desta encontra-se no seu caráter pacífico, o que é atribuído à existência de um “indivíduo isolado, não-poliárquico, pobre em laços de congraçamento social” que faz com que prefira “negar o conflito a admitir que seja vítima deste” (Santos, 1994). Assim, a “poliarquia brasileira restringe-se a pequena mancha institucional circunscrita por gigan-

tesca cultura da dissimulação, da violência difusa e do enclausuramento individual e familiar” (Santos, 1994). Esse híbrido, então, “faz com que o governo governe muito, mas no vazio — um vazio de controle democrático, um vazio de expectativas legítimas, um vazio de respeito cívico” (Santos, 1994).

Tomando-se alguns componentes da poliarquia, veremos que eles estão presentes na realidade brasileira, quais sejam, criação de associações civis, com predominância de associações comunitárias nas décadas de 1970 e 1980, o aumento do eleitorado (Santos, 1994) com a aceleração a partir de 1988 com o voto do analfabeto, assim como se implanta um sistema partidário competitivo. Assim, “por todas as evidências, os requisitos de um sistema poliárquico foram atendidos apropriadamente pela sociedade brasileira” (Santos, 1994:89), no que se refere aos direitos políticos. Ainda que, aparentemente, os requisitos poliárquicos sejam cumpridos, encontra-se “um outro país, embutido” nesse país poliárquico levando as pessoas a viverem “fraturadas entre dois sistemas”, sem terem muita consciência disso (Santos, 1994:93). As evidências dessa situação encontram-se na “alienação eleitoral” nas eleições para a Câmara, computados abstenção, votos nulos e brancos, no “reduzidíssimo contato entre os eleitores e os políticos em geral” levando a um quadro onde “o conjunto total das pessoas interagindo não corresponde senão a minúscula fração das interações possíveis” (Santos, 1994:95). O quadro fica mais sombrio quando se verifica que a motivação dos contatos, em inquérito nacional do IBGE de 1988, se dá da seguinte forma: “61% para fazer pedidos, 15% para reivindicação, 13% para reclamação e, em último, 11% para fazer sugestões” (Santos, 1994:95), afastando-se completamente da estrutura poliárquica clássica. Mas o quadro ainda se agrava mais quando se percebe que “os sem renda ou com renda mínima não têm qualquer contato com políticos ou governantes, os que têm alguma renda reiteram a relação clientelista-paternalista, e os que possuem renda mais elevada preocupam-se com o interesse geral” (Santos, 1994:95). Chama ainda mais a atenção o fato de no Nordeste, para grupos de renda até um salário mínimo, esses contatos são os menores do país (Santos, 1994:95). Os dados expostos mostram uma deformação séria da política, da forma de fazer política, expressando um forte alheamento da política por parte dos grupos de baixa renda, fato agravado na região Nordeste. Esse processo tem imensas repercussões na ausência de lutas mais orgânicas por direitos por parte desses grupos, inábeis na percepção do seu poder legítimo, o que já, em si, impede a luta e o respeito às disposições legais e leis.

Carvalho (2005) também aporta evidências convergentes com as supracitadas ao afirmar que o Brasil construiu alguns grandes movimentos políticos nos anos mais recentes: o movimento das Diretas Já, a Constituição de 1988 e o *impeachment* de Collor. Com a rejeição do primeiro, a população “humilhada e ofendida” voltou às ruas para lutar pelo *impeachment*, o que deu aos cidadãos “a sensação inédita de que podiam exercer algum controle sobre os governantes” (Carvalho, 2005:205). A nova Constituição apresentou alguns avanços apreciáveis, tais como, o direito de *habeas data*, a definição do racismo como “inafiançável e não-anistiável” (Carvalho, 2005:209) tendo sido criado também o Programa Nacional dos Direitos Humanos em 1996. Em que pesem esses avanços “dos direitos que compõem a cidadania, no Brasil são ainda os civis que apresentam as maiores deficiências em termos de seu conhecimento, extensão e garantias” (Carvalho, 2005:210) encontrando-se um atestado disso em uma pesquisa realizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1997, onde “57% dos pesquisados não sabiam mencionar um só direito e só 12% mencionaram algum direito civil” (Carvalho, 2005). Percebe-se, assim, a enorme distância entre o que estabelece a lei e o que sente a população, assim como também a distância enorme entre a lei e sua efetividade, como veremos a seguir. A pesquisa mostra também como a educação é um fator-chave e decisivo, pois esse desconhecimento caía de 64% dos pesquisados que tinham apenas até a 4ª série para 30% dos que tinham o 3º grau, mesmo que incompleto (Carvalho, 2005). Em um país onde ainda grassa o analfabetismo, em sua forma pura ou funcional, pode-se perceber o tamanho da tragédia. O quadro se completa e agrava quando se introduz a questão da polícia e do Judiciário. No primeiro caso, a população em geral “ou teme o policial, ou não lhe tem confiança” (Carvalho, 2005:214). Quanto ao segundo, este “não cumpre seu papel”, sendo o acesso à justiça “limitado à pequena parcela da população” (Carvalho, 2005). Como já dito, a maioria desconhece seus direitos ou, então, “não tem condições de os fazer valer” (Carvalho, 2005). Entre os grandes entraves estão “os custos e a demora do processo judicial” (Carvalho, 2005) e a incapacidade da maioria de arcar com a contratação de um advogado. Uma possível solução, os defensores públicos, “são em número insuficiente para atender à demanda” (Carvalho, 2005:215). Tudo isso acaba gerando “a descrença da população na justiça e o sentimento de que ela funciona apenas para

os ricos, ou antes, de que ela não funciona, pois os ricos não são punidos e os pobres não são protegidos” (Carvalho, 2005).

A conformação do lado não-poliárquico na construção de Santos (1994) também se expressa no indicador de que 83% dos adultos “não são filiados nem a partido político, nem a associação comunitária, sendo a rejeição crescente conforme a renda e conforme a escolaridade” (Santos, 1994:96), assim como 82% das pessoas ocupadas “não eram filiadas a sindicato ou a qualquer associação profissional de empregados” (Santos, 1994:98). Todas essas evidências levam a postular “a existência de uma cidadania não-poliárquica — alienada eleitoralmente e refratária a políticos e à participação partidária —, convivendo em interações de mercado e de todo tipo com a parcela poliárquica da cidadania” (Santos, 1994:97). As duas realidades coexistem encontrando o comportamento poliárquico, “mas imerso em enorme bolha de alienação e indiferença” (Santos, 1994:98). Um outro aspecto do lado não-poliárquico encontra-se na negação do conflito na sociedade. Novamente utilizando dados de 1988 de amplitude nacional, verifica-se que apenas 10,5% do total de adultos reconheciam ter se envolvido em algum tipo de conflito (questão trabalhista, problema criminal, separação conjugal, conflito de vizinhança, entre outros) e isso para um período de cinco anos (1983-88). Identifica-se, assim, uma “enorme massa urbanizada, envolvida pela dinâmica da acumulação econômica, sujeita a carências de todo tipo, atomizada, (...) e vítima de múltiplos exemplos de violência pública e privada, que justamente *nega* a existência de elevada taxa de conflito, ou que nele esteja envolvida” (Santos, 1994:98). Em outras palavras, faz-se de conta que os problemas não existem, buscando-se sua resolução fora dos cânones institucionais, já que as instituições não merecem crédito por parte da população.

O círculo se fecha quando se verifica, por um lado, uma “óbvia e escandalosa ausência de capacidade participativa (motivação)” com a reduzida apresentação de demandas, e por outro lado, um “absoluto descrédito na eficácia do Estado” (Santos, 1994:98), com uma expectativa da “eficácia elementar” do Estado “próxima de zero”, o que leva à busca “por sua conta e por seus próprios meios, de um mínimo de dignidade pessoal” (Santos, 1994:98). É assim que apenas 33% dos que admitiram ter se envolvido em conflito nesse período 1983-88 confiaram a solução à Justiça (Santos, 1994:100), um indicador exemplar de uma situação do Estado de natureza hobbesiano. Outra

expressão do “descaso pelas instituições poliárquicas” se encontra no número de vítimas de roubo e furto e de agressões físicas, onde apenas 32% de pessoas na primeira situação, entre 1987/88, “recorreram à polícia e registraram queixa” enquanto 61% das pessoas envolvidas na última situação não recorreram à polícia (Santos, 1994:100). As causas do não-acionamento das instituições poliárquicas compõem um diversificado leque: “resolveram o problema por conta própria; não quiseram envolver a justiça (polícia); (...) acharam que a justiça (polícia) não iria resolver; (...) não sabiam que podiam utilizar a justiça (polícia)”, ou ainda, “o incidente não era importante”, levando Santos a comentar, certamente com espanto e indignação, que “roubo, furto, agressão física, conflito criminal ou de terra podem, no Brasil, ser considerados assuntos de menor importância” (Santos, 1994:100). Todas essas respostas indicam, com clareza, um quase absoluto descrédito nas instituições poliárquicas e a deliberação de “resolver por si mesmo (a própria definição do Estado de natureza hobbesiano)” (Santos, 1994:100) os conflitos existentes. Por tudo apresentado, verifica-se um descrédito associado ao Estado por parte da população que sente a ausência de direitos e a ineficácia do Estado. Ainda que esses dados se refiram a um passado um pouco distante, o que aconteceu da década de 1980 até o momento presente só tem feito agravar a situação, onde tem aumentado o descrédito com o Estado, ou seja, tem diminuído a confiança da população em relação a este. Em grande parte, se isso se deve a aspectos históricos constitutivos do Estado no Brasil, principalmente em relação às massas, todo esse quadro se agravou no contexto do neoliberalismo onde o Estado se retirou ainda mais da questão social direcionando suas ações mais para os componentes macroeconômicos e financeiros de sua atuação, reforçando muito mais esse sentimento de abandono das massas e da necessidade de resolver por conta própria suas necessidades e diferenças dentro da sociedade civil. O referencial provido por Santos se afirma vigoroso e atual quando os elementos apontados e desenvolvidos por ele só se reforçaram na realidade brasileira nas últimas décadas.

Outro aspecto dessa trajetória é o trânsito freqüente que se estabelece entre instituições poliárquicas e não-poliárquicas, o que se expressa, por exemplo, quando “votamos conforme as regras da cidadania poliárquica, mas não damos queixa à polícia de que nosso filho teve seu tênis roubado”, o que representa uma mudança de sistema institucional. Aqui se encontra uma ex-

pressão bem clara do agravamento da situação social no Brasil nessas últimas décadas, ou seja, o roubo do tênis de filhos da classe média que começava a aparecer na década de 1980 seria uma época *romântica* da questão social no país. “Na verdade, toda a população brasileira transita permanentemente de um a outro conjunto de instituições, com repercussões maléficas sobre a cultura cívica do país, em primeiro lugar, e sobre a probabilidade de sucesso das políticas governamentais” (Santos, 1994:104). As sociedades em transição social acelerada, como o caso brasileiro, têm um estado de natureza caracterizado pela “inexistência de um código de conduta universalmente aceito” levando “a prevalecer os códigos privados de comportamento, compartilhados apenas por pequenos segmentos da sociedade maior” (Santos, 1994:109). “A ineficiência crescente de comportamentos segundo normas provoca a deterioração da credibilidade das próprias normas” criando uma expectativa de que “os demais não obedecerão às normas consagradas”, instaurando uma “dinâmica de uma descrença e desconfiança generalizadas, abarcando, inclusive, pessoas e instituições cuja destinação é a preservação das normas (Justiça, Judiciário)” (Santos, 1994:108). Esse quadro descrito e elaborado no começo dos anos 1990 agravou-se tremendamente nos últimos anos, e continua se agravando, ainda mais quando se considera, recorrendo à “sabedoria popular: o exemplo *também* vem de cima” (Santos, 1994:119), o que faz com que os exemplos vindos das elites e do Estado no Brasil só têm se deteriorado aceleradamente nos últimos anos. Um último aspecto nessa construção destaca “a espantosa convivência entre a liberdade e a frequência de denúncias e sua quase absoluta ineficácia” (Santos, 1994:111), uma vez que “as denúncias, no Brasil, tendem a cair no vazio, assim como os crimes no esquecimento” e uma “crescente leveza da pena, com o correr do tempo” (Santos, 1994:111). “No Brasil, a punição é aleatória e nem sempre, ou melhor, quase nunca, se dá pelos meios institucionalmente apropriados, nem corresponde proporcionalmente à violação cometida” sendo que o “que vige é a impunidade, função crescente do tempo” (Santos, 1994).

Carvalho faz um interessante esforço de classificar os cidadãos brasileiros em classes quanto aos direitos civis. Uma primeira classe seria composta pelos “privilegiados, os ‘doutores’, que estão acima da lei, que sempre conseguem defender seus interesses pelo poder do dinheiro e do prestígio social” (Carvalho, 2005) sendo estes “invariavelmente brancos, ricos, bem-vestidos, com

formação universitária” (Carvalho, 2005). Estão ligados às seguintes atividades: “empresários, banqueiros, grandes proprietários rurais e urbanos, políticos, profissionais liberais, altos funcionários” (Carvalho, 2005). Por essas condições, digamos estruturais, “mantêm vínculos importantes nos negócios, no governo, no próprio Judiciário” (Carvalho, 2005) fazendo com que “a lei funcione em seu benefício” ou mesmo que “as leis ou não existem ou podem ser dobradas” (Carvalho, 2005:216). Evidentemente, toda classificação é uma aproximação da realidade, passível de erros e simplificações, conformando a possibilidade de exceções. Adotando um critério de renda, Carvalho inclui nessa primeira classe apenas 8% da população brasileira. Uma segunda classe, formada por “cidadãos simples”, está sujeita “aos rigores e benefícios da lei”, e é formada pela “classe média modesta, os trabalhadores assalariados com carteira assinada, os pequenos funcionários, os pequenos proprietários urbanos e rurais” (Carvalho, 2005). Estão nessa classe “brancos, pardos ou negros” com educação fundamental completa e segundo grau em alguns casos. “Essas pessoas nem sempre têm noção exata de seus direitos” e carecem dos meios de acesso a eles. “Frequentemente, ficam à mercê da polícia e de outros agentes da lei que definem na prática que direitos serão ou não respeitados” (Carvalho, 2005). Nessa classe, estariam 63% da população do país. Na terceira classe estão o que no jargão policial se chama de “elementos”, formada por “trabalhadores urbanos e rurais sem carteira assinada, posseiros, empregadas domésticas, biscateiros, camelôs, menores abandonados, mendigos” (Carvalho, 2005), sendo “invariavelmente pardos ou negros, analfabetos, ou com educação fundamental incompleta”. Além de ignorarem seus direitos, “os têm sistematicamente desrespeitados por outros cidadãos, pelo governo, pela polícia” (Carvalho, 2005). Estão nessa classe, 23% da população e para eles “vale apenas o Código Penal” (Carvalho, 2005:217). Vendo esse segmento de menores abandonados de uma forma mais ampla aí podem se encaixar as vítimas de exploração sexual, pois abandonados são pelo país, pela família e pela sociedade.

A exploração sexual de crianças e adolescentes no âmbito do turismo

Até agora se abordou mais a questão teórica dos direitos, fundamentalmente focando nos grupos mais vulneráveis da sociedade no Brasil. É necessário

trazer essa discussão para a esfera do turismo. Para que se compreenda a analogia existente entre a violência e o turismo, faz-se mister estabelecer alguns conceitos que relacionam os dois universos estudados. Essa interposição lança diversas indagações, como: qual a relação entre o crescimento da atividade turística em Salvador e a inclusão da localidade na rota de exploração sexual de crianças e adolescentes? Como a história e a realidade socioeconômica e cultural da cidade influenciam para a existência do fenômeno? Por que essa questão não se configura como uma prioridade do poder público e das empresas de turismo, já que afeta invariavelmente diversas camadas do tecido social?

Desde já, se esclarece que não será possível responder a essas indagações neste capítulo, assim como outras questões igualmente inquietantes que, com certeza, neste momento, permeiam o pensamento de quem o lê. São questões complexas e que, certamente, possuem diversas variáveis envolvidas para a composição de uma resposta que possa ser considerada ao menos próxima de um fragmento da realidade, já que esta, de acordo com o pensamento de Weber, não pode, em hipótese alguma, ser apreendida em sua totalidade, e a ciência busca, apenas, compreender fragmentos de um universo muito mais abrangente do que é possível observar.

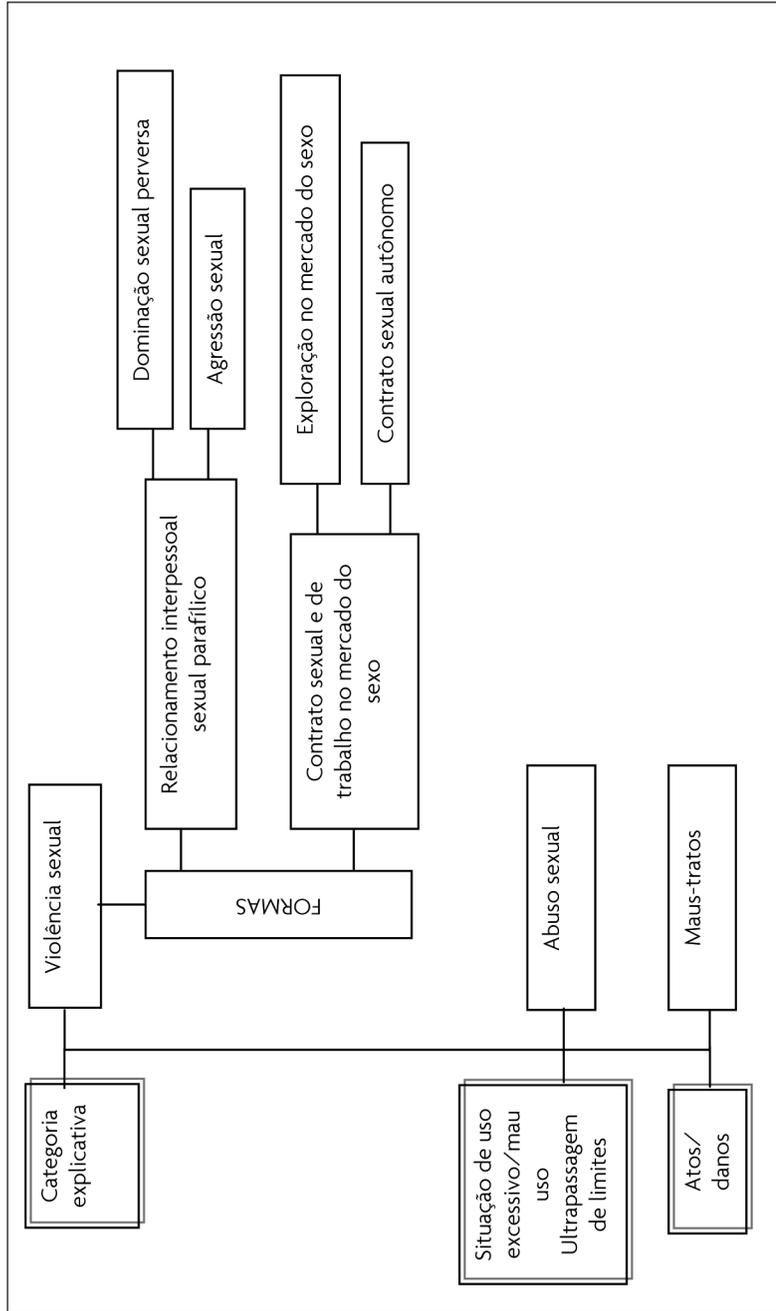
Entende-se que a exploração insere-se num contexto maior, o da violência. E por isso, utiliza-se o conceito do Cecria, onde a violência é considerada a categoria explicativa da vitimização sexual; “refere-se ao processo, ou seja, à natureza de relação (de poder) estabelecida quando do abuso sexual” (Cecria, 2002).

Segundo Faleiros (1998:8), a compreensão da violência envolve sua contextualização no âmbito da cultura, do imaginário, das normas, do processo civilizatório de um povo. Assim, não é válida suficientemente a análise da violência sexual interpretada de maneira isolada, pois não se faz representativa, argumentativa da realidade, dificultando até mesmo o processo de compreensão e a tentativa de traçar soluções para a questão.

O conceito de exploração sexual comercial insere-se no contexto do mercado do sexo, como pode ser verificado na figura 2.

De acordo com Leal e Leal (2004:11), a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é definida como “uma relação de mercantilização e abuso do corpo de crianças e adolescentes por exploradores sexuais, organizados em redes de comercialização local e global, ou por pais, ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos”.

Figura 2
Gráfico da violência sexual contra crianças e adolescentes



Nessa definição, abordam-se claramente alguns aspectos que valem ser ressaltados: no âmbito da modalidade de violência tratada, a relação que se estabelece é baseada em trocas, ainda que, em muitos casos, possam ser identificadas trocas não-monetárias, mas por objetos, comida, proteção, entre outros elementos. Enfim, há sempre uma relação baseada em permutas que se configuram a partir de necessidades e desejos constatados por ambas as partes. Um dos aspectos que fazem esse “contrato” injusto é a assimetria de poder ali representada, onde inclusive uma das partes (a criança ou adolescente) não possui escolha nem possibilidade de recusa, como pode ser verificado a partir do discurso do educador social, que já realizou diversos trabalhos junto ao Cedeca-BA: “O tempo todo, ao estarem à margem, elas [as meninas prostituídas] foram criadas para não terem outras possibilidades. E aí, o corpo é só um detalhe [para elas], deitar com um ou deitar com outro passa a ser o detalhe” (Lira, 2007).

Além disso, a definição já comentada tem como figura representada a família — “pais ou responsáveis” — como indivíduos promotores da exploração, o que revela graves questões de natureza estrutural que envolvem o meio substancial de onde crianças e adolescentes são oriundos. São diversas as razões que movem determinada família a aceitar ou até mesmo impelir a entrada de seus membros nas redes de exploração sexual, e essa participação tem significado de obstáculo no trabalho de atendimento psicossocial às vítimas desse tipo de violência sexual, como foi observado pela psicóloga do Cedeca-BA, em sua fala sobre os trabalhos realizados em relação ao público infanto-juvenil e aos pais:

No caso de atendimento à exploração, a gente só não tem um grupo de pais, a adesão é bem mínima se comparada aos casos de abuso, até porque a gente verifica que muitas vezes os próprios pais são coniventes ou estão na rede de exploração. E é essa dificuldade que a gente tem de tratar a questão da exploração. O atendimento apenas à vítima por si só, ele não dá um resultado positivo se a família não estiver envolvida nesse processo.

(Santos, 2007)

Outra definição utilizada para este estudo é a do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria):

A exploração sexual comercial se define como uma violência contra crianças e adolescentes, que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado... É uma relação de poder e sexualidade, mercantilizada, que visa à obtenção de proveitos por adultos, que causa danos biopsicossociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil.

(Leal e Leal, 2003)

Essa definição expõe de forma transparente a violação dos direitos da Criança e do Adolescente no Brasil, e nesse sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), criado no Brasil em 1990, regulamentou o art. 227² da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece os Direitos da Criança no Brasil. O referido artigo teve grande inspiração nos “Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos da ONU, e em especial, na Declaração dos Direitos da Criança” (ECA), seguindo, enfim, uma tendência internacional de valorização das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e que necessitam de proteção para seu desenvolvimento integral. Embora haja diversos artigos do ECA que tratam direta ou indiretamente dos direitos aqui relevantes, o art. 5^o é o mais explícito em relação à questão da exploração, e confirma sua ilegalidade:

Art. 5^o Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

² Art. 227: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Em relação à exploração sexual de crianças, o art. 227, §4^o da nova Constituição afirma que “a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente”.

Vale citar um trecho sobre a história da infância no Brasil:

A história social da infância no Brasil revela que desde o tempo da colônia as crianças não são consideradas sujeitos de direitos. Situação que vem se reproduzindo por séculos, seja por uma compreensão autoritária do pátrio poder, por concepções socializadoras e educativas baseadas em castigos físicos, seja pelo descaso e tolerância da sociedade com a extrema miséria e com as mais diversas formas de violência a que são submetidos milhões de crianças, pela impunidade dos vitimizadores de crianças, por cortes orçamentários em políticas públicas e programas sociais. Essas concepções e atitudes, vigentes até hoje, explicam a resistência da sociedade ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

(Ceceria, 2002:8)

O comum desacato ao ECA tem como um de seus indícios mais possantes a própria impunidade dos que transgridem a lei, transformando-se em um ciclo vicioso, onde a Justiça não cumpre seu papel fundamental de garantia dos direitos individuais e alguns agentes da lei tornam-se também propulsores da exploração sexual infanto-juvenil e, além disso, muitas vezes compõem a rede de exploração sexual, como é destacado pela coordenadora do Setor Psicossocial do Cedeca-BA:

É uma rede muito bem organizada. Me espanta quem ainda pensa que essa rede é desorganizada, claro que existem “autônomos”... que vão para a pista, mas de uma forma geral você tem alguém numa rede, a polícia está muito envolvida nessa rede, e ela dá apoio aos hotéis, que dá cobertura aos aliciadores, ela que permite que as adolescentes estejam na rua. Outro dia teve um caso gravíssimo que saiu na televisão de um turista estrangeiro que tinha sido pego com ela [uma adolescente]. Essa menina veio parar aqui no Cedeca, e eu que fiz o acolhimento dela, que me disse que tinha sido estuprada diversas vezes pelos policiais do Pelourinho. Assim, eu vejo a realidade nua e crua, e acredito que se a gente não acabar com a corrupção policial, implantar sérias políticas públicas, todo esse nosso discurso vai por água abaixo.

(Koshima, 2007)

Quando se trata especificamente da atividade turística, Scarpati (2004), considera que o desenvolvimento turístico constitui uma dinâmica que ocorre em torno de elementos como a demanda turística, o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, as organizações público-privadas e a sociedade estariam diante do desafio de realizar um esforço contínuo de cooperação, inovação e planejamento, necessários para melhorar a qualidade do destino turístico, de forma a alcançar uma situação competitiva e sustentável.

Em suma, a decisão sobre o tipo de turismo a ser desenvolvido e como essa atividade estará inserida na dinâmica local torna-se, de certa forma, responsabilidade e escolha dos agentes que compõem o turismo nos seus mais diversos aspectos. Um local onde o turismo sexual se faz presente com intensidade, como em muitas cidades do Nordeste brasileiro, incluindo Salvador, necessita redirecionar suas escolhas em relação aos investimentos, projetos e ações de desenvolvimento social, econômico, cultural e turístico.

Embora não faça parte deste estudo um resgate histórico sobre a emergência e as causas da promoção do turismo sexual no Brasil, é importante citar sobre o papel da Embratur, principalmente na década de 1970, na promoção do Brasil como destino turístico, em campanhas publicitárias que ressaltavam nada timidamente a nudez e a diversidade étnica da mulher brasileira, fato que evidencia ainda mais a importância de que cada localidade hoje se responsabilize pela não-perpetuação de uma imagem de destino turístico associado ao mercado do sexo.

Quanto ao conceito de turismo sexual, Roseno (2006:299) aponta que a Organização Mundial de Turismo o define como a “realização de viagens organizadas dentro do setor do turismo ou fora deste, porém com o uso de suas estruturas e redes, com o propósito primeiro de permitir relações sexuais comerciais do turista com os/as residentes do local de destino”. Essa definição propõe a reflexão sobre o papel do turismo em uma localidade, assim como a deformação social embutida em seu desenvolvimento, como exposto por Scarpati (2004:6):

Parece que atualmente, diante do crescimento global do fenômeno do turismo sexual, não é possível negar que esta atividade gera renda, trabalho e lucros dentro do sistema turístico onde se desenvolve, uma vez que seu crescimento assim o demonstra (Oppermann, 1998; OMT 2002).

Diante da provocação reflexiva acima, cabe indagar sobre o tipo de turismo que se pretende desenvolver, e a que custo vale a pena não buscar a sustentabilidade para a chamada “indústria limpa”. Lucros advindos da exploração de indivíduos imaturos e em plena fase de desenvolvimento, que formarão parte da população adulta do Brasil, e que, desde já, são condenados a não terem chances de uma cidadania plena, como pode ser observado quando o educador social (Lira, 2007) aponta que muito se fala de resgate, de reinserção social, mas como se pode reinserir? “Quando eles [crianças e adolescentes] estiveram inseridos?” Como resgatar algo a que eles nunca tiveram direito de fato?

Soares do Bem (2005:19) destaca que, mesmo que o turismo sexual seja uma prática manifestada cada vez em maiores proporções em diversas regiões do mundo contemporâneo, “não pode ser considerado simplesmente um segmento a mais na atividade turística (por pressupor um mercado configurado), mas uma de suas perniciosas deformações”.

A tipologia de turismo tem como um dos critérios de classificação as motivações de viagem dos turistas. No caso do turismo sexual, ainda que exista como “segmento”, na medida em que obedece ao critério “motivação para a viagem”, é um fenômeno mais complexo que a própria composição da atividade turística, sendo leviano analisá-lo apenas com base nessa classificação. Mas reforça-se que é também necessária a aceitação da existência do mesmo, uma vez que causa inúmeros prejuízos de diversas ordens em muitas comunidades, e, além disso, favorece um dos problemas mais delicados com que as sociedades lidam atualmente, que é o tráfico de seres humanos para fins sexuais, como será verificado a seguir.

Internacionalmente considera-se que existem quatro (ou cinco) dimensões da exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes: prostituição, pornografia, **turismo sexual**, tráfico e pedofilia (sobre a qual existem divergências se deve ser considerada atividade do mercado do sexo).

(Cecria, 2002:64)

Além disso, Scarpati (2004:4) alerta que, em 2002, a OMT apresentou um estudo intitulado “La incidencia de la explotación sexual de los niños en el turismo”. Nesse estudo, foram apresentados os resultados de investigações

realizadas na Tailândia, Camboja e Indonésia e informações referentes ao desenvolvimento do turismo sexual nesses locais, constando suas repercussões sociais nesses destinos turísticos. A pesquisa citada evidencia que o turismo sexual é parte de uma atividade econômica lucrativa, cada vez mais articulada em nível global, e revela também algumas relações existentes entre o turismo sexual e outras atividades ilícitas, que ocorrem concomitantemente nos destinos analisados, a saber:

- ⊗ tráfico de drogas, armas e roubos;
- ⊗ produção e distribuição de pornografia;
- ⊗ exploração sexual infantil;
- ⊗ tráfico de mulheres;
- ⊗ propagação de DST/Aids;
- ⊗ crime organizado;
- ⊗ corrupção de autoridades.

De acordo com a análise realizada, parece que o comércio sexual, e o turismo sexual em particular, estariam inseridos em um contexto mais amplo e complexo que a mera relação carnal entre quem procura este serviço e quem oferece. O negócio do turismo sexual em seus destinos mais desenvolvidos neste âmbito, conta com a participação direta e indireta de taxistas, funcionários de hotéis, bares e restaurantes, empresários locais e inclui organizações do crime organizado vinculadas a atividades de tráfico de mulheres e crianças.

(Scarpati, 2004:5)

Para a ocorrência do turismo sexual, incidem apoios diretos ou indiretos de diversas redes, podendo-se citar a própria rede de funcionamento do sistema turístico (cabendo destacar que não são todas as organizações do sistema turístico que se inserem nesse contexto), formada por hotéis, restaurantes, bares, taxistas, agências de viagem etc., que permitem ou até mesmo incentivam o turismo sexual, onde os agentes envolvidos estabelecem relações de troca e obtêm benefícios por meio do turismo sexual. Essa informação é salientada por Lira (2007), que lembra que “a rede que faz parte do turismo [da atividade como um todo], [muitas vezes] é a mesma que compõe a rede de exploração” sexual no turismo.

Vale a pena citar Faleiros e Campos (2002), onde é abordado que “As redes não são invenções abstratas, mas partem da articulação de atores/organizações, forças existentes no território, para uma ação conjunta multidimensional, com responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada”.

Nesse sentido, é identificada pelos funcionários do Cedeca-BA uma grande necessidade de que se estabeleçam diversas frentes, formadas por movimentos da sociedade civil, ações governamentais severas e apoio internacional para atuação também nos países de origem, de onde vêm os turistas sexuais, para o enfrentamento de redes tão complexas e difusas, para o extermínio ou minimização do problema da exploração sexual infanto-juvenil no turismo. A esse respeito Araújo (2007), da equipe do Cedeca, faz a seguinte menção sobre as redes: “Para enfrentar a rede de exploração sexual, somente uma rede de combate bem fortalecida. No momento, atuamos mais na prevenção e em ações paliativas, nas discussões... mas o que precisamos mesmo é combater de verdade”. Para que se combata a exploração aqui tratada, é essencial que ela seja percebida como algo que deve ser coibido pelos diversos atores participantes do chamado tecido social; que seja tida como de responsabilidade de todos, já que envolve tamanha complexidade e diversas implicações.

Em relação às instituições públicas e empresas privadas que atuam fundamentalmente na área de turismo, salienta-se que há necessidade de priorização de ações e discussões acerca das conseqüências da exploração sexual. Krippendorf (2001:172) alerta que nenhum dos profissionais de turismo, independentemente da posição ocupada no setor, “tem o direito de se refugiar atrás do comprador [o turista], recusando-se a assumir as responsabilidades”. E completa:

É perigoso, de fato, para a imagem desse ramo de atividade que os representantes das grandes organizações, que participam de seminários críticos sobre o turismo no Terceiro Mundo e defendem posições progressistas, proponham ao mesmo tempo, mais ou menos abertamente em seus catálogos, visitas às zonas de prostituição, em Bangkok ou outras cidades, ou organizem viagens, sob pedido, com esse objetivo.

Fanon, segundo Soares do Bem (2005:20), apontava, desde a década de 1950, o perigo dos países de “terceiro mundo” se transformarem em bordéis dos países industrializados. Nesse contexto, cada vez mais elementos apontam

para o fato de que as questões relacionadas à exploração e ao turismo sexual fazem-se urgentes de serem tratadas, não só pela periculosidade e condições desumanas a que crianças e adolescentes são expostos, mas também para que o turismo possa ser uma atividade benéfica em termos de desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável para comunidades e regiões.

O papel das ONGs no contexto contemporâneo da reforma do Estado

Nesta última seção da construção teórica será abordada a questão das ONGs, no sentido de entender como aparece esse ator social no contexto atual, já que o Cedeca-BA, objeto de estudo desta pesquisa, é uma ONG. Procura-se aqui recolher alguns elementos teóricos fundamentais para situar esse novo ator social.

O aparecimento das ONGs (organizações não-governamentais) na agenda política brasileira ocorre a partir dos anos 1990 na esteira do exaurir do Estado autoritário (1964-85), do processo de redemocratização e da promulgação da Constituição de 1988. A esses elementos também podem ser agregados o esgotamento dos movimentos sociais urbanos da década de 1970 que definham a partir do final dos anos 1980 exatamente com a extinção do arranjo autoritário dos militares. O Estado que, nesse período, “era visto como uma instância quase inacessível, começa a reconhecer a sociedade civil organizada como um ator político relevante” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Na última década do século XX e nesses primeiros anos da década atual, “uma das formas mais expressivas de organização da sociedade civil se configura nas organizações não-governamentais (ONGs)” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Não se objetiva aqui fazer, como já apontado, uma longa fundamentação teórica a respeito das ONGs, mas apenas recolher elementos que possam auxiliar no sentido de identificar os papéis e limites das ONGs em suas atividades.

As chamadas organizações não-governamentais estão incluídas no “terceiro setor”, e de acordo com Montaña (2003:205), no Brasil, existiriam em 2003 cerca de 400 mil ONGs, estando a maior parte delas registradas na Associação Brasileira de ONGs (Abong), e sendo fundadas a partir de 1985. Em

relação ao conceito, Tenório (2002:11) afirma que as ONGs “caracterizam-se por serem organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas ao atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado”. Além disso, em geral, suas ações e projetos são financiados por agências de cooperação internacional e contam com a colaboração de voluntários para que possam desenvolver suas atividades.

Para a compreensão da inserção das ONGs no cenário político temos que considerar vários fenômenos que caracterizam a sociedade contemporânea, e a especificidade da situação do Brasil. Em primeiro lugar, vale registrar a incapacidade da democracia representativa de cobrir todos os aspectos e interesses de uma sociedade plural. No caso brasileiro, em específico, isso se agrava quando se consideram a fragilidade e vícios históricos dos partidos políticos que atentam contra o instrumento da representatividade. Com a redemocratização, nas condições específicas do processo histórico brasileiro, a participação foi acionada como um poderoso argumento para o aperfeiçoamento democrático. As promessas acabaram sendo maiores do que as realizações, mas de qualquer forma houve um avanço no sentido da institucionalização de determinados instrumentos tais como conselhos, orçamento participativo etc. Esse novo caminho construído, no entanto, ocorre exatamente em um período de crise do Estado, que resultava de uma crise mais geral do próprio regime de acumulação, e que mostrava o esgotamento de sua capacidade de investimento (o chamado Estado desenvolvimentista) com o comprometimento de sua capacidade operacional. A reestruturação ou redesenho do Estado resulta no chamado Estado neoliberal que implica um Estado mínimo, transferindo para o mercado, e mesmo para a sociedade, um conjunto de atividades que antes lhe diziam respeito e que, bem ou mal, assumia. Nessa redefinição pode-se assistir ao paradoxo de ter, por um lado, uma sociedade civil mais ativa, participativa, cobradora de um Estado e, este, por sua vez, cada vez menos ativo e com menos capacidade de resposta às imensas carências acumuladas até porque o Estado mínimo se expressa também pela redução da ação do Estado nas questões sociais.

Nesse contexto é que se inserem as ONGs como uma alternativa a toda essa crise sistêmica. As primeiras ONGs “nasceram em sintonia com as demandas e dinâmicas dos movimentos sociais com ênfase nos trabalhos de edu-

cação popular e de atuação na elaboração e controle social das políticas públicas ainda em anos de regime militar” (Sucupira, Chaves, Monteiro, 2007). Se expandem, contudo, nos anos 1980 em grande parte impulsionadas pelo retorno ao país de exilados que acumularam experiência internacional em instituições similares no exterior (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Nos anos 1990 “as relações entre ONGs e Estado se complexificaram” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Ao lado de “reivindicação e conflito” coexistiam “diálogo e colaboração” com o Estado. Surgem as ONGs, não para substituir o Estado, “mas como uma instância que pode contribuir, apresentar propostas e influenciar positivamente as políticas governamentais (...)” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Todos os processos mencionados acabam por contribuir para uma explosão ou proliferação das ONGs no Brasil que foram “ganhando legitimidade acompanhadas pela ampliação de espaços na mídia e no debate político” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). A afirmação de Rosa et al. (apud Sucupira, Chaves, Monteiro, 2007) explica muito bem para o que vêm as ONGs:

se antes o público (Estado) cuidava das coisas “públicas/sociais” e o privado somente dos seus interesses privados, deixando ao cargo do Estado cuidar das coisas coletivas, agora o privado ante a inércia do Estado, assume o papel histórico deste, oferecendo participação na erradicação dos problemas sociais.

Dessa afirmação extrai-se também a nova forma de atuação das ONGs que se consolidou sobremaneira nos últimos anos, a parceria com o Estado.

Um dirigente de ONG aponta de maneira bem oportuna a pluralidade de ONGs que foram criadas podendo-se identificar “ONG movimento, ONG tema, ONG como ator, ONG consultor, ONG não sei o que” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007) e ainda ONG como “causa” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Nesse contexto, já apontado, de inércia do Estado que também poderia ser chamado de desresponsabilização do Estado, cabe o depoimento de um outro dirigente de ONG que nenhuma delas “quer substituir o Estado (...). O que acontece é que o Estado não dá conta em muitas coisas” e as ONGs acabam “realizando um pouco de ações que seriam do Estado, de responsabilidade do Estado” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Mais especificamente e convergindo com nosso objeto de pesquisa, um outro dirigente afirma que o objetivo de uma ONG não é fazer “atendimento, quem tem que fazer atendi-

mento é o Estado”, não as ONGs. Nesse sentido, identifica que função maior das ONGs “é cobrar, é investigar, é mudar comportamento, é ir para a mídia” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Parece haver um consenso que o papel fundamental das ONGs é “influenciar as políticas públicas” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007).

Uma questão sensível em toda essa construção histórica refere-se ao financiamento dessas organizações, pois, embora algumas ONGs tradicionais tenham mantido sua autonomia, “ao dependerem quase que exclusivamente de financiamento do Estado, perdem sua postura crítica” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007), perdem a capacidade de crítica. Nessa situação, a relação entre ONGs e Estado se complexifica quando, por exemplo, na observação de um dirigente de uma ONG, existem “alguns casos que você critica determinadas políticas, participa do controle delas e ao mesmo tempo tem interlocução” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007). Essa questão se encaixa exatamente no cotejo entre “participação e autonomia, o conflito reside em definir até que ponto é possível participar das ações do Estado sem perder a autonomia” (Sucupira, Chaves e Monteiro, 2007).

Apesar das críticas de transferência e compartilhamento de papéis e funções entre o Estado e as ONGs, no âmbito da participação política e da cidadania, as organizações não-governamentais revelam outras formas de aproximação da sociedade civil com as diversas realidades sociais, que são observadas e recriadas todos os dias. Além disso, esses grupos organizados possuem formas mais incisivas de cobrança de ações efetivas por parte do Estado, uma vez que eles partem da iniciativa, do exemplo, da demonstração clara de quais são e como ocorrem as questões sociais. Nesse sentido, ainda que a sua emergência seja historicamente considerada recente, pensar na composição do tecido social sem a existência dessas organizações hoje, é quase a “materialização” do caos em proporções alarmantes, tamanha a importância das ONGs para apontamento do que realmente importa na constituição de uma sociedade contemporânea.

Melo (2002) aponta algumas causas sobre a recente valorização das organizações da sociedade civil, que facilitam a compreensão e resumem os argumentos já expostos. Transformações ocorridas no Estado brasileiro: mudanças na gestão de políticas públicas após os anos 1980 e a reforma do aparelho do Estado nos anos 1990; valorização do desenvolvimento local; aprofundamen-

to das desigualdades sociais e resgate da gestão social. A emergência e consolidação das ONGs como agentes de atuação social decorrem de um processo onde o Estado perde em parte seu raio de atuação e, ainda que possam estar envolvidas em contradições e, muitas vezes, em uma divisão de trabalho não muito explícita, as ONGs têm se configurado como parte do novo desenho da atividade pública no Brasil.

O enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes: a trajetória do Cedeca/BA

Nesta seção apresenta-se a trajetória de trabalho e luta do Cedeca-BA no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes na voz de seu dirigente e membros procurando conectar esses elementos com o referencial teórico anteriormente construído. Em outras palavras, procura-se mostrar como o corpo teórico se explicita no empírico.

Cabe começar pontuando como a entidade vê as causas do problema até porque essas determinam o raio de ação e de possibilidade de enfrentamento da questão. Na percepção de seu coordenador, Waldemar Oliveira, ainda que exista uma parcela de adolescentes de classe média envolvida, “a maioria das meninas exploradas são pobres de bairros periféricos, algumas de família de miseráveis, afro-descendentes etc., esse é o perfil das meninas” (Oliveira, 2007). Em sua percepção, “ela não ficaria ociosa à noite para transar com um cara que ela nem conhece se tivesse escola, comida, alimentação, recursos” (Oliveira, 2007). Vimos anteriormente que um primeiro momento decisivo na construção da cidadania encontra-se na abolição da escravidão que “incorporou os ex-escravos aos direitos civis”, mas de modo “mais formal do que real” (Carvalho, 2005:17). Quando se constata, pelos dados existentes bem como pelos depoimentos colhidos, que, em grande parte, uma boa parcela das vítimas desse processo todo são meninas e adolescentes negras, pode-se perceber como se mantém essa realidade histórica. Verifica-se, desse modo, a inefetividade da lei tanto em termos territoriais quanto funcionais quando se consideram “as relações de classe, étnicas e de gênero” (O’Donnell, 1993:129).

Por outro lado, admite Oliveira que, houve uma redução da exploração praticada por turistas, lembrando que, quando se fala de turistas, as pessoas só

pensam em turistas internacionais, “mas, não é assim, paulistas, cariocas também exploram, até mesmo o próprio soteropolitano” (Oliveira, 2007). Hoje, “já não se exploram mais crianças de uma forma tão aberta como há 10 anos”, contrapondo que “antes não se tinha uma atitude que coibisse, a rede era escancarada, era o cara que ia para o aeroporto, via e pegava [o turista], o taxista que ajudava, a recepcionista do hotel, já era tudo articulado, então havia essa rede que funcionava perfeitamente”. Essa rede ainda não foi “desarticulada”, atuando, agora, de “uma forma mais subterrânea”, como pode se encontrar nos bairros da “Barra, Pituba, Pelourinho, Itapuã, Aeroclube e em alguns bairros periféricos, por exemplo, nos postos de combustíveis da saída da nossa cidade” (Oliveira, 2007). Apesar disso, entende que houve “uma redução” da exploração (Oliveira, 2007).

Quanto ao papel do Cedeca-BA, seu coordenador diz que, “modéstia à parte”, o considera “relevante”, tendo começado o enfrentamento da exploração sexual, do turismo sexual há mais de 10 anos, em 1994. Relembra Oliveira que a instituição trabalhava basicamente com homicídios e em 1994 “começamos a enfrentar essa violência que se abatia contra as crianças e adolescentes ao concluir uma pesquisa onde constatamos que essa violência era a violência sexual”. Assim, o Cedeca teve “esse mérito de ter iniciado a discussão para todo o país, porque em 1994 se falava, mas não se movia uma palha para enfrentar”. História que isso levou à realização de duas reuniões em Salvador e outras em Natal que geraram o Plano Nacional contra a Exploração Sexual. A partir daí o Cedeca tem participado de encontros internacionais e representa o ECPAT³ há sete anos aqui no Brasil, uma instituição da Tailândia contra a exploração sexual, além de participar dos projetos nacionais, como por exemplo, o Sentinela. Atualmente, o Cedeca colabora com o projeto contra o tráfico de pessoas e especialmente mulheres (Oliveira, 2007). Essa experiência o leva a postular que “estamos cada vez mais convencidos que atuar preventivamente é o caminho” sendo que “a retomada da vida normal [após a exploração] é muito mais difícil do que a prevenção”.

Ainda descrevendo a trajetória do Cedeca, no início de suas atividades, “houve uma reação por parte do *trade* turístico (rede hoteleira e as empresas

³ ECPAT — End Child Prostitution in Asian Tourism, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes.

Bahiatursa e Emtursa) com o discurso que nós íamos afugentar o turismo e nós reagimos dizendo que não, que nós queríamos qualificar o turismo” (Oliveira, 2007). Passados dois ou três anos, “felizmente, eles perceberam que não afugentava o turismo e entraram na luta conosco e hoje compõem conosco o Comitê Estadual de Enfrentamento”. Em relação aos governos, a sensibilização em relação à questão ocorre, mas “não com a intensidade que gostaríamos” (Oliveira, 2007). Oliveira ressalta que os governos “têm se sensibilizado com a questão, nos ajudado no que podem, assim como outras organizações, mas gostaríamos de enfatizar que não na intensidade [necessária]” (Oliveira, 2007). O que se nota nesta afirmação é praticamente uma inversão de valores, uma questão que seria típica de Estado parece que recai nos ombros da sociedade ou de uma, ou algumas, ONGs, como o próprio Cedeca. Oliveira se queixa da falta de verbas para atuação “principalmente na periferia e na região metropolitana”, observando que somente Camaçari [município da Região Metropolitana de Salvador] firmou um acordo conosco, os outros admitem que existe [o problema], mas...” (Oliveira, 2007). Simões Filho é um exemplo, onde meninas ficam à beira da estrada no Centro Industrial de Aratu (CIA). Houve uma aproximação do Cedeca com a prefeitura desse município, uma vez demonstrado o “interesse de firmar um convênio”, sendo formulada uma proposta de diagnóstico da situação, com seminários, depois a realização de um guia voltado para a questão etc. O dirigente informa ainda que foi feita uma redução apreciável no custo do trabalho para sua viabilização. Mesmo assim não foi aprovado, o que levou o Cedeca a perceber “o quanto vai de diferença entre o discurso e a prática” (Oliveira, 2007). E o problema persiste no município “porque se negaram a fazer o convênio” (Oliveira, 2007). O mesmo acontece com a prefeitura de Salvador, onde foi apresentado um projeto em meados de 2005. Posteriormente no final de janeiro de 2006 o projeto foi reapresentado e “aprovado com louvor” e “resumindo, estamos no 2º semestre de 2007 e até agora nada [aconteceu]” (Oliveira, 2007). Novamente, o que se vê é que “no discurso é dada uma prioridade e na prática esta não existe” (Oliveira, 2007), convergindo com a reflexão empreendida por Bobbio, anteriormente apresentada. Também, quanto ao atual governo do estado tem-se a mesma situação, havendo uma promessa de “pagamento dos técnicos” (psicólogos, advogados da equipe). Ainda que haja uma compreensão devido à mudança de governo, a proposta enviada em janeiro de 2007 só tinha uma

resposta prevista para agosto último (2007) (Oliveira, 2007). Em relação à sociedade, esta “ainda é insensível com a questão da exploração sexual, se sensibiliza muito com a questão do abuso, [as pessoas] ligam, reclamam, ficam revoltados, mas quando uma menina de 14 anos é explorada, acham, consideram que são umas *putinhas, vagabundinhas*” (Oliveira, 2007). Essa é “a visão predominante, o que explica porque nós não recebemos quase que nenhuma denúncia envolvendo a questão da exploração sexual” (Oliveira, 2007), o que confirma a exposição anterior de uma passividade da sociedade civil frente aos problemas e também a negação do mesmo e do conflito. Assim, temos um “quadro de pouquíssimas denúncias, pouquíssimos exploradores e também a incompetência da polícia” (Oliveira, 2007). Exemplifica Oliveira, com um caso onde são feitas denúncias sobre um determinado hotel que recebe meninas menores sendo, então, enviado um policial da Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Criança e o Adolescente (Dercca) para fiscalizar e se manter no local das 7 até as 13 horas, reporta que “não viu nada e diz que era mentira e se reintegra a sua equipe de trabalho” (Oliveira, 2007). O que o dirigente enfatiza é a dificuldade de constatar os delitos nessa área quando não existe um posicionamento claro e aberto de enfrentamento do problema.

O Cedeca já se posicionou com o antigo governador, Paulo Souto, e com o atual, Jaques Wagner, para “criar uma equipe, um grupo, uma força-tarefa, juntamente com o Ministério Público, somente para fiscalizar a exploração sexual formada por policiais civis, policiais militares” (Oliveira, 2007). No entendimento do coordenador do Cedeca, “enquanto não se constituir essa força-tarefa nós vamos ter dados [levantados] pífios de 2003 na Dercca de exploração sexual. Isso é uma prova de que a impunidade aqui é quase total! Se eu não me engano tivemos um caso aqui em Salvador de um explorador preso” (Oliveira, 2007). Em sua percepção, falta “vontade política, dizer ‘eu vou fazer’ e alocar recursos; isso não se tem, prioridade é quando o governador ou o prefeito alocam recursos” (Oliveira, 2007). Lembra o coordenador que o ex-governador Paulo Souto injetou no Fundo Estadual da Criança e do Adolescente a soma de R\$ 120 mil, uma “coisa vergonhosa, esse valor não dá para uma cidade como Xique-Xique fazer alguma coisa” (Oliveira, 2007). Quanto ao novo governo estadual, mostra estarem “esperançosos porque o governo tem uma marca pelo social, então, se espera que tenha uma postura diferente” (Oliveira, 2007). Essa percepção vinda de um dirigente de uma ONG que

enfrenta diretamente a dura realidade converge com a reflexão anteriormente colocada do efetivo enfrentamento do problema. Assim, se no plano mais internacional ou universal ocorreu a aprovação da Declaração dos Direitos da Criança em 1959 (Bobbio, 1992), no Brasil tivemos a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente certamente colocada em um “plano ideal”. Quando trazido para o “plano real” deve-se levar em conta que “uma coisa é falar dos direitos do homem”, enquanto “outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva” (Bobbio, 1992:63) podendo-se detectar um contraste entre “a grandiosidade das promessas e a miséria das realizações” (Bobbio, 1992). No caso brasileiro fica patente uma clara “distinção entre teoria e prática”, onde estas “percorrem duas estradas diversas e a velocidades muito desiguais” (Bobbio, 1992:67), constatando-se uma distância grande entre o discurso e a prática, conforme pontuaram os depoimentos mostrando que o problema em tela não pode ser entendido como uma prioridade dos governos dada a absoluta falta de efetividade das políticas e dos recursos a ele destinados. O híbrido institucional apontado por Santos se confirma quando se verifica a baixa resposta governamental, ou mesmo ausência desta, indicando uma situação que “faz com que o governo governe muito, mas no vazio — um vazio de controle democrático, um vazio de expectativas legítimas, um vazio de respeito cívico” (Santos, 1994) levando a um “absoluto descrédito na eficácia do Estado” (Santos, 1994:98), com uma expectativa da “eficácia elementar” do Estado “próxima de zero”, o que pode ser percebido pelas declarações dos educadores envolvidos no trabalho de enfrentamento dessa violência.

Consciente das limitações, o Cedeca-BA relata que a entidade tem apresentado documentos e projetos e “deixado bem claro que não vamos acabar com o problema, nós queremos é reduzir” (Oliveira, 2007). Quanto à impunidade, quanto à certeza de que explorar criança não dá em nada, quando “a partir do momento que tem 10 exploradores que foram presos, mídia televisão noticiando etc., eles tomariam precauções ou sairiam de cena” (Oliveira, 2007). Waldemar Oliveira ilustra essa situação com o caso de um americano que foi preso abusando de duas meninas, que ele próprio acompanhou, oferecendo apoio do Cedeca à família. Sucedeu que a menina e a família não compareceram ao Cedeca, pois “o advogado do americano corrompeu a menina”. A situação é mais ampla e grave ainda quando se observa que “no interior, as meninas também são exploradas por políticos, fazendeiros e grandes comer-

cientes da cidade que se valem da sua autoridade” (Oliveira, 2007). Em Salvador, “menos mal que tem o Cedeca e outras instituições, mas, e no interior, que não tem uma entidade de defesa das crianças, só tem o conselho tutelar que não funciona e que mesmo assim é ligado à prefeitura?” (Oliveira, 2007). A impunidade grassa “enquanto não tiver uma intenção política de apurar”. Nas cidades pequenas do interior, “tudo é questão de poder, um rapaz filho do prefeito vai ser preso? [A polícia] faz vista grossa” (Oliveira, 2007). Essa realidade que pode também ser encontrada não só em cidades do interior, mas nos grandes centros, converge com a reflexão da constatação de uma “aplicação discricionária, e amiúde excessivamente severa, da lei aos fracos” que tem, como contrapartida, o fato de que “os privilegiados, seja diretamente, seja por meio de ligações pessoais apropriadas, se isentam de cumprir a lei” (O’Donnell, 1998)

No que se refere à rede hoteleira, o Cedeca-BA tem construído uma aproximação com esta, mas “a rede também nos procura”, como no caso da rede Accor há dois anos e atualmente rede de hotéis Sol Meliá, que buscou apoio para capacitar 800 funcionários tendo sido apresentada uma proposta, com expectativa de capacitar os funcionários em Brasília e em São Paulo. “Queremos fazer disso uma divulgação para outras redes” (Oliveira, 2007). É “importante a capacitação dos funcionários porque muitas vezes os diretores e gestores da rede hoteleira têm uma predisposição em não deixar a exploração sexual, mas um recepcionista não tem esse compromisso” (Oliveira, 2007). Uma idéia da dificuldade de enfrentar o problema pode ser detectada no fato de que “deu o maior trabalho” colocar na porta dos hotéis as placas de que é proibida a entrada de crianças e adolescentes. Os hotéis só começaram a colocar as placas quando o Ministério Público intercedeu e, agora, felizmente, os hotéis já possuem essa placa, mas os motéis ainda não (Oliveira, 2007).

Na opinião de Karin Koshima, educadora há anos do Cedeca, o problema da exploração sexual com crianças e adolescentes ligada ao turismo é “multideterminado” associado ao risco de vulnerabilidade das crianças e adolescentes sendo que o que produz essa vulnerabilidade são: “fatores econômicos” que se tornam um “terreno fértil” para entrada na exploração sexual; “questões familiares”, ou seja, “uma articulação familiar violenta que também empurra, fragiliza, ou mesmo vulnerabiliza” as crianças e adolescentes para uma situação de exploração sexual; “um país completamente corrupto,

onde a polícia está envolvida nessa rede de exploração, uma política corrupta e conivente com isso” levando a um “fator de impunidade”, gerando “uma certeza de que a todas as pessoas envolvidas nada irá acontecer”; “uma cultura do turismo” que durante muitos anos “vendeu o turismo do país com apelo sexual, com esse lado da sensualidade e que traz uma demanda”. Nesse contexto, cabe lembrar que “a oferta aparece a partir de uma demanda”, “uma demanda enviesada” que aparece em um país pobre onde o dinheiro tem “um peso”; ausência de “políticas macrossociais” (crianças fora da escola, ausência de políticas públicas. Em suma, “uma panela fértil” demais para a exploração sexual (Koshima, 2006).

Quanto à possibilidade de existência de dois circuitos de exploração, um formado por jovens pobres e outro por garotos de classe média, o sentimento é que “esses dois circuitos existem”, mas não podemos colocá-los “na mesma medida”. Esse segundo grupo, chamado de garotos de programa, que está “em crescimento”, é formado por meninos e meninas — “tem até uma nomenclatura diferente” —, que são “frutos da sociedade do consumo”. As garotas de programa, meninas da classe média, utilizam o turismo sexual até como “um bico”, em geral no verão — o turismo também tem uma “questão da sazonalidade”, que é “um fator importantíssimo”, pois o verão coincide com as férias escolares, festas, “a efervescência da cidade” e os turistas chegando. A diferenciação dos dois circuitos também se dá pelo nível de informação, de acesso à informação, onde se constata uma “desigualdade imensa”. A menina de classe média tem “um nível de consciência maior do que está acontecendo”. No entanto, pondera Koshima,

essa consciência por si só não é capaz de frear porque o apelo da sociedade de consumo é muito maior, uma sociedade regida pela rapidez das coisas, por sexualidade banalizada, pelo dinheiro como necessidade de afirmação — tudo que se faz tem o dinheiro como mola mestra, o objetivo é o dinheiro.

Tem-se, assim, uma “lógica deturpada e adoecida dentro de uma sociedade adoecida que faz essa relação de sexo como oportunidade de dinheiro, sexo sem qualidade e se coloque como mercadoria dentro dessa sociedade”. Em conversas com algumas meninas de classe média, a educadora notou nelas “um distanciamento, uma frieza, uma praticidade daquela situação, uma

lógica que elas constroem de como utilizar esse meio de vida como algo momentâneo” pensando que podem sair dele quando quiserem, cursando uma faculdade, ou seja, elas teriam uma “alternativa”. Na percepção de Koshima (2007), elas pensam: “eu sou jovem e gostosa, não tem nenhum problema já que eu dou de graça para tanta gente”. Quanto às meninas pobres, elas “não enxergam o outro lado, não têm alternativa”.

Analisando a questão do ponto de vista da existência de redes, Koshima entende que “existe uma rede muito bem organizada e estruturada de exploração sexual e existem *n* formas de aliciamento, desde uma colega que está naquela mesma situação, que ganha R\$ 100 em um dia e isso é um fascínio para uma menina dessas”. Um outro traço dessas redes é a existência de “pessoas infiltradas nas comunidades”, meninas “muito bem arrumadas (com roupas de marca), bonitas e jogadas na comunidade”. Como “tudo que é novo chama atenção e gera curiosidade, essa menina vai circulando dentro da comunidade para divulgar e aguçar a curiosidade das outras meninas”. Frente a essa “rede muito bem organizada” surpreende que tenham “pessoas que ainda pensam que essa rede é desorganizada”. É possível considerar a existência de, “vamos chamar assim, *autônomos*, que vão para a pista, mas, de uma forma geral, tem alguém numa rede”. Nesse contexto, “a polícia está muito envolvida nessa rede, dá apoio aos hotéis, cobertura aos aliciadores, permite que as adolescentes estejam na rua”. Nesse sentido, relata “um caso gravíssimo”, divulgado na televisão, de um turista estrangeiro que tinha sido pego com uma menina e ela veio parar no Cedeca-BA sendo feito “o acolhimento” dessa menina que, por sua vez, informou que “tinha sido estuprada diversas vezes pelos policiais do Pelourinho”. Em seu entender, “se não se acaba com a corrupção policial, se não implantar sérias políticas públicas, todo esse nosso discurso vai por água abaixo”, indicando que o problema é sistêmico, necessitando, assim, um tratamento igualmente sistêmico.

Esse depoimento, bem como a realidade conhecida confirmam que a situação brasileira combina “características democráticas e autoritárias” (O’Donnell, 1993:133), ou seja, “a dimensão autoritária se mescla, de modo complexo e poderoso, com a democracia” (O’Donnell, 1993:133) emergindo nessas áreas uma cidadania de “baixa intensidade” onde, ainda que os direitos políticos sejam respeitados, “os camponeses, os favelados, os índios, as mulheres etc. não conseguem normalmente receber tratamento justo nos tribunais,

ou obter dos órgãos do Estado serviços aos quais têm direito, ou estar a salvo da violência policial — e mais um extenso etc.” (O’Donnell, 1993). O quadro teórico anteriormente construído também localizou problemas sérios na relação dos pobres e socialmente fracos com as burocracias para obtenção de trabalho, para obtenção de aposentadoria, ou “quando têm de ir a um hospital ou delegacia de polícia” (O’Donnell, 1993) observando-se não apenas “a imensa dificuldade que eles enfrentam para obter, se tanto, o que nominalmente é seu direito: é também o modo indiferente, quando não desdenhoso, como eles são tratados (...)” (O’Donnell, 1993). O que o relato dos entrevistados mostra, não é apenas a existência de preconceitos em relação a meninas e adolescentes, mas também o uso de força e violência contra elas, vitimizando-as em alguns casos, indo além do tratamento desdenhoso. Nessas situações, confirma-se que o indivíduo se coloca frente às burocracias não como “portador de um direito”, mas como “suplicante de um favor” (O’Donnell, 1993). Certamente também pode ser visto como uma causa da não-recorrência ao Judiciário o fato de este ser visto como “distante, embaraçoso, caro e lento demais para que os desprivilegiados tentem até mesmo ter acesso a ele” (O’Donnell, 1993), sofrendo estes “várias discriminações” (O’Donnell, 1993), criando-se “a descrença da população na Justiça e o sentimento de que ela funciona apenas para os ricos, ou antes, de que ela não funciona, pois os ricos não são punidos e os pobres não são protegidos” (Carvalho, 2005). Além dessas evidências certamente consensuais, parece que a questão é ainda mais funda, ou seja, a esses desprivilegiados não passaria pela cabeça a recorrência ao Judiciário, conforme subsidiado pela pesquisa anteriormente apontada da não-existência da consciência de direitos para a maior parte da população.

Colocados esses elementos, é pertinente observar o papel desempenhado pelo Cedeca e como são vistas as possibilidades de enfrentamento do problema em tela. Para tanto, recorre-se ao depoimento de Koshima, para quem “o trabalho de uma ONG deve ser entendido como um laboratório de experiências”. Uma ONG, como o Cedeca, que já tem 16 anos, atuou nesse sentido bem como “supriu” políticas públicas, o que pode ser entendido como um substituto do Estado. Ao iniciar seu trabalho em 1994 ao lançar a pesquisa juntamente com a campanha sobre o tema, “quebrou-se um tabu, falar disso era um aberração”, pois para a área de turismo, principalmente, “éramos vistos como pessoas que queriam acabar com o turismo da cidade, nós éramos

apedrejados, foi muito difícil”. Em sua visão, “o Cedeca foi extremamente importante em pautar esse tema no Brasil”, não só em termos do estado da Bahia, porque “foi aqui a primeira campanha que virou nacional, abraçada por FHC”. O Cedeca “pautou nacionalmente esse percurso porque a primeira campanha tem o carimbo do Cedeca Bahia e, isso ninguém tira”.

A partir dessa realização, “diversas campanhas estaduais foram criadas e isso começa a circular”. Ela entende como “válido o trabalho” do Cedeca pensando em “mobilização como circulação de informação e como uma possibilidade de tomada de consciência da situação”. O Cedeca tinha consciência de que era preciso enfrentar a situação existente e foi adotada “uma campanha agressiva dizendo que existe, isso é crime e dá cadeia, para mostrar à população que isso não é normal”. Prossegue Koshima historiando que, em seguida, foi feita uma pausa, “uma reflexão”, entendendo que “hoje não há quem não saiba que é um crime” a exploração sexual de crianças e adolescentes e isso é “uma grande vitória”. Um outro momento foi a campanha dos versinhos, tentando deixar claro que “a exploração sexual e o abuso sexual deixam marcas no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes além de ser um crime”. A campanha visava dar às pessoas “consciência de que é uma marca negativa nesse desenvolvimento”. Em 2001, o Cedeca começa a trabalhar em uma “vertente dos direitos sexuais de desenvolvimento sexual saudável”: uma criança e adolescente tem o direito de ter seus direitos sexuais desenvolvidos e saudáveis, “batemos muito nessa tecla durante dois anos”. Na atualidade o Cedeca adota “o discurso do Ministério do Turismo, a idéia do turismo sustentável”. Além disso, há uma “maior abertura com o *trade* turístico” tentando alertar os operadores que estão “matando a sua galinha dos ovos de ouro”, que “é preciso pensar o turismo de forma sustentável e no longo prazo com o desenvolvimento do turismo sexual não vai ter o turismo familiar, que é a grande injeção de dinheiro nessa área”. O Cedeca avalia que “o discurso tem sido pautado nessa linha e temos tido efeitos maravilhosos”.

Em termos de referenciais teóricos, o Cedeca recorre a uma “temática recente da teoria dos direitos sexuais”, que pressupõe a idéia de que “a sexualidade é um direito que precisa ser assegurado à criança e ao adolescente”. Havia, anteriormente, “um discurso muito assexuado desse fenômeno”, passando a se colocar o questionamento de “onde entra o exercício da sexualidade saudável?”. Percebia-se “um moralismo muito grande na boca dos técnicos, dos

profissionais que não consideravam essa dimensão, uma dimensão humana verdadeira, gritante principalmente nessas meninas que estão na exploração sexual”. Então, de 2000 em diante, percebeu-se que era “importante considerar essa questão”, qual seja, que cada um tem “o direito de transar”, de ter sua “sexualidade preservada desde que tenha todos os cuidados”. Havia assim com as pessoas envolvidas com a questão “um moralismo, uma ingenuidade e temos que considerar que eles são seres sexuais sim!”.

Abordando a questão de uma sexualidade precoce fortemente divulgada e fomentada pela televisão, esta tem “o poder do bem e do mal gigantesco em relação à sexualidade” produzindo uma geração de pessoas com “uma sexualidade muito mais precoce do que a nossa e muito mais do que as pessoas mais velhas”. Koshima vê um efeito ainda maior na internet. “No dia que a internet também for massificada como a televisão, o poder vai ser muito maior.” Considerando o poder de comunicação maior e coletivo desses veículos, o exemplo da novela das oito, a estória da Bebel “mostra essa vida como linda e maravilhosa” e “está falando com milhões de crianças”. Destacando não ser contra que se “coloque a realidade”, observa que “o problema é com a velocidade que a televisão precisa ter porque o que gira é o dinheiro”, não havendo “tempo de parar e fazer a reflexão, essa é a grande crítica à televisão”. Pontua ainda a educadora que “o conteúdo responde a uma demanda, ou seja, o conteúdo é adocicado como nossa sociedade” detectando “um grande perigo” quando se pega “um flash só de uma determinada cena descontextualizada, numa população sem senso crítico nenhum”. Ainda observa que apenas uma camada de “1% da população é que consegue ver criticamente” o que é exposto, e, assim se “constrói um cenário hipnótico e alienante que é a televisão”.

Ainda no que se refere ao papel do Cedeca, além de ter sido a primeira instituição de atendimento aqui na Bahia e uma das primeiras no Brasil (tinha umas quatro ou cinco quando o Cedeca começou), pode-se observar “um dedo forte” do Cedeca em uma política pública federal que é o Sentinela desde seu “desenho”. Do mesmo modo, o próprio Viver é “fruto também de um trabalho nosso” — a metodologia do Viver é uma cópia do Cedeca —, sendo que o Cedeca atendeu por um tempo as crianças do Viver (Koshima, 2007). “Hoje, a nossa instituição é vista no cenário nacional como repassador de metodologias e é assim como eu enxergo o futuro” (Koshima, 2007). Na descrição da trajetória, o Cedeca já foi um grande centro de atendimento, chegando

a ter oito psicólogos em atendimento interrompido, envolvidos na busca ativa. A esse respeito, vale a pena nos deter um pouco mais nessa experiência, o que ainda requer um pouco de reflexão que levou a esse caminho. Nesse sentido, ao examinar a responsabilidade do poder público diante do problema e o que pode fazer para combater o mesmo, Luis Araújo da equipe do Cedeca expressa sua pouca confiança na alternativa de bolsa para tirar crianças e adolescentes da rua perguntando que tipo de bolsa seria necessária para tirá-las da rua se “tem meninas que ganham desde uma lata de quitute até meninas que ganham R\$ 300 a R\$ 400 em uma noite”. Do mesmo modo, frente a essas condições também duvida da oferta de emprego, ficando “muito difícil concorrer com esse círculo vicioso” (Araújo, 2007). Existe uma “ilusão que elas têm de conseguir as coisas muito fácil, por que é um dinheiro fácil para aquisição de bens materiais, uma roupa de marca” pontua Santos também da equipe do Cedeca, ficando “difícil quebrar” esse círculo vicioso. Na mesma linha, também se posiciona Barros da mesma equipe. “É muito difícil concorrer com alguém que dá tudo que naquele momento para o adolescente é essencial, que é roupa de marca, celular, óculos e tal, ou seja, que faz com que ele se sinta inserido em um meio social”. Nesse contexto é que emergiu a metodologia da busca ativa, uma ação de instituições que buscavam “resgatar essas crianças e adolescentes” e sentiam que nesse quadro “complicado” tinham que “oferecer” algo, e que fosse “muito mais atrativo” do que elas têm. A “busca ativa” passou a ser vista como “um sistema legal. Nos municípios que temos visitado e que têm a ‘busca ativa’, têm surtido um resultado positivo” (Santos, 2007). Na mesma linha se posiciona Araújo vendo a metodologia da (busca ativa) como “a única (...) realmente viável” (Araújo, 2007) sendo que “nesse ambiente você tem que perceber o querer da menina, não o querer institucional”. Descrevendo problemas na execução da metodologia, o educador se aproxima da menina “com uma afobação muito grande de que vai tirá-la dali, de que vai salvar a vida dela”, que é “o superhomem ou a mulher maravilha”. Nada disso pode dar certo se a adolescente abordada se negar a ouvi-lo ou colaborar. Podem ser identificados os seguintes problemas no processo da busca ativa: aproximação do local, na aproximação da adolescente há um “risco de vida, é lógico”; vínculo com a menina/adolescente: tarefa nada “fácil”, pois se o educador for “homem e você se aproximar dela, ela vai te ver como cliente e ser for educadora mulher é uma concorrente dela ou amiga” (Araújo, 2007). Adicionalmente, a

menina “não vai deixar de atender ao cliente pra te atender ou ficar com conversinha educativa; isso não vai acontecer, é muito difícil (...) conseguir quebrar um vínculo desse porte e estabelecer um outro vínculo, tem que ter um poder de intervenção, uma capacidade de intervir no momento certo, na hora certa” (Araújo, 2007). Na situação em que a menina recuse o contato, o educador tem que fazer intervenções para que “no mínimo, mexa com o psicológico dela e ela veja em você a possibilidade de mudança” (Araújo, 2007). Isso tudo, o sucesso dessa ação fica condicionado à posição da abordada, pois “o querer tem que vir dela, a intervenção tem que servir pra fazer com que ela queira, não é você chegar e dizer que a sua instituição está aqui etc. Desse jeito, ela vai mandar você à merda e aí, tchau, o trabalho está todo acabado” (Araújo, 2007). Por outro lado, “o trabalho fica muito mais fácil quando ela percebe que pode sair daquela situação” (Araújo, 2007). Ainda que não exista pesquisa sobre a percepção de direitos por parte desses grupos vitimizados, parece claro pelas suas resistências e pelos baixos índices de sucesso na abordagem feita por educadores que deve ser bem baixa, talvez até ausente, a percepção de direitos por parte destes, o que converge com resultados encontrados na pesquisa mencionada sobre o Rio de Janeiro.

Por conta de todas essas dificuldades, em termos quantitativos, os resultados são muito limitados, é “um trabalho de formiguinha, um trabalho bem minucioso”. O processo de busca ativa do Cedeca que teve a duração de um ano “teve contato com 15 a 20 meninas e, se cinco delas conseguimos trazer para a instituição foi muito, e dessas cinco apenas de duas temos notícias de que não estão mais no mundo da exploração sexual”, o que dá uma noção do “quanto é difícil esse trabalho” (Araújo, 2007). Araújo ainda argumenta que o Cedeca não conseguiu aplicar essa metodologia de uma forma seqüenciada por conta de falta de recursos, precisando remunerar as pessoas, e “esse tipo de serviço é feito à noite e tem risco, tendo que pagar pelo risco de vida. Para contratar técnicos, tem que ter dinheiro e o Cedeca é uma ONG, e assim é a função do poder público assumir essa responsabilidade”. Assim, o Cedeca abandonou essa metodologia sendo que outros programas como o Viver, o Sentinela fazem esse atendimento. “Nós abrimos o caminho, mostramos a necessidade e os governantes responderam, criaram um serviço” (Koshima, 2007).

O futuro do Cedeca é visto como tendo um centro de formação e capacitação como uma “mola mestra”, sem abrir mão do atendimento porque este

“alimenta toda nossa percepção da realidade e a produção teórica” (Koshima, 2007). O Cedeca tem se concentrado em “capacitar equipes do país inteiro de forma difusa” e atuando de forma concreta, na atualidade, no Pair, um dos dois maiores programas nacionais dessa temática, sendo a assessoria técnica coordenada por Karin Koshima, visto como “um privilégio” para o Cedeca, por essa educadora.

Na visão de uma instituição que lida com o problema de forma direta, para um enfrentamento mais efetivo da situação dramática existente, teriam que acontecer mudanças profundas nas políticas públicas começando pela necessidade de funcionamento do grupo interministerial formado desde 2004 de modo a pautar “transversalmente” a questão com todos os ministérios, pois o que se vê é “a Secretaria de Direitos Humanos trabalhando sozinha, tentando articular todo um problema que não é um problema só dos direitos humanos e sim da saúde, da educação, do esporte, da segurança” (Koshima, 2007). Existe um grupo formado, “mas que efetivamente não funciona, já começa errado lá de cima”. Para ilustrar, Koshima menciona que, em reunião recente em Brasília, não tinha uma pessoa do Ministério do Desenvolvimento Social, apenas chegando uma representante no último dia, mas sem conhecimento do que estava acontecendo. “Como é que com um problema tão sério como esse se tem esse nível de descompromisso?”, pergunta. Do ponto de vista da política, se esse grupo funcionasse e o ministério pensasse em ações mais articuladas e planejadas, poderíamos reverter esse quadro de risco da infância e adolescência no país, ainda que não no curto prazo (Koshima, 2007).

Outra necessidade de mudança repousa na polícia. Falando dos pedófilos, que são 1% (99% são homens normais), eles estão na “total certeza de que nada vai acontecer”. Então, “se esse homem tivesse medo do que poderia acontecer ele jamais faria”. Em sua visão predomina um ser “machista, onde o adolescente é semivalorizado”, e o pedófilo de meia-idade, vai se “sentir gostoso por pegar uma menina de 12 anos”. Ele não titubeia e “essa demanda é produzida pela certeza da impunidade” (Koshima, 2007). Quanto ao papel da polícia, pergunta: “como ela vai trabalhar com isso sem sensibilização?” (Koshima, 2007). As dificuldades para a reversão desse quadro residem no fato de que “grande parte está envolvida com essa rede, e mesmo quem não está envolvido com essa rede entende que são “meninas fogosas”. No curso oferecido para os policiais militares, o

Cedeca tenta “desconstruir esta imagem, mostrar a importância da defesa das crianças e adolescentes” (Koshima, 2007). Por fim, Koshima vê a necessidade de “um somatório de ações”, entendendo que “o Ministério do Turismo está em um bom caminho”.

Mais para a área da Justiça do que da polícia, é imprescindível trazer a questão da impunidade. Na visão de Luis Araújo do Cedeca “quem está cometendo um crime precisa pagar por esse crime”. Existe, no entanto, “um clima de muita impunidade circulando. Vamos supor de que 10 milhões de denúncias em relação à exploração sexual, 100.000 foram encaminhadas e 20 instaurados inquéritos, poucos encaminhados e nenhum finalizado. É o caso do estado da Bahia” (Araújo, 2007). Daí, poder-se-ia, então, concluir que “não temos exploradores sexuais? Porque é isso que os números passam. Então essas pessoas estão soltas, pagaram fiança e pronto, então se cria um clima de impunidade”. Com isso, prossegue, as pessoas se perguntam: “por que eu vou denunciar se não acontece nada? O país está assim, e falam que o problema está lá, longe de mim” (Araújo, 2007). A situação exposta coaduna-se com a reflexão da existência de uma “longa tradição de ignorar a lei ou, quando ela é acatada, de torcê-la em favor dos poderosos (...)” identificando-se uma “escandalosa impunidade criminal” por parte desses privilegiados (O’Donnell, 1998:45). Converte também com a constatação da “espantosa convivência entre a liberdade e a frequência de denúncias e sua quase absoluta ineficácia” (Santos, 1994:111) onde “as denúncias, no Brasil, tendem a cair no vazio, assim como os crimes no esquecimento” e uma “crescente leveza da pena, com o correr do tempo” (Santos, 1994:111).

Importa também identificar como a sociedade se comporta e se manifesta a respeito dessa questão. “A sociedade ainda está começando a perceber que o fenômeno existe (...) a questão da violência sexual ainda é cercada de tabus” (Santos, 2007). Na mesma linha, existe a percepção de que a sociedade ainda não se encontra conscientizada do problema, pois “ainda tem o pensamento muito machista, preconceituoso, individualista”, não havendo preocupação quando o problema é com outros (Araújo, 2007). Nessa situação, o trabalho do Cedeca é mais para “prevenção e sensibilização”, de “fazer com que as pessoas entendam o fenômeno da violência sexual” (Araújo, 2007), pois “está faltando a reflexão de alguns setores da sociedade, instituições”. Nos relatos recolhidos pode-se observar a existência, senão exatamente de

uma “passividade geral” (Carvalho, 2005), mas de uma boa dose de apatia e, ainda mais, quando se observa a existência de políticas meramente paliativas, consolida-se a situação de “cidadãos em posição de dependência perante os líderes” devido aos benefícios introduzidos representarem “um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade” (Carvalho, 2005:126) conformando uma cidadania “passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora” (Carvalho, 2005). Essa situação tem componentes históricos estruturais e estaria, mais recentemente, inserida no contexto da democracia delegativa onde uma vez encerradas as eleições “espera-se que os eleitores/delegantes retornem à condição de espectadores passivos, mas quem sabe animados, do que o presidente faz” (O’Donnell, 1991:31). As evidências capturadas nas manifestações dos depoimentos nos leva a inferir a existência de uma “enorme bolha de alienação e indiferença” (Santos, 1994:98). Na situação em observação também se percebe plenamente a negação do conflito, em uma nova versão daquela desenvolvida por Santos, ao fazer, a sociedade, de conta que o problema não existe. Confirma-se, assim, a característica da poliarquia brasileira de estar restrita a “pequena mancha institucional circunscrita por gigantesca cultura da dissimulação, da violência difusa e do enclausuramento individual e familiar” (Santos, 1994). Se, conforme já apontado, apenas um terço dos que se envolveram em conflitos como roubos, furtos e agressões levaram essas questões à Justiça, a situação se agrava mais ainda em situações onde a assimetria entre as partes ainda é mais pronunciada como nas questões que envolvem a exploração sexual de crianças e adolescentes.

O papel da mídia também é observado, pois esta, “de vez em quando, pega muito pesado, precisa se alertar um pouquinho com relação a isso, principalmente em relação a nomenclatura e semântica, ou como tratar o caso na televisão, como discutir, como propor opiniões tão generalistas” (Santos, 2007). Em sua opinião, falta “reflexão, discussão, trazer várias opiniões para o povo pensar e não trazer uma coisa fechada e acabada”. Em suma, em sua opinião, “o poder público precisa se responsabilizar mais e nós, sociedade civil, precisamos, arregaçar as mangas, parar de falar de bolsa, estágio, tem que se perguntar o que mesmo que pode [ser feito]? Sair do mundo do que pode para o real” (Santos, 2007).

Considerações finais

Dificuldades de levantamento de dados; posicionamento dos atores; situação observada; abrigo para vítimas de tráfico, recomendações

O estudo aqui apresentado mostra a confirmação de uma verdadeira tragédia brasileira ao se constatar a existência de um problema que dificilmente pode ser medido em números precisos dado o caráter subterrâneo do fenômeno sob análise. Pode-se perceber a existência de uma cidadania truncada, de segunda classe, quer como se chame estará a expressar uma cidadania incompleta, frágil. Aqui, percebe-se como o país evoluiu para uma democracia no sentido dos direitos políticos, mas mostra uma face completamente incompleta no que se refere aos direitos civis e aos direitos sexuais. Ainda que a democracia deva ser vista como um valor universal, pode-se verificar que a existência da democracia no sentido político não garante por si só, pelo menos nos países periféricos, o enfrentamento de problemas básicos da sociedade. Os depoimentos baseados na experiência de envolvimento e acompanhamento de vítimas da exploração levam à confirmação de que o problema não está ainda, efetivamente, na agenda dos governantes e nem da sociedade. Esta assume um comportamento que tem duas faces. Por um lado, promove a negação do conflito, uma negação do problema, ainda que possam ser reconhecidos alguns avanços, até significativos, dada a dimensão do problema. Por outro, espera, como em tantas outras questões, que as respostas, as ações venham do Estado.

Verifica-se também como a dimensão do Estado se evapora com facilidade quando se trata de áreas periféricas, mas também não sendo mais necessário sair dos grandes centros urbanos nacionais para isso acontecer. Acontece neles tão logo se entra em uma “periferia”, onde o problema aparece mais. Na verdade, ele não aparece nem no centro desses centros, ou seja, nas áreas mais visíveis dessas cidades. Mesmo que alguns avanços tenham sido alcançados o problema sob análise insere-se em uma rede muito poderosa de interesses de diversos matizes: econômicos, financeiros, morais, envolvendo pessoas e instituições poderosas, quer no âmbito do Estado como da sociedade civil, no plano nacional e internacional. Apesar da abertura de algumas fissuras nessa rede esta ainda resiste e encontra outras formas de expressão e mobilização,

como, por exemplo, a pornografia na internet. Em síntese, percebe-se que o problema tem raízes históricas robustecidas pelo instrumento da escravidão que se impregnou de forma dura na realidade brasileira e tem sido agravado, nas últimas décadas, pela retirada ou desresponsabilização do Estado de algumas políticas públicas como a questão das crianças e adolescentes. Nesse contexto também chama a atenção o fato de a impunidade como um traço definidor de nossa formação política por conta de uma sociedade muito baseada em relações onde as instituições, ainda que existentes, mostram uma fragilidade congênita. Assim, tudo se acomoda em favor das classes e segmentos dirigentes e os contraventores, nessa e em outras questões, não são devidamente condenados.

Quanto ao objeto empírico de estudo, o Cedeca-BA, nota-se, como qualquer outra ONG voltada para o enfrentamento dessa questão, a existência de limites bem como de contradições em relação ao Estado. Pode-se perceber como a entidade se coloca com frequência exigindo maior posicionamento do Estado no tocante à questão bem como exibe uma ambigüidade frente a este, pois em parte depende dele, das suas verbas. Percebe-se que uma luta incessante se refere à busca de pautar o tema na mídia, mostrando a importância desta na sociedade contemporânea. Os resultados alcançados acabam sendo reconhecidamente pífios, o que revela que a questão não entrou ainda efetivamente na agenda da sociedade e do Estado, convergindo com a reflexão teórica que indica uma negação do conflito bem como um estranhamento em relação às demandas das classes inferiorizadas. Deve-se ser assentado que, pensando friamente, os dados e as informações obtidas não devem causar espécie dado que a situação da saúde, da educação, da segurança em geral é similar à questão da exploração sexual de crianças e adolescentes. A persistir os parâmetros atuais da política no Brasil, sem que ocorra uma mudança apreciável de rumo no tocante ao crescimento econômico bem como à distribuição e renda e implantação de efetivas mudanças na área de educação, parece que não resta outra alternativa a não ser “enxugar gelo”. O exército dos excluídos aumenta em uma velocidade muito maior do que a das poucas políticas de inclusão. O trabalho do Cedeca-BA, que deve convergir com o de outras instituições do terceiro setor atuando nessa área, tem se mantido dado o engajamento e compromisso de profissionais abnegados — trabalho de “formiguinha” —, como também se verifica nas outras áreas citadas, mostrando a

elevada assimetria que existe neste país entre uns poucos que possuem muito e muitos que possuem pouco.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, L. Entrevista. Salvador: Cedeca-BA, 2007.

BARROS, S. Entrevista. Salvador: Cedeca-BA, 2007.

BOBBIO, N. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil*. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CECRIA (CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES). *A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes na América Latina e Caribe*. Relatório Final. Brasil, 2002.

CEDECA-BA (CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE YVES DE ROUSSAN). *Histórico e projetos*. Disponível em: <www.cedeca.org.br> Acesso em: 20 abr. 2007.

CHAVES, G. Entrevista. Peti. 2007.

EMBRATUR (EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO). *Dados sobre turismo no Brasil*. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em: 26 jul. 2007.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. São Paulo, USP.

FALEIROS, E.; CAMPOS, J. O. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Cecria, 2002.

FALEIROS, Vicente. *Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção*. Brasília: Cecria, 1998.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). *Pesquisa de orçamentos familiares*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2002_2003perfil/default.shtm>. Acesso em: 28 ago. 2007.

KOSHIMA, K. S. L. *Cooperação internacional e políticas públicas: a influência do Pomar/Usaid na agenda política brasileira de enfrentamento à violência sexual de crian-*

ças e adolescentes. 2006. Dissertação (Mestrado) — NPGA, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. Entrevista. Salvador, 2007.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo*. São Paulo: Aleph, 2001.

LEAL, M. L.; LEAL, M. de F. P. (Orgs.). *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial — Pestraf: Relatório nacional — Brasil*. Brasília: Cecria, 2003.

_____; _____. *Relatório final: estudo analítico do enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil — Escca*. Brasília, 2004.

LEITE, J. Entrevista. Salvador: Chame, 2007.

LIRA, A. Entrevista. 2007.

MELO, V. P. *Terceiro setor e interorganizações: uma análise crítica a partir da realidade baiana*. 2002. Dissertação (Mestrado) — Escola de Administração, NPGA, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MONTAÑA, C. *Terceiro setor e a questão social: crítica do padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2003.

O'DONNELL, G. Democracia delegativa? *Novos Estudos Cebrap*, n. 31, out. 1991.

_____. Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais. *Novos Estudos Cebrap*, n. 36, jul. 1993.

_____. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina. *Novos Estudos Cebrap*, n. 51, jul. 1998.

OLIVEIRA, W. Entrevista. Cedeca-BA. 2007.

PEDREIRA, L. Entrevista. Peti. Salvador, 2007.

POCHMAN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

PROGRAMA SENTINELA. Disponível em: <www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/noticias/2002/programa_sentinela.asp>. Acesso em: 20 jul. 2007.

ROSENO, R. Breves reflexões sobre as relações entre turismo, infância e juventude no Brasil. In: *Turismo social*. Rio de Janeiro: Ibam, 2006.

SANTOS, S. Entrevista. Salvador: Cedeca-BA 2007.

SANTOS, W. G. Fronteiras do Estado mínimo. In: _____. *Razões da desordem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SCARPATI, F. V. *El turismo sexual y sus influencias en el desarrollo turístico sostenible*. Málaga: Facultad de Ciencias Económicas/UMA, 2004.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. *Pesquisa: perfil do turista*, Salvador, 2004. Disponível em: <www.bahia.com.br>. Acesso em: 20 maio 2007.

SOARES DO BEM, A. *A dialética do turismo sexual*. Campinas: Papirus, 2006.

SUCUPIRA, L.; CHAVES, A.; MONTEIRO, M. G. ONGs e Estado: entre a retórica e a prática. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 31., Rio de Janeiro, 2007. *Anais eletrônicos*.

TENÓRIO, Fernando G. (Org.). *Gestão de ONGs: principais funções gerenciais*. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

VASCONCELOS, D. Entrevista. Salvador: Sentinela, 2007.

Estudo de caso da Freeway Brasil



Marco Antonio Carvalho Teixeira

Ilza Valéria Jorge

Júlia Brandão

Marina Farkas Bitelman

O estudo de caso deste capítulo aprofunda o conhecimento sobre práticas de combate à exploração sexual infanto-juvenil no turismo. Pretende-se, com isso, produzir conhecimentos relevantes ao tema e que os resultados dos estudos possam contribuir no processo com o desenvolvimento do Programa Turismo Sustentável & Infância.¹

Este capítulo traz os resultados preliminares do estudo de caso sobre a empresa Freeway Brasil, uma operadora especializada em ecoturismo² sediada na cidade de São Paulo que desenvolve campanhas contra a exploração sexual infantil e diversos outros projetos voltados à sustentabilidade com impactos na capital paulista e em destinos turísticos espalhados pelo território nacional.

A escolha da Freeway decorreu não apenas do fato de ela estar situada em São Paulo, mas sobretudo em razão do conjunto de atividades que a empresa desenvolve. Poderíamos ter escolhido o caminho de analisar uma experiência específica de um hotel ou de agência de viagem cujos alcances se restringiriam à capital paulista, mas os casos identificados permitiram pouco espaço para compreender a complexidade dos problemas que se relacionam com a explo-

¹ Para mais informações sobre o programa do Ministério do Turismo acesse o link: <institucional.turismo.gov.br/portaltur/opencms/institucional/estrutura/arquivos_gabinete/turismo_sustentavel_infancia.html>.

² Ela foi uma das pioneiras no uso do conceito de ecoturismo no Brasil.

ração sexual de crianças e adolescentes. Por essa razão, optamos por uma operadora de turismo que traz ações e discussões sobre o turismo como estratégia de desenvolvimento local como forma de respeitar os valores da comunidade e impedir que a vida de crianças seja ceifada pela exploração sexual.

Conforme poderá ser visto, o trabalho da Freeway tem impacto na formação de uma cultura positiva contra a exploração sexual infantil nos seus clientes que, apesar de viajarem para fora de São Paulo, são moradores da cidade. Dessa forma, a contribuição dos mesmos para a superação desse problema na capital paulista está no fato de eles se tornarem sensibilizados e potenciais sensibilizadores para essa causa.

A realização deste capítulo seguiu as seguintes etapas. Inicialmente, fez-se um mapeamento para identificar as experiências que abordavam a questão da exploração sexual no turismo em São Paulo. Após a escolha da Freeway foram feitos contatos com a operadora, levantamento de dados, entrevistas com seus dirigentes e funcionários, assim como com clientes, representantes de pousadas, hotéis e agências receptivas locais que lidam diretamente com a Freeway.

O capítulo está estruturado da seguinte forma. Primeiramente, será feita uma apresentação da Freeway descrevendo como a empresa foi se desenvolvendo ao longo dos seus 24 anos de existência. Na seqüência, um breve esclarecimento do que é o turismo sustentável para a perspectiva das ações da Freeway. Em seguida, trata-se mais especificamente da campanha da operadora contra a exploração sexual de jovens e crianças no turismo. Na seqüência, serão apresentadas outras ações da empresa, também ligadas à sustentabilidade no turismo.

A Freeway Brasil

Criada em 1983 pelo engenheiro civil Edgar Werblowsky, a Freeway Brasil, no seu início, era uma empresa que oferecia diversos cursos, entre eles um que se desenvolvia durante uma caminhada pela serra do Mar. Ao perceber que havia um grande interesse das pessoas por essa atividade, Edgar resolveu investir na organização de trilhas, dando início aos trabalhos da Freeway como operadora de turismo, da maneira como se constitui atualmente.

As trilhas oferecidas pela empresa pretendiam integrar o homem e a natureza. No início, eram formadas por grupos numerosos, de pessoas dos mais variados estilos, de faixas etárias diferentes e de origens sociais distintas. A diversidade era considerada mais um elemento da viagem, o que permitia a troca de experiências entre os membros do grupo e também do grupo com as pessoas que residiam nos destinos.

Os clientes se concentravam na Grande São Paulo e os destinos ficavam próximos. Eram trilhas de um dia na região da serra do Mar — localizada entre a capital e a Baixada Santista. As trilhas ocorriam uma vez por semana e os turistas ficavam entusiasmados com o contato direto com a Mata Atlântica. O grupo saía da Estação da Luz, em São Paulo, e partia de trem até os altos de Paranapiacaba, onde os guias eram apresentados e os participantes devidamente identificados. O passo seguinte era a caminhada e o conseqüente contato com a natureza local.

Assim, a Freeway começou com viagens simples, de um dia, com trilhas no estado de São Paulo, sem muita infra-estrutura para oferecer aos seus clientes. No entanto, com o passar do tempo, os destinos foram se diversificando e a empresa passou a oferecer produtos que possibilitassem maior conforto aos viajantes.

Hoje a Freeway Brasil opera mais de 60 roteiros de ecoturismo³ no Brasil e no exterior. Sua preocupação não se restringe ao cliente, mas inclui também o destino. Promove o turismo baseado no princípio da sustentabilidade ambiental, social e econômica. O diretor Edgar Werblowsky acredita que a interação dos turistas com as particularidades da comunidade do destino é o maior atrativo do turismo em nosso país. Nos roteiros da Freeway, além do contato com as belezas naturais, os clientes são estimulados a conhecer as pessoas, a culinária, a cultura e os hábitos.

A maior parte dos clientes, cerca de 70%, são mulheres entre 28 e 48 anos. Quase todos os clientes possuem nível de escolaridade superior. De um modo geral, eles procuram a Freeway em busca de um tratamento diferenciado, com individualidade. Segundo Edgar, “eles querem o melhor, com autenticidade e conforto”.

³ O conceito de ecoturismo varia de acordo com o autor. Na maior parte das definições ele se aproxima bastante do conceito de turismo sustentável que se propõe a contribuir para o desenvolvimento econômico, sociocultural e ambiental.

A Freeway entrou no mercado internacional há oito anos e atualmente cerca de 20% de seus clientes são estrangeiros. A comercialização de pacotes é feita por parceiros e operadoras de outros países ou pelo site institucional da empresa.⁴ Nesse segmento, a maior procura é por destinos sul-americanos, principalmente brasileiros.

A empresa conta atualmente com uma equipe formada por aproximadamente 35 funcionários na sede em São Paulo, além de uma pessoa trabalhando nos Lençóis Maranhenses. A operadora envolve ainda aproximadamente 160 fornecedores do Brasil e do exterior, sendo 40 agências receptoras locais e 120 hotéis e pousadas.

É a única operadora brasileira a participar da Tour Operators Initiative for Sustainable Tourism Development (TOI). Essa iniciativa surgiu da união de forças de operadoras de várias partes do mundo preocupadas com o desenvolvimento do turismo sustentável e conta com o apoio da United Nations Environment Programme (Unep), da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco) e da United Nations World Tourism Organization (UNWTO), todas integrantes do sistema das Nações Unidas (ONU).

É importante destacar que o diretor da Freeway Brasil, Edgar Werblowsky, é também diretor da TOI. Ele foi eleito há três anos e compõe a diretoria juntamente com um diretor da Finlândia, dois da Alemanha e um da Suíça. Seu engajamento e interesse sobre os temas tratados foram importantes para sua eleição.

O envolvimento e preocupação da empresa com ações sustentáveis fazem com que ela se destaque no meio turístico nacional e internacional. A Freeway aparece constantemente na mídia em razão de estimular a atividade turística com consciência social e ambiental.

Os trabalhos da operadora foram destacados em 2004 durante o Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável, que aconteceu em Salvador, Bahia. A rede ECPAT International,⁵ formada por organizações dedicadas à eliminação da exploração sexual infantil citou a Freeway como um exemplo de organização engajada no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo brasileiro.

⁴ <www.freeway.tur.br>.

⁵ A sigla ECPAT significa End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purposes.

Edgar Werblowsky escreve artigos para diversos sites e revistas do setor, tratando de questões sociais e da interface delas com o turismo. Recentemente foi publicado o artigo “Podemos prevenir uma nova onda de prostituição no Nordeste”, na revista *Host*⁶ na sessão Observatório. No site do Instituto Ethos,⁷ a quem a Freeway é filiada, está disponível outro artigo: “A insustentabilidade dos prêmios sustentáveis”.

A empresa ganhou o prêmio ECO 2006 da Câmara Americana de Comércio (Amcham) pela campanha contra a exploração sexual infantil no turismo. Além disso, divulga suas atividades na revista *Viagem e Turismo*, da Editora Abril, por meio de um encarte-propaganda que circula em papel reciclado.

O turismo sustentável

Dentro do conceito de turismo sustentável utilizado pela Freeway, estão destacadas as sustentabilidades social, ambiental e econômica, formando um tripé de aspectos inter-relacionados. A empresa acredita que o conceito de ecoturismo não considera somente o aspecto ambiental já que outros elementos também são importantes, como a população e as culturas locais.

Com o desenvolvimento do ecoturismo em uma região, deve-se prestar atenção ao aspecto cultural, para que ele não seja sufocado ou desarticulado por grandes empreendimentos, já que, se isso acontece, o destino perde um de seus atrativos. A degradação ambiental também pode causar prejuízos ao desenvolvimento turístico de um lugar. Os viajantes interessados no contato direto com a natureza deixam de visitá-lo caso ela não seja preservada.

A questão social tem uma importância que geralmente não é percebida num primeiro momento. A falta de planejamento pode propiciar o surgimento de problemas sociais, como a pobreza e a violência, o que afeta diretamente o turismo.

Na maioria dos exemplos de desenvolvimento econômico, resultante das atividades turísticas, os lucros ficam concentrados nas mãos de grandes investidores. Na construção de pousadas e hotéis quando não se contrata mão-de-

⁶ Revista *Host: Hospitalidade e Turismo Sustentável*, v. 4, n. 19, abr./maio 2007.

⁷ <www.ethos.org.br>.

obra residente na localidade, privilegiando a contratação de pessoal de fora, o dinheiro não fica no local, além de não gerar emprego na região, o que pouco altera a sua realidade.

É importante que exista uma preocupação dos investidores em envolver a comunidade nesse processo de desenvolvimento, possibilitando um impacto positivo na qualidade de vida dessas pessoas. Dessa forma é possível evitar o surgimento de problemas sociais decorrentes da pobreza, quando se considera a realidade local em qualquer empreendimento que tradicionalmente é constituído de maneira exógena.

A Freeway desenvolve uma série de atividades na perspectiva do turismo sustentável desde sua fundação. Na seqüência, apresentaremos as ações mais importantes que estão sendo desenvolvidas, chamadas pela empresa de ações cidadãs. Daremos especial destaque para a campanha contra a exploração sexual infanto-juvenil no turismo, por ser essa ação a motivadora do estudo de caso.

Campanha contra a exploração sexual infanto-juvenil no turismo

O tema exploração sexual infantil surgiu na Freeway Brasil quando seu diretor, Edgar Werblowsky, participava de um encontro da Tour Operators Initiative for Sustainable Tourism Development (TOI). Os encontros da TOI têm o objetivo de traçar estratégias sobre como tornar a operação do turismo mais sustentável, do ponto de vista ambiental, econômico e social.

No encontro de 2003 em Paris, a apresentação da ECPAT teve como tema central o turismo sexual. No mesmo momento, Edgar constatou a importância do tema para a realidade da infância e adolescência vivida no Brasil e voltou influenciado pelo conjunto das discussões.

A idéia de criar uma campanha contra a exploração sexual de crianças e jovens no turismo nasceu em Paris, quando a TOI e a ECPAT assinaram um termo de compromisso pelo qual a TOI se comprometia a envolver as operadoras no combate à exploração infantil. O termo de compromisso pode ser visto no site The Code,⁸ que se refere ao código de conduta esperado dos parceiros que assinam o termo.

⁸ <www.thecode.org>.

Edgar, como um dos diretores da TOI, se sensibilizou com o tema. As condições para ele iniciar uma campanha no Brasil sobre a questão eram ideais. Ele já tinha uma referência, o The Code, e contava com um parceiro de peso: a ECPAT. A importância dessas entidades ajudaria a dar credibilidade às ações da Freeway sobre a exploração sexual infanto-juvenil. Assim, ele, representando a Freeway Brasil, assinou um termo de compromisso junto à ECPAT. Dessa forma, o vínculo foi reforçado e a empresa começou a dar os primeiros passos em direção à sua campanha no Brasil contra a exploração sexual no turismo.

Segundo ele, no Brasil pouco se falava de exploração sexual no turismo, apesar de ser um problema freqüente. O tema só entrou pra valer nas agendas da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e do Ministério do Turismo em 2005, um ano depois da Freeway começar sua campanha. De acordo com o depoimento de Edgar é possível que a iniciativa da Freeway tenha influenciado os organismos governamentais.

Os objetivos e estratégias norteadores da campanha, destacados a seguir, buscaram envolver fornecedores,⁹ clientes, o segmento turístico como um todo e a sociedade. Como se pode notar, o tema procurou ser tratado de forma ampla, indo além dos *stakeholders* da Freeway.

Objetivos

- ⊗ *Fornecedores*: envolvê-los fazendo-os aderir à campanha por meio da assinatura de um termo de compromisso.¹⁰
- ⊗ *Clientes*: envolvê-los e conscientizá-los sobre a questão, outorgando-lhes o papel de fiscal da campanha.
- ⊗ *Segmento do turismo*: sensibilizar todo o segmento para a sua co-responsabilidade, buscando a adesão de outras empresas à campanha.
- ⊗ *Sociedade*: sensibilizar a sociedade e lançar luz sobre o tema.

⁹ Os fornecedores de uma operadora são os hotéis, pousadas e agências que atuam nos destinos em que ela opera.

¹⁰ Ver anexo I.

Estratégias

- ⊙ *Fornecedores*: adaptar o termo de compromisso da ECPAT assinado pela Freeway para os fornecedores formalizarem o seu comprometimento junto à Freeway Brasil.
- ⊙ *Clientes*: conscientizá-los e orientá-los, por meio de conversas e de material institucional, para que eles fiscalizassem casos de exploração sexual nos destinos turísticos visitados.
- ⊙ *Segmento do turismo*: despertar o segmento para o tema e motivar ações sobre a questão por meio de campanhas e matérias na imprensa.
- ⊙ *Sociedade*: estimular o debate, fomentar mudanças de comportamento, induzir ações governamentais e envolver as comunidades, fazendo campanhas em feiras e divulgando matérias na imprensa.

A campanha contra a exploração sexual infanto-juvenil no turismo foi lançada em março de 2004 e teve uma forte repercussão no cenário turístico. Foi assim que se iniciaram ações visando mudar a imagem do Brasil como destino de turismo sexual, por meio de experiências de intervenção na realidade.

A primeira ação da Freeway foi apresentar a campanha na Adventure Sports Fair, uma das maiores feiras de esportes e turismo do mundo, considerada a maior feira de aventura da América Latina. Em parceria com a TOI, a Freeway montou um estande com o objetivo de recolher assinaturas para um abaixo-assinado contra a exploração sexual infanto-juvenil no turismo e se aproveitou do espaço para divulgar a sua campanha.

O segundo passo foi adaptar o termo de compromisso, assinado com a ECPAT, para seus fornecedores. Esse termo é de conteúdo simples e procura sensibilizar, conscientizar e fornecer suporte institucional para que os parceiros possam adotar no seu cotidiano profissional as práticas propostas. Nele o fornecedor se compromete a:

- ⊙ incorporar a campanha dentro de sua empresa;
- ⊙ treinar seus guias, funcionários e parceiros sobre esta campanha;
- ⊙ informar seus clientes que a empresa não aceita e nem é conivente com a exploração sexual de crianças e jovens;

- © denunciar à Freeway os eventuais casos de exploração sexual infanto-juvenil em sua região para que ela leve o caso adiante e tome as devidas providências para coibir essas práticas na região.

Atualmente, 10% dos fornecedores são parceiros da Freeway na campanha, ou seja, assinaram o termo de compromisso. Depois do termo assinado, eles recebem um Certificado contra a Exploração Sexual de Crianças no Turismo¹¹ para colocarem em seus *lobbys* e recepções.

Entre os fornecedores compromissados com a campanha entrevistamos representantes de duas pousadas.¹² Em ambos os casos, por meio dos depoimentos, ficou claro que foi devido à atuação da Freeway que essas empresas se envolveram com o tema e passaram a ter uma atuação prática no combate ao turismo sexual infanto-juvenil.

Seus gestores acreditam que o tema é muito importante para o empreendimento se desenvolver de forma mais sustentável. Além disso, esse tipo de campanha ajuda a fidelizar o hóspede que é consciente socialmente, especialmente quando a pousada tem outras ações em prol do turismo sustentável. Inclusive, chamaram a atenção para a demanda de alguns clientes por esse tipo de comprometimento.

Quando perguntado sobre sua atuação prática no combate ao turismo sexual infantil, uma das pousadas entrevistadas afirmou fazer a divulgação dos seus compromissos contra esse tipo de atividade, alertar a comunidade para estar ciente do problema, e treinar seus funcionários para saber lidar com essa situação.

Algumas vezes as ações ultrapassam a atuação estritamente profissional, como é o caso de uma pousada em Itacaré, cuja proprietária afirmou: “Procuro participar de pequenas ações desenvolvidas dentro do município e atualmente faço parte do Conselho Comunitário das Crianças e dos Adolescentes”. Segundo ela, o Ministério Público local tem desenvolvido ações no sentido de exigir da prefeitura o cumprimento dos deveres do município com relação aos menores.

¹¹ Ver anexo 2.

¹² Ver o roteiro de perguntas no anexo 3.

Sobre os limites da atuação no local, alguns gerentes disseram o seguinte:

Infelizmente o poder público é omissivo com relação a esse assunto e ainda convivemos com a indiferença de uma boa parte da população, que na maioria das vezes considera normal esse tipo de prática (exploração sexual infanto-juvenil).

Itacaré está carente de material para divulgação melhor da campanha, carente de recursos para dar melhores opções de trabalho e estudos, como cursos profissionalizantes para menores, carente de uma melhor atuação da polícia, enfim a campanha contra a exploração sexual infantil no turismo do município está muito aquém da necessidade e urgência que requer o assunto.

Sobre o que precisaria avançar, eles completaram:

Creio que os passageiros que estão na viagem às vezes deixam até passar (um caso que deveria ser denunciado), por isso falo que precisamos fixar mais ainda esta idéia na mente das pessoas.

Edgar acredita que se houvesse um outro tipo de abordagem — já que os contatos são feitos somente por e-mail —, o número de fornecedores parceiros subiria para 25% no curto prazo e para 40% no médio prazo. Para ele, a maneira mais eficaz de aumentar a porcentagem, para até 50%, seria uma ação nos destinos. Essa ação consistiria na capacitação e treinamento e não se restringiria aos fornecedores da Freeway, mas a todo segmento turístico do local para que a disseminação da idéia e dos princípios que a orientam fossem ainda maior.

Essa idéia de conscientização nos destinos requer recursos que a empresa não detém. Para sua realização é preciso elaborar um projeto junto a outros parceiros para conseguir financiamento. Sua execução poderia ser feita por meio de cursos nos destinos, campanhas com palestras, distribuição de informativos, entre outras atividades.

Além de serem poucos os fornecedores envolvidos na campanha, somente 10%, ainda existem os que mesmo se comprometendo, ao assinar o termo de compromisso, não cumprem com o combinado. Alguns assinam o termo somente por questões mercadológicas, sem estar realmente conscientes da importância do problema de exploração sexual no turismo brasileiro.

Ainda hoje, são poucos os empreendimentos turísticos que pensam em longo prazo. Segundo Edgar, alguns fornecedores não assinaram o termo para evitar a perda imediata dos clientes que vêm ao país para fazer turismo sexual, sem ao menos se questionar a respeito dos impactos éticos e do que essas práticas podem representar para o futuro de seus estabelecimentos.

A ação da Freeway em São Paulo

No turismo da capital paulista se destaca o segmento de negócios e eventos, tendo menos importância o turismo de lazer, em que potencialmente existem mais casos de exploração sexual infanto-juvenil quando olhamos para realidades onde o fluxo turístico tem essa motivação.

Ainda assim, a discussão sobre essa questão não deve ser ignorada. Uma deficiência clara da campanha da operadora é a sua tímida atuação no estado de São Paulo, mais especificamente na capital, onde se localiza. Edgar afirmou que ainda não divulgou o termo de compromisso de maneira ampla para seus fornecedores na capital, mas acha que esse passo deve ser dado, apesar de o problema da exploração sexual infantil na capital paulista não aparecer com tanto destaque como em outras capitais brasileiras, sobretudo aquelas que possuem um forte fluxo de turismo de lazer. Em São Paulo, a ênfase dada pela Freeway foi na divulgação da campanha durante a realização de feiras e eventos, além de buscar repercuti-la junto à mídia e aos clientes que, apesar de morarem na cidade, podem se apropriar das informações adquiridas em suas viagens externas para contribuir com a melhoria da situação da infância na capital paulista..

Com o intuito de mensurar o impacto da campanha desenvolvida pela Freeway num dos segmentos turísticos presentes na cidade de São Paulo, entrevistamos duas agências de viagem que se relacionam com ela e foram objeto de sensibilização no sentido de que a preocupação com a questão da exploração sexual no turismo¹³ esteja presente nas suas atividades comerciais. Em resposta às nossas indagações, a gerente de uma das agências foi afirmativa no sentido de que:

¹³ Ver o roteiro de perguntas no anexo 6.

Acreditamos que apenas VENDER pacotes não é o que nos faz sentir realizados, mas sim auxiliar nas campanhas para melhorar cada vez mais nosso país e assim aumentar as VENDAS.

Também entramos em contato com duas redes de hotéis com atividades em São Paulo, para saber se promovem algum tipo de ação com o objetivo de combater a exploração sexual de crianças e adolescentes, mas os seus dirigentes não foram receptivos, dificultando o agendamento de entrevistas e até mesmo o acesso a dados sobre essa questão.

Para realizar essa campanha e dar continuidade a ela, a Freeway não precisou disponibilizar de muitos recursos financeiros. O maior investimento foi o tempo dedicado pelo principal executivo da empresa que disponibiliza 30% de seu tempo de trabalho na Freeway para as questões voltadas à sustentabilidade, entre elas a campanha contra exploração sexual no turismo.

As estratégias de fiscalização da campanha

Para fiscalizar a prática dos hotéis e pousadas envolvidos com a campanha, a empresa mobilizou os seus clientes para que estejam atentos durante suas viagens. Junto ao *voucher* e à documentação da viagem é entregue um folheto¹⁴ explicando a campanha, o papel dos clientes e orientando-os sobre como proceder em caso de constatação de exploração sexual de crianças. Dessa maneira, foi possível fiscalizar de forma viável por não aumentar os custos da campanha.

Os clientes que detectarem casos de exploração devem se reportar à Freeway, que tomará as devidas providências em relação ao caso. A empresa age da seguinte forma: conversa com o fornecedor em questão, mostrando que a prática infringe o termo de compromisso assinado; em caso de reincidência, o contrato é rompido unilateralmente e a empresa deixa de ser fornecedora da Freeway.

Até hoje, somente um contrato foi quebrado entre os fornecedores participantes da campanha. Um hotel da Amazônia foi alertado quando clientes perceberam uma situação de exploração sexual infantil, mas não mudou sua

¹⁴ Ver anexo 4.

conduta. Uma segunda denúncia fez a Freeway anular unilateralmente o contrato, deixando de se relacionar com o antigo fornecedor.

Essa denúncia não teve um desdobramento policial ou judicial, pois a Freeway considera que esse não é o papel dela. Ela procura agir somente com o poder que tem sobre seus fornecedores.

Com esse número, apenas uma denúncia, e diante do desdobramento, somente a quebra do contrato com a operadora, é natural questionar-se a respeito da eficácia da campanha. Apesar dela impactar os diferentes destinos pelo Brasil, os resultados são tímidos. O papel da Freeway diante do tema está mais voltado para a disseminação do que para a redução dos números dos casos de exploração sexual infanto-juvenil.

Para o diretor da Freeway, esse baixo número de denúncias tem uma explicação. Os casos de exploração sexual são mais comuns em grandes hotéis que permitem o anonimato. Os fornecedores da operadora geralmente são pousadas e pequenos hotéis. Nesses pequenos estabelecimentos fica fácil para os donos e gerentes fiscalizarem as ações dos clientes, já que a relação é mais próxima. Isso acaba inibindo práticas de exploração sexual de crianças e jovens.

A percepção dos clientes sobre a campanha da Freeway

Os clientes da Freeway, além de serem os fiscais na campanha de combate à exploração sexual infanto-juvenil no turismo, estão sendo sensibilizados pela operadora em relação a essa questão. Para saber qual é o impacto percebido por eles, desenvolvemos um roteiro de perguntas.¹⁵ A Freeway disponibilizou o contato de 17 clientes, e todos receberam o questionário. No entanto, somente quatro nos responderam a tempo.

Entre as respostas que obtivemos, uma das pessoas não conhecia a campanha da Freeway. Isso mostra que a campanha da Freeway, da forma como está sendo feita, pode não chegar a atingir os objetivos por ela propostos.

As outras pessoas que responderam se mostraram bastante sensibilizadas pelo tema, tendo uma delas afirmado, inclusive: “Me orgulho de saber que a agência que tão bem me atende, não visa somente ao benefício comercial,

¹⁵ Ver roteiro de perguntas no anexo 5.

como também trabalha em prol da melhoria da qualidade de vida de todos os brasileiros”. Uma cliente afirmou que a campanha da Freeway também a fez pensar mais sobre o assunto, mobilizando-a no seu cotidiano depois da viagem. Outro cliente chamou a atenção para a gravidade do assunto, especialmente no Nordeste brasileiro.

Algumas falas interessantes retiradas dessas entrevistas são apresentadas a seguir:

A exploração sexual infantil é um assunto que já desperta minha atenção nos lugares para onde vou, mas a campanha (da Freeway) me fez prestar mais atenção ainda e me sentir confortável que existem outras pessoas que se preocupam com esse assunto no Brasil.

Esse tipo de preocupação da agência (Freeway) me motiva a continuar utilizando seus serviços porque me mostra o caráter social do trabalho que a mesma pode prestar juntamente com os moradores locais aonde obtém os seus lucros.

Eu me incomodo muito de encontrar casos nos lugares que visito. E gostaria que todos se incomodassem e exigissem mais atitudes das autoridades para conter essa atrocidade.

Creio que cada um de nós tem um importante papel social e as empresas que se preocupam com as questões sociais e ambientais atraem as pessoas que entendem seu papel social no mundo. Quando viajamos vemos outras realidades que não as nossas e além de ser um momento de relaxar, é um momento de reflexão de mundo, então não traz nenhum incômodo.

Com relação à exploração sexual nos destinos em que visita, uma cliente afirmou que “é constrangedor chegar a qualquer lugar e ver que a infância é explorada sexualmente ou de qualquer outra forma”.

Sobre a falta de atuação do governo, um cliente reforçou que “é lastimável que esse assunto apareça periodicamente na mídia sem que uma ação mais efetiva do governo — nos três níveis, federal, estadual e municipal — seja tomada para erradicá-lo”.

Uma cliente disse: “fico feliz quando percebo que a mentalidade das pessoas e empresas tem se alterado ao longo dos anos”.

Além de envolver seus clientes e fornecedores no combate à exploração sexual infanto-juvenil no turismo, a Freeway, para dar continuidade à campa-

nha e expandir o seu alcance, estabeleceu um forte canal de comunicação com a mídia. Ela procura ainda estar em contato com o governo, disponibilizando sua metodologia e colaboração em painéis, eventos e mesas de discussão.

Especificamente em relação à Campanha Nacional de Combate ao Turismo Sexual que começou em 2005, por iniciativa do Ministério do Turismo, a Freeway teve um papel bastante importante. Ela estava constantemente em contato com o governo em função de sua experiência sobre o tema. Em novembro de 2004 chegou a participar da apresentação brasileira sobre a questão na World Travel Market (WTM) realizada em Londres.

Ainda pensando na disseminação e fortalecimento das ações, a Freeway Brasil envia *releases* contendo o andamento da sua campanha para entidades internacionais ligadas à questão da exploração sexual infantil. Dessa forma, procura mostrar a sua atuação junto ao segmento turístico no Brasil.

Para o diretor da Freeway, a maneira mais barata de evitar a exploração sexual infantil em um país como o nosso, que tem o turismo em expansão, é a prevenção. Ele aposta na inserção do tema no dia-a-dia das pessoas. Por isso, se preocupa em disseminar a questão não só entre seus *stakeholders*, mas também nos demais setores da sociedade, inclusive o setor governamental.

Em 2006 ele deu palestras aos alunos de graduação em turismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS), onde se preocupou em mostrar o papel dos estudantes na formação do turismo brasileiro. Além disso, firmou um termo de compromisso (que surgiu dos moldes do termo que firma com seus parceiros), em que os alunos se comprometeram a praticar ações de acordo com os princípios do turismo sustentável. Tal ação é importante na medida em que tais alunos deverão ser profissionais do setor turístico num curto espaço de tempo.

Outras ações cidadãs da Freeway

Projeto Griô

É um projeto da ONG Griô e Grãos de Luz, da cidade de Lençóis, na Chapada Diamantina, em parceria com o Hotel Canto das Águas, que conta com o apoio da Freeway para atender diretamente 50 crianças e adolescentes de

baixa renda e indiretamente cerca de mil alunos, por meio do treinamento de professores.

O projeto tem uma sede própria no centro de Lençóis, onde existem três salas de oficinas, um escritório, uma lojinha, um depósito e um espaço para exposição, eventos e brincadeiras. O objetivo é complementar a educação escolar das crianças a partir de práticas como artesanato, reciclagem de papel e produção de panos de retalhos; além de trabalhar outros valores sociais e profissionais.

Desde 2002, a Freeway apóia esse projeto social, buscando melhorar a condição de vida dos habitantes dos seus destinos turísticos e colaborar com a preservação dos valores culturais locais.

Viagem da Vida

Este é o Programa Freeway de Voluntariado com as Comunidades em Áreas Ecoturísticas.

Na compra do pacote Itacaré, ou Itacaré com Taboquinhas, ou ainda Itacaré com Maraú, o cliente da operadora pode estender a viagem por mais uma semana, sem custo adicional, e participar do Programa de Voluntariado em Taboquinhas. O objetivo dessa vivência é proporcionar a troca de experiências entre o participante e a comunidade receptora, no intuito de repartir os saberes de todos os envolvidos.

Durante a permanência, o viajante dorme na casa de moradores locais, recebe abrigo e alimentação da família que o hospeda. Em troca, ajuda a comunidade com seus conhecimentos pessoais e profissionais. Há uma lista das profissões mais desejadas pela comunidade de Taboquinhas.

Taboquinhas é um distrito da cidade litorânea de Itacaré-BA com aproximadamente 6 mil habitantes e distante 30 km em direção ao interior, às margens do rio de Contas. Rica e movimentada na época do cacau, entrou em decadência após o aparecimento da praga agrícola vassoura-de-bruxa. Toda a economia era baseada no cacau e com o declínio dessa cultura o distrito perdeu sua única fonte de renda. Até os dias de hoje o município não conseguiu criar novos empregos, nem achou alternativas que façam retomar o desenvolvimento econômico.

A maioria dos moradores das margens do rio de Contas e da parte alta da cidade ainda não tem instalações sanitárias. Muitas casas não têm banheiro, chuveiro e água encanada, o que faz surgir inúmeras doenças, principalmente entre as crianças.

No primeiro semestre de 2005 — em razão da falta de energia elétrica ou da dificuldade de acesso à escola em tempos de chuva — houve aula regular por somente dois meses.

As artesãs de Marcelino — uma experiência de turismo sustentável

O projeto nasce da busca, pela Freeway, de um contato mutuamente enriquecedor e respeitoso entre o ecoturista e as comunidades das regiões visitadas, como parte integrante de sua proposta de um turismo sustentável.

Marcelino é uma comunidade no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses com 40 casas e 300 moradores, situada a 40 minutos de lancha “voadeira” da cidade de Barreirinhas, rio Preguiças acima.

A parceria com a Freeway é baseada na criação de um canal direto com os visitantes, gerando mais lucro do que a antiga prática de vender os produtos para atravessadores. Anteriormente, o artesanato na localidade era produzido apenas para consumo interno. Foi quando chegou o Sebrae oferecendo cursos para melhoria do *design* e das técnicas de fabricação dos produtos, com a utilização de corantes da natureza (açafraão, urucum, casca de caju, gonalave, casca de pequia, salsa-da-praia) no lugar dos corantes anilinas antes utilizados.

Atualmente, as artesãs fazem uma apresentação do trabalho para os visitantes: exibem o olho do buriti, de onde retiram o linho; mostram, na panela do fogão de barro, o tingimento da fibra; depois ensinam como se trança essa fibra para fazer a bolsa. Ao final, vendem seus produtos.

Para despertar a consciência dos moradores locais sobre a sua própria riqueza e sobre a necessidade da conservação da natureza, a Freeway passou a plantar mudas de buriti no povoado. Cada cliente da operadora que visita o local planta a sua, que depois é cuidada pela comunidade. Assim, são reforçados os laços entre visitante e visitado e o turista vai compartilhando o exercício da responsabilidade ambiental com os moradores locais. As mudas são

encomendadas de um viveiro especialmente criado para isso na comunidade próxima do Tapuio, gerando dupla sensibilização.

Projeto Flâmula

A Freeway e a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) firmaram uma parceria em 2006 para levar profissionais de várias áreas para atuar como voluntários em comunidades do entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. O programa é uma síntese de dois projetos: o Viagem da Vida, da própria Freeway, e o Bandeira Científica, da FMUSP. Iniciado nos anos 1950, o Bandeira tem levado anualmente entre 100 e 150 professores e estudantes de medicina a atuar por 10 dias, como força-tarefa, em municípios de baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) do país.

Diferentemente do programa Bandeira, que atua com uma grande equipe e por tempo limitado, o Flâmula pretende mobilizar, continuamente, pequenas equipes em esquema de revezamento, por um período de três anos. Ao final desse período, espera-se capacitar as equipes locais e garantir a sustentabilidade do projeto na região, que abarca os municípios maranhenses de Barreirinhas, Paulino Neves, Santo Amaro e Tutóia.

Em uma viagem de reconhecimento, as comunidades beneficiadas foram visitadas e foi feita uma avaliação preliminar das necessidades básicas na área da saúde, da infra-estrutura e da educação. Além disso, foram verificadas as oportunidades de geração de riqueza por meio de alternativas ainda não exploradas.

O projeto, que será financiado por patrocínios de empresas privadas, está atualmente em fase de captação de apoios institucionais e de estabelecimento de parceria com outras entidades. No segundo semestre de 2007 pretendem captar recursos e o início efetivo das primeiras turmas estava previsto para o começo de 2008.

A iniciativa já possui o reconhecimento tácito do projeto Save, da George Washington University, e da Unep, o Programa de Meio Ambiente da ONU. Além disso, estão estabelecendo parcerias com a Divisão da Criança do Ministério da Saúde e a Universidade Federal do Maranhão.

Com esse projeto, a FMUSP oferece aos estudantes de medicina a oportunidade da prática supervisionada numa região de baixo IDH. Propicia a eles a experiência única de vivência pré-profissional junto a comunidades carentes do Norte e do Nordeste brasileiros, além de assistir de forma sustentável essa população, buscando o resgate da auto-estima e a melhoria de suas condições gerais de vida.

Projeto Ecossível

Esse programa visa capacitar os destinos ecoturísticos para receber as pessoas portadoras de deficiências físicas. Atenta ao tema da inclusão e enxergando as deficiências como detalhes a serem tratados com naturalidade, a empresa tinha por objetivo desenvolver no Brasil o nicho das viagens voltadas para pessoas portadoras de deficiência, proporcionando atendimento especializado, técnico e humanizado.

Em 2004, Sonia Werblowsky, uma das fundadoras da Freeway, resolveu enfrentar o desafio de integrar oficialmente os deficientes físicos nos programas da empresa. Contratou uma esportista paraplégica para assumir o então criado Departamento Acessível. A meta era capacitar os destinos de ecoturismo brasileiros a receber de forma inclusiva os portadores de deficiência física. Dessa forma, essas pessoas poderiam fazer viagens no país, ajudando a quebrar barreiras e preconceitos que inibem sua participação na sociedade brasileira.

Nas primeiras capacitações foram realizadas reuniões com “pousadeiros” e guias para orientá-los a respeito dos cuidados que se deve tomar ao receber as pessoas com deficiência física e dos preconceitos a serem combatidos. Também foram abordadas questões como o transporte, o auxílio em banhos no mar e no rio, o uso de banheiro e a locomoção em trilhas (desenvolveu-se uma cadeirinha especialmente para esse uso), além dos passeios de *rafting* e de canoa.

Como estratégia de conquistar a confiança dos portadores de deficiência, que não costumavam viajar sozinhos, a ilha Anchieta foi o primeiro destino escolhido, por ser próxima de São Paulo e pelo fato de a viagem completa poder ser feita em um dia. A atividade possibilitou muita integra-

ção, já que 28 pessoas sem deficiência ajudaram a transportar os cadeirantes durante todo o passeio.

Com o sucesso, foram surgindo outros roteiros, com destinos e durações variáveis. Aos poucos, foi-se percebendo uma crescente aceitação das pessoas portadoras de deficiência por viagens mais longas e para lugares cada vez mais distantes.

A Freeway tornou-se um centro de referência para o segmento turístico na questão das viagens com acessibilidade. Pousadas, hotéis e agências a procuram para ter informações sobre esse assunto. Deram palestras em universidades. A equipe interna foi capacitada a receber com qualidade a pessoa portadora de deficiência. As instalações físicas da sede da operadora foram adaptadas, para receber os cadeirantes, por meio da construção de rampas e de um banheiro especial. O projeto contou com recursos financeiros e humanos da própria Freeway.

Neutralize sua Viagem

A partir da constatação de que cada viagem aérea produz uma quantidade considerável de gases geradores do efeito estufa, a Freeway fez uma parceria com o Florestas do Futuro,¹⁶ da Fundação SOS Mata Atlântica, para a neutralização desses gases. A ação consiste no plantio de árvores correspondente à quantidade de CO₂ emitida.

Desde o início de 2007, cada viajante Freeway é convidado a participar da campanha, o que pode ser feito com a contribuição no valor de R\$ 30 para custear a plantação de três árvores em um dos cinco locais propostos pela SOS Mata Atlântica. Essa quantidade é suficiente para compensar uma viagem até a Ásia. Para participar da campanha, o cliente acessa o site do programa Florestas do Futuro, imprime o boleto bancário e efetua o pagamento a favor da SOS Mata Atlântica.

¹⁶ Programa participativo de reflorestamento que reúne a sociedade civil, a iniciativa privada e o governo. Mais informações no site <www.florestas dofuturo.org.br>.

Campanha Troque o Mogno pelo Eucalipto

Para Edgar Werblowsky, uma das obrigações do ecoturismo responsável é contribuir com a preservação da natureza e da biodiversidade, combatendo todo tipo de destruição. O objetivo dessa campanha é despertar o consumidor do Sudeste do país — numa primeira etapa — para a possibilidade de substituição da compra de móveis de mogno e de outras madeiras da Amazônia por móveis de eucalipto, já fabricados com qualidade no estado de Santa Catarina. A campanha vem sendo realizada desde 2005 por meio da distribuição de material gráfico para todos os viajantes da Freeway. A importância dessa ação é destacada pelo dirigente da operadora de turismo da seguinte maneira:

Se os consumidores do Sul e Sudeste do país deixarem de comprar apenas 20% das madeiras tropicais, trocando por eucalipto, estarão poupando da destruição cerca de 175 mil árvores da Amazônia por ano! É uma monstruosidade. Se conseguirmos varrer o mogno da lista de compras, só no Sul e Sudeste, estaremos deixando em pé 875 mil árvores ao ano. Pensar que preservação de floresta é coisa somente para governos, políticas públicas, ONGs, é um ledro engano. A força do consumidor é, por incrível que possa parecer, extremamente poderosa. Muito mais silenciosa, sorrateira, mas de efeitos mais duráveis.

Case TOI: fazendo de Itacaré um destino de turismo sustentável

A TOI vem desenvolvendo *cases* para divulgar o conceito de turismo sustentável. O objetivo é envolver a comunidade local para que sejam adotadas práticas na direção do turismo sustentável.

Em 2004, a diretoria da TOI escolheu Itacaré, na Bahia, para realizar o primeiro *case* brasileiro. Em 2005 foi realizado o primeiro evento em Itacaré, que reuniu 62 pessoas — entre representantes de entidades comunitárias, de ONGs, da hotelaria regional, do Sebrae e do poder público, além de fornecedores ligados ao turismo. Foram formados grupos de trabalho e deliberadas ações a serem praticadas até o próximo encontro, marcado para o segundo semestre de 2007. Segundo Edgar Werblowsky:

Está crescendo muito o número de resorts no Brasil. Muitos deles buscam se instalar em comunidades desconhecidas turisticamente. Normalmente, os trabalhadores vêm de fora para construir e se o resort não tem um projeto prévio do impacto social que vai causar, é ruim.

Por isso, ele defende a criação de um instrumento de estudo do impacto social, a exemplo do Estudo de Impacto Ambiental que se desdobra em um Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA-Rima). Seria um Estudo de Impacto Social — Relatório de Impacto Social (EIS- RIS), à semelhança do Estudo de Impacto Ambiental — Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (EIA-Rima).

Edgar acredita que é menos custoso prevenir. Para isso, seria importante a existência de uma lei exigindo um estudo de impacto social, da mesma forma que hoje se exige o estudo de impacto ambiental para construir um grande empreendimento como um *resort*. Justifica sua idéia com a seguinte argumentação:

Os resorts estão crescendo em todo o Brasil e, para manter o destino sadio, é preciso um turismo sustentável, que trabalha a prevenção, antes da construção dos resorts, antes de termos resultados ruins e irreversíveis ou difíceis de reverter. (...) O lucro de longo prazo pode diminuir com o tempo, pois os destinos deixam de ser atraentes por conta da violência. É necessário falar de lucro, pois senão os grandes investidores não escutam!

Algumas ações podem diminuir o impacto social negativo, como aumentar o investimento em educação e envolver a comunidade local no processo de desenvolvimento, qualificando pessoas da cidade para trabalhar no hotel e no turismo. O envolvimento da comunidade traz outros benefícios, segundo Edgar, pois, quando uma pessoa busca um lugar especial do Brasil para viajar, ela espera ser atendida “com regionalidade, com culturalidade, externalizando a cultura, a brasilidade ao extremo”. Ou seja, tanto para o paulista quanto para o estrangeiro que vai à Bahia, melhor do que encontrar um paulista eficiente é “encontrar o baiano servindo com competência”.

Ao longo de seus primeiros anos a Freeway organizou algumas saídas de grupos, reunindo seus clientes, para plantio de árvores da Mata Atlântica.

Promoveu ainda algumas atividades de limpeza de praias e montanhas. Mais recentemente, em 2005, um grupo de voluntários se dirigia à serra do Mar nos fins de semana para atividades de conservação da trilha de Paranapiacaba.

No mesmo ano, a operadora se envolveu no movimento Pró-Juréia, o que resultou na criação da Associação em Defesa da Juréia e, em 2006, no decreto, por parte do governo do estado, da região como uma unidade permanente de preservação.

A Freeway, em seus cursos básicos de montanhismo entre 1984/85, promovia no final de curso uma atividade de formatura, em que se estimulavam as ações cidadãs em prol da natureza. Uma delas, conduzida e operada pelo grupo que se autodenominou Macieiras, decidiu reformar o Abrigo Macieiras, na trilha Parte Alta — Parte Baixa do Parque Nacional de Itatiaia. Em alguns fins de semana os participantes limpavam, lavaram, consertaram e reformaram o Abrigo Macieiras, tornando-o novamente utilizável pelos excursionistas do parque.

Considerações sobre as ações cidadãs

As ações cidadãs desenvolvidas pela Freeway podem ser divididas em duas categorias: as ações diretas da empresa — como a utilização de papel reciclado, o apoio ao Projeto Griô e a intervenção da equipe junto às artesãs de Marcelino — e as ações de incentivo ao engajamento dos viajantes-clientes — onde cabe também o artesãs de Marcelino, além do Projeto Flâmula, da campanha contra a exploração sexual infantil no turismo, da Viagem da Vida, do Neutralize Sua Viagem e a Campanha Troque o Mogno pelo Eucalipto.

Entre as ações ambientais da Freeway encontram-se propostas como a de plantar árvores para compensar a emissão de gases nocivos emitidos no meio ambiente durante os vôos — Neutralize Sua Viagem — e a de substituir o desmatamento do mogno, pela utilização do eucalipto — Campanha Troque o Mogno pelo Eucalipto. Além disso, em seu dia-a-dia, a operadora faz a separação do lixo e 80% de seu material de comunicação são de papel reciclado. No site institucional da Freeway existem informações sobre os impactos da reciclagem e de como fazer a separação do lixo a ser descartado.

A Viagem da Vida, por exemplo, é complementar à questão do combate ao turismo sexual infantil, na medida em que busca dar conta do outro lado: se você combate o turismo sexual infantil, é necessário dar alternativas econômicas e sociais para a jovem poder de fato deixar de se prostituir, para ela ter mais alternativas além de vender seu corpo. Essa é a visão integrada de sustentabilidade defendida por Edgar Werblowsky: “melhora as condições das comunidades, melhora a auto-estima e previne a exploração sexual infantil”. Segundo ele é importante atuar preventivamente. “Valoriza e respeita seres humanos e inibe algumas coisas como a violência, a degradação ambiental etc.”

A pobreza não é necessariamente causada pelo turismo, mas a Freeway encontrou formas de juntar viagens de lazer e aventura com uma atuação voluntária do cliente, durante sua viagem, promovendo o desenvolvimento local, como no programa Viagem da Vida e no Projeto Flâmula — uma parceria com a Faculdade de Medicina da USP.

Outro aspecto interessante é a valorização da cultura local em alguns projetos. A interação, promovida pela Freeway, entre as artesãs de Marcelino e os turistas é um bom exemplo. O mesmo acontece na Viagem da Vida, quando o viajante passa uma semana vivenciando os costumes de Taboquinhas.

Considerações finais

A escolha da Freeway como objeto de estudo acaba demonstrando que uma operadora de turismo pode fazer muito mais pela questão social do que se convencionava. Quando contatamos a empresa o nosso objetivo era compreender as ações por ela desenvolvidas no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo. Porém, o leque de atividades que estavam sendo desenvolvidas acabou demonstrando que enfrentar essa questão requer muito mais do que ações pontuais. Desse modo, buscamos compreender o conjunto das ações sociais desenvolvidas pela operadora.

Podemos ser indagada a seguinte questão: qual o impacto dessas atividades para a cidade de São Paulo visto que ela ocorre majoritariamente fora da capital paulistana. Uma questão importante nos ajuda a responder a essa indagação: o cliente da Freeway, na sua maioria, mora em São Paulo e quando sensibilizado pela operadora para a questão da exploração sexual infantil

tende a se engajar positivamente na causa não apenas para onde viaja, mas também onde está domiciliado.

Poderíamos ter escolhido uma das redes de hotéis que desenvolvem campanhas contra exploração sexual infantil entre os seus hóspedes e criam códigos de ética para orientar a atuação de seus funcionários na questão específica do estudo de caso. Talvez um estudo dessa natureza nos proporcionasse um retrato mais específico de como anda essa questão em São Paulo. Porém, perderíamos a oportunidade de compreender melhor uma experiência que tem como base a cidade de São Paulo e que possui impactos externos e internos ao seu território.

Como se pode notar, para além da campanha contra a exploração sexual infanto-juvenil no turismo, a Freeway desenvolve uma série de outras ações na busca por um turismo sustentável e responsável. O objetivo é diminuir os impactos do turismo em algumas regiões e envolver as comunidades locais em todo o processo, preservando assim a qualidade dos destinos e minimizando o impacto social negativo que a atividade turística possa porventura proporcionar.

Algo que nos chamou a atenção foi a abrangência da atuação da empresa, que, de certa forma, busca melhorar a situação nos destinos turísticos por meio de diversas ações, no que poderíamos denominar uma abordagem integrada. Ou seja, em vez de compreender que o problema do ecoturismo é a preservação do meio ambiente, a Freeway percebeu que os habitantes no território também precisam de atenção, pois são, inclusive, parte dos atrativos do local. Do contrário, se eles forem excluídos do processo de desenvolvimento, podem acabar tão empobrecidos em vários aspectos — econômicos, sociais, culturais, por exemplo — que passam a configurar um “problema” para o território e conseqüentemente para o desenvolvimento da atividade turística.

As ações cidadãs desenvolvidas pela Freeway ocorrem em diferentes áreas, o que demonstra as habilidades de seu corpo diretivo em criar soluções inovadoras para os problemas que se apresentam. Isso faz a operadora ganhar legitimidade tanto com os seus clientes quanto com a comunidade em que se situa o destino turístico.

Porém, algumas limitações são percebidas pela própria empresa. O Projeto Ecosível desenvolve-se a passos mais lentos do que o imaginado pela Freeway e a campanha de combate ao turismo sexual infantil precisaria de mais

recursos para dar o salto seguinte necessário, que é financiar o treinamento e a capacitação das pessoas que trabalham nos destinos turísticos.

Os resultados das ações cidadãs ainda não têm as proporções desejadas. Muitas das ações estão em fase de sensibilização ou de execução de projetos pilotos. O impacto de sua ação acontece ainda em poucos locais, estando concentrados na Bahia e nos Lençóis Maranhenses.

Apesar da atuação ser limitada a poucos destinos, não chegando a transformar a realidade do turismo brasileiro, ela ajudou a colocar os diversos temas que a preocupam nas agendas do governo e da sociedade civil organizada, dentro do contexto do turismo sustentável. Este é um dos grandes méritos da Freeway.

Referências bibliográficas

ADEODATO, S. O turismo que dá certo. *Host: Hospitalidade e Turismo Sustentável*, n. 1. São Paulo, ago./set. 2004.

BENI, M. Como certificar o turismo sustentável? *Revista Turismo em Análise*, v. 14, São Paulo, nov. 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Relatório executivo do Plano Aquarela: marketing turístico internacional*. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em: 11 nov. 2008.

Sites consultados

<www.sustainabletravelinternational.org/>. Acesso em: jul. 2007.

<www.Freeway.tur.br>. Acesso em: jul. 2007.

<www.world-tourism.org/tour/>. Acesso em jul. 2007.

<www.world-tourism.org>. Acesso em jul. 2007.

<www.turismo.gov.br>. Acesso em jul. 2007.

Anexo 1



WTO, ECPAT International, TOI, IH&RA, Interpol, TAT, EMBRATUR, African Equations, DRV, FIYTO, Japan Committee for UNICEF
e



TERMO DE COMPROMISSO
Contra a exploração sexual infantil no turismo

Como uma empresa que deseja a prática de turismo socialmente responsável, a (o) _____, representada pelo seu diretor _____, está através desta firmando o compromisso com a campanha Contra a Exploração Sexual Infantil no Turismo.

Conseqüentemente, a empresa irá adotar as necessárias ações (abaixo) visando acabar com a exploração sexual infantil no turismo.

Ações:

1. Incorporar a campanha dentro de sua empresa.
2. Treinar seus guias, funcionários e parceiros sobre esta campanha.
3. Informar seus clientes que sua empresa não aceita e nem é conivente com a exploração sexual de crianças.
4. Denunciar à FreeWay os eventuais casos de exploração sexual de crianças em sua região (A FreeWay se incumbirá de levar o caso adiante, e tomará as devidas providências para coibir estas práticas em sua região).

Ao assinar este termo a empresa está se comprometendo a realizar as ações acima.

Anexo 2



<p>Certificado Contra a Exploração Sexual de Crianças no Turismo</p>	<p>Certificate Against Sexual Exploitation of Children in Tourism</p>
<p>A FreeWay Brasil tem o prazer de certificar que o estabelecimento</p>	<p><i>Freeway Brasil is proud to certify that</i></p>
<p>Global Tours Viagens e Turismo</p>	
<p>Aderiu à Campanha Contra a Exploração Sexual de Crianças no Turismo comprometendo-se a coibir esta prática em suas instalações.</p>	<p><i>joined the campaign against sexual exploitation of children in tourism, compromising itself to ban any related practice from its premises.</i></p>
<p>Edgar Werblowsky Diretor FreeWay</p>	
<p>TOUR OPERATORS INITIATIVE FOR SUSTAINABLE TOURISM DEVELOPMENT www.toinitiative.org</p>	<p>FREEWAY BRASIL A 1ª em Ecoturismo www.freeway.tur.br</p>
	<p> www.thecode.org</p>

Anexo 3

Perguntas feitas aos representantes dos fornecedores parceiros da campanha.

Prezado(a)s,

Fazemos parte de uma equipe de pesquisa da Fundação Getulio Vargas, Eaesp-FGV/SP, que está levantando informações sobre campanhas de combate à exploração sexual infantil no turismo.

Estamos entrando em contato para saber:

1. Vocês têm alguma campanha ou algum tipo de ação de combate à exploração sexual infantil no turismo?
2. Se sim: como o tema chegou até vocês? Através de quem ou de qual rede?
3. Por que decidiram implementar essas ações?
4. Quais são as ações que vocês desenvolvem?
5. Vocês tiveram algum contato com a campanha da Freeway? Se sim, ela inspirou as ações de vocês? E motivou os compromissos de vocês?
6. Você acha que esse assunto contribui para a fidelização dos seus clientes? E para a conscientização destes?

Se você quiser dizer algo mais sobre esse assunto, temos interesse em saber.

Agradecemos desde já sua disponibilidade e pedimos que nos responda até 5^a feira pela manhã.

Marina Farkas Bitelman

Mestranda em administração pública e governo na FGV-SP

Júlia Brandão

Graduanda em administração pública e governo na FGV-SP

Anexo 4



CAMPANHA CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS NO TURISMO

A Freeway faz parte da campanha contra a exploração sexual infantil no turismo e envolve todos os seus parceiros neste compromisso. Hotéis flagrados permitindo essa prática em suas instalações são descredenciados como fornecedores e parceiros Freeway.

Você, cliente, é nosso fiscal. Se em algum lugar da sua viagem, você detectar que está ocorrendo a exploração sexual de crianças, denuncie imediatamente à Freeway.

Ligue (11) 5088.0999 ou mande um e-mail para freeway@freeway.tur.br

Anexo 5

Perguntas feitas aos clientes da Freeway.

Prezado cliente,

Fazemos parte de uma equipe de pesquisa da Fundação Getulio Vargas, de SP, que está levantando informações sobre campanhas de combate à exploração sexual infantil no turismo.

Estamos fazendo um estudo de caso da Freeway e pedimos a eles para nos indicar alguns clientes para que pudéssemos conversar.

Assim, estamos entrando em contato com você.

Gostaríamos de saber:

1. O que você achou da campanha da Freeway de combate à exploração sexual infantil?
2. Esse tipo de campanha o motiva a viajar mais vezes com a Freeway ou lhe traz uma questão incômoda no momento de relaxar?
3. Você foi tocado por esse assunto? Se sim, como?
4. Você se incomoda de encontrar no destino turístico escolhido casos de exploração sexual infantil?

5. Voltando da viagem, algo mudou em sua vida por ter entrado em contato com esse tema?

Se você quiser dizer algo mais sobre esse assunto, temos interesse em saber.

Agradecemos desde já sua disponibilidade, e pedimos que nos responda o mais rapidamente possível.

Marina Farkas Bitelman

Mestranda em administração pública e governo na FGV-SP

Júlia Brandão

Graduanda em administração pública e governo na FGV-SP

Anexo 6

Perguntas feitas por e-mail aos representantes de agências de turismo e hotéis de São Paulo que tiveram contato com a campanha da Freeway

Prezado(a) representante de agência de turismo ou hotel,

Conforme conversamos por telefone esta semana, fazemos parte de uma equipe de pesquisa da Fundação Getulio Vargas, Eaesp-FGV/SP, que está levantando informações sobre campanhas de combate à exploração sexual infantil no turismo.

Estamos entrando em contato com hotéis, e gostaríamos de vocês o seguinte:

1. O seu hotel tem alguma campanha ou algum tipo de ação de combate à exploração sexual infantil no turismo?
2. Se sim: como o tema chegou até vocês? Através de quem ou de qual rede?
3. Por que decidiram implementar essas ações?
4. Quais são as ações que vocês desenvolvem?
5. Vocês tiveram algum contato com a campanha da Freeway? Se sim, ela inspirou as ações de vocês?
6. Você acha que esse assunto contribui para a fidelização dos seus clientes? E para a conscientização destes?

Se quiserem dizer algo mais sobre esse assunto, temos interesse em saber.

Agradecemos desde já sua disponibilidade, e aguardamos o retorno o mais rapidamente possível.

Marina Farkas Bitelman

Mestranda em administração pública e governo na FGV-SP

Júlia Brandão

Graduanda em administração pública e governo na FGV-SP

Conclusão



Fernando Guilherme Tenório
Luiz Gustavo Medeiros Barbosa

Como advertimos na introdução da segunda parte do livro, não é a sua pretensão divulgar os casos relatados como sendo referências exemplares de práticas relacionadas ao combate da exploração sexual na infância e adolescência no Brasil. Dado o “estado-da-arte” institucional no contexto brasileiro ainda ser recente, em que pese ao histórico do problema a ser enfrentado, o estudo careceria de maior abrangência territorial além daquela cingida às cidades escolhidas: Manaus (AM), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP). Na realidade, o quadro institucional apresentado apenas é uma amostra daquilo que vem acontecendo como proposta de solução ao problema analisado.

As ações desenvolvidas na cidade de Manaus por meio das ONGs *Agência Uga-Uga de Comunicação* e *Casa Mamãe Margarida* apontam na direção de ações preventivas de caráter educativo e conscientizador na comunidade manauara, caso Uga-Uga e, de outro, proteção às vítimas de violência e exploração, caso Mamãe Margarida. Atividades complementares em função de que uma promove a discussão do problema e a outra protege os vitimados pela exploração sexual.

A particularidade da Atlantica Hotels International (AHI) analisada a partir da sua sede na cidade de São Paulo, descreve uma dimensão semelhante à descrita desde a Freeway Brasil, o lucro é uma necessidade procurada no mercado, não é apenas o seu objetivo final, outras variáveis são focadas como

são aquelas que envolvem o nosso objeto de estudo. Assim, as iniciativas desenvolvidas pela AHI transcendem, positivamente, aos objetivos de retorno do investimento da própria empresa ao promover a mobilização de investidores, funcionários, fornecedores, parceiros e clientes em prol do combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas atividades de turismo.

A experiência de Salvador (BA) ilustrada pelas ações do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves Rosseau, parece expressar as situações de conflito institucional em que vivem no país aquelas organizações originadas na sociedade civil e/ou de movimentos sociais. Se, de um lado, a partir dos anos 1990, a essas organizações foi atribuído um importante papel no combate às carências sociais do país; de outro, essas mesmas organizações se sentem carentes de recursos e às vezes até de legitimidade, para atuar nas soluções dos problemas por elas assumidos. Como foi bem explicado no estudo do caso, suas ações dependem mais do compromisso na promoção da cidadania do que dos apoios a elas devidos.

Já o caso da Freeway Brasil é demonstrativo de como uma organização voltada à comercialização de produtos turísticos, pode ter suas ações concertadas em prol de problemas sociais e não apenas do mercado em questão. Apesar de sediada em São Paulo capital, essa operadora de turismo produz um efeito sistêmico na medida em que promove suas ações sociais, e na particularidade do combate à exploração sexual na infância e adolescência, de tal sorte que os seus clientes passam a ser objeto de suas campanhas. O intento é que esses clientes não só tenham consciência individual do problema, mas que também o divulguem junto aos seus destinos de lazer.

Portanto, não obstante os poucos casos estudados e não significando a realidade e a totalidade de práticas já institucionalizadas no país de combate à exploração sexual na infância e adolescência junto ao setor turístico, eles são ilustrativos das possibilidades àqueles que ainda não possuem referência de como proceder nesse exercício de cidadania. Como já observamos na parte 1, o problema que enfrentamos é combater a vitimização de pessoas ainda sem procedimentos de defesa, como são as crianças e adolescentes. Vitimização originada em problemas estruturais crônicos da sociedade brasileira, como por exemplo a fome, a falta de escolarização, desemprego, desagregação familiar etc., exige que todos os atores da sociedade, o Estado, o mercado e a sociedade civil, se articulem na solução das carências latentes e manifestas na

sociedade brasileira. Atuação isolada dos atores apenas focaliza o problema, não o soluciona.

Os exemplos descritos permitem visualizar possibilidades de mudanças, mas permitem também formar uma imagem daquilo que dificulta a implementação dessas mudanças. A partir dos casos considerados, não podemos perder de vista que as boas ações desenvolvidas pelo mundo empresarial podem ser desarticuladas na medida em que suas receitas não mais tenham capacidade de manutenção daquilo para que foram criadas: o lucro. Por sua vez, o mundo das organizações do terceiro setor sobrevive muitas vezes mais pela sua capacidade de compromisso ético do que pela sua capacidade instalada, quer em recursos, quer em tecnologias. O menor embate poderá desmobilizar o sentimento ético de suas ações. Já o Estado, por ser governando pelos políticos de turno e por ainda não possuírem uma cultura republicana — uma preocupação com o bem comum —, por parte de seus funcionários, poderá dificultar a percepção do problema ou torná-lo apenas conjuntural. Assim, é a sociedade que tem que mover-se e não os atores isoladamente.

Sobre os autores



Anália Soria Batista

Doutora em sociologia pela Facultad Latinoamericana (Flacso) e Universidade de Brasília (UnB). Professora do Departamento de Sociologia da UnB. Pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (Nevis), do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB), do Nepem/Ceam/UnB, do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares.

Aniele Marquez

Bacharel em turismo e especialista em gestão de negócios e empreendimentos. Mestranda em administração pelo Núcleo de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA).

Bernardo Vaz

Graduando em administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas (Ebape/FGV).

Cristina Marins

Pós-graduanda em sociologia política e cultura pela PUC-Rio. Aluna do Cours de Civilisation Française da Sorbonne. Graduada em administração de empresas com ênfase em marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Técnica em turismo pelo North Devon College — Inglaterra.

Eliane Maria Reis Neves

Graduada em serviço social pela UnB. Habilitada em língua espanhola pelo Centro Interdisciplinar de Línguas do DF. Participa do Grupo de Pesquisa sobre Violência e Exploração Sexual Comercial, de Mulheres, Crianças e Adolescentes (Violes).

Flavio Lenz

Graduado em comunicação social pela Hélio Alonso. Secretário-executivo adjunto da ONG Davida — Prostituição, Direitos Civis e Saúde. Editor do jornal *Beijo da Rua*. Assessor de comunicação da grife Daspu. Consultor da Rede Brasileira de Prostitutas.

Glauco da Costa Knopp

Mestre em administração pública pela Ebape/FGV. Bacharel em administração de empresas com ênfase em marketing pela ESPM. Membro do grupo de pesquisa Observatório da Realidade Organizacional e do Observatório de Inovação do Turismo. Professor universitário.

Ilza Valéria Moreira Jorge

Graduada em serviço social pela PUC-SP. Assistente técnica — Proteção Social Básica, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads), do município de São Paulo.

Ivã Sousa Coelho

Bacharel em direito pela Universidade Católica de Salvador. Técnico e analista de conteúdo da ONG Safernet Brasil.

José Antônio Gomes de Pinho

Doutor pela London School of Economics. Mestre em planejamento urbano e regional pela Coppe/UFRJ. Engenheiro pela Unesp. Professor adjunto da Escola de Administração (EA/UFBA). Coordenador do NPGA. Vice-coordenador do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (Ciags/EA/UFBA).

José Luís Abreu Dutra

Cientista social, mestre em administração pública pela Ebape/FGV. Foi pesquisador do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs/Ebape/FGV); atualmente é pesquisador e consultor *ad hoc* e professor da Escola de Administração do Centro Universitário da Cidade.

Júlia Barbosa Brandão

Graduanda em administração pública pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp/FGV). Pesquisadora do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG/FGV).

Marco Antonio Carvalho Teixeira

Cientista social, doutor em ciência política pela PUC-São Paulo. Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp/FGV) e pesquisador do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG/FGV) nas áreas de políticas públicas e controle social.

Marina Farkas Bitelman

Mestre em administração pública e governo pela Eaesp/FGV. Bacharel em ciências sociais pela FFLCH-USP. Pesquisadora do Centro de Estudos em Admi-

nistração Pública e Governo (CEAPG/FGV). Cooperada da Verso Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Consultoria.

Michelle de Oliveira Mafra Souza

Mestranda em desenvolvimento regional pela Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas. Coordenadora de fomento turístico na Fundação Municipal de Turismo (Manaustur).

Mônica Santana Santos

Bacharel em turismo pela Factor. Graduanda do curso de secretariado executivo da UFBA. Professora de turismo em cursos profissionalizantes e no Projeto de Educação de Jovens e Adultos.

Romilda Araújo Cumarú

Especialista em psicologia escolar pela PUC-Campinas (1998). Atua na área de educação, com ênfase em pedagogia, nos seguintes temas: violência sexual, reserva extrativista, comunidades, característica, investigação da ética, consequências, intervenções, protagonismo, diálogo, parcerias, integração e sistema integrado de gestão de projetos.

Thais Alves Moreira

Graduada em serviço social pela UnB. Pesquisadora do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria). Ponto focal do Distrito Federal no Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Membro da coordenação colegiada do fórum de defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Thaísa Restani Veras

Mestre em administração pública e graduada em administração pela Ebape/FGV. Trainee da Rio de Janeiro Refrescos (Sistema Coca-Cola).

Valdenei de Melo Parente

MSc em desenvolvimento, agricultura e sociedade pelo CPDA/UFRRJ. Professora assistente da Universidade Federal do Amazonas.

Valéria Martins da Silva Pinho

Graduanda do curso de ciências econômicas da Universidade Federal do Amazonas.